

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA  
CATARINA – CÂMPUS FLORIANÓPOLIS  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DA CONSTRUÇÃO CIVIL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL**

**ARTHUR DUARTE JUNCKES PONCIANO**

**DESENVOLVIMENTO DE UM ANTEPROJETO DE ACESSIBILIDADE  
NA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA CENTRAL DE PALHOÇA**

**FLORIANÓPOLIS, 2025.**

**INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DE SANTA  
CATARINA – CÂMPUS FLORIANÓPOLIS  
DEPARTAMENTO ACADÊMICO DE CONSTRUÇÃO CIVIL  
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ENGENHARIA CIVIL**

**ARTHUR DUARTE JUNCKES PONCIANO**

**DESENVOLVIMENTO DE UM ANTEPROJETO DE ACESSIBILIDADE  
NA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA CENTRAL DE PALHOÇA**

Projeto de Trabalho de Conclusão de Curso submetido ao Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina como parte dos requisitos para obtenção do título de Engenheiro Civil.

Orientadora:

Prof. Milena de Mesquita Brandão, MSc.

**FLORIANÓPOLIS, 2025.**

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor.

Ponciano, Arthur

DESENVOLVIMENTO DE UM ANTEPROJETO DE ACESSIBILIDADE  
NA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA CENTRAL DE PALHOÇA / Arthur  
Ponciano; orientação de Milena de Mesquita Brandão.  
- Florianópolis, SC, 2025.

103 p.

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) - Instituto Federal  
de Santa Catarina, Câmpus Florianópolis. Bacharelado  
em Engenharia Civil. Departamento Acadêmico  
de Construção Civil.  
Inclui Referências.

1. Acessibilidade . 2. Edificações religiosas acessíveis.  
3. Igreja Adventista. I. Mesquita Brandão, Milena  
de. II. Instituto Federal de Santa Catarina. III.  
DESENVOLVIMENTO DE UM ANTEPROJETO DE ACESSIBILIDADE  
NA IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA CENTRAL DE PALHOÇA.

**DESENVOLVIMENTO DE UM ANTEPROJETO DE ACESSIBILIDADE NA IGREJA  
ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA CENTRAL DE PALHOÇA**

**ARTHUR DUARTE JUNCKES PONCIANO**

Este trabalho foi julgado adequado para obtenção do título de Engenheiro Civil e aprovado na sua forma final pela banca examinadora do Curso de Engenharia Civil do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Santa Catarina.

Florianópolis, 30 de Julho de 2025.

Banca Examinadora:

---

Milena de Mesquita Brandão, MSc.

---

Ana Paula Pupo Correia, Dra.

---

Gabriela Vargas Rodrigues, MSc.

## **AGRADECIMENTOS**

Em primeiro lugar, a Deus pela oportunidade de poder estar realizando meu sonho, e pela vida que me proporcionou.

A minha esposa, que sempre esteve ao meu lado, me apoiando em todas as decisões e me incentivando a cada dia mais seguir meus sonhos.

Aos meus pais, por toda dedicação e companheirismo que tiveram durante minha vida, os ensinamentos que me moldaram e fizeram com que eu conquistasse meus objetivos.

A professora Milena, pelas orientações e auxílios durante o período do trabalho, realizando a função com dedicação e paciência.

A Igreja Adventista, por disponibilizar acesso e dados do local, permitindo fazer levantamentos e coletar dados que foram de grande utilidade para a elaboração deste trabalho.

Por fim, ao Instituto Federal de Santa Catarina, que foi essencial no meu processo de formação e preparação para o ambiente de trabalho nos últimos anos.

## RESUMO

A religiosidade exerce papel significativo na vida dos brasileiros, influenciando de forma positiva aspectos emocionais e sociais. No entanto, para que os espaços destinados ao culto e à prática religiosa sejam verdadeiramente inclusivos, é necessário que ofereçam condições de acessibilidade universal, especialmente considerando que há a presença de indivíduos portadores de deficiências temporárias ou permanentes entre seus frequentadores. Diante desse contexto, o presente trabalho tem como objetivo realizar um estudo preliminar sobre a acessibilidade física e arquitetônica da Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Palhoça, com base na legislação vigente e, principalmente, na ABNT NBR 9050:2020, que estabelece os critérios técnicos para o projeto de acessibilidade em edificações. A metodologia envolveu a análise documental da planta arquitetônica da edificação, vistorias técnicas in loco e a elaboração de croquis atualizados por meio do levantamento As-Built, com o intuito de identificar os pontos de não conformidade existentes e propor soluções viáveis. Os resultados obtidos mostraram diversas inadequações em relação às normas de acessibilidade, tais como a ausência de rampas com inclinação adequada, inexistência de sinalização tátil, falta de vagas destinadas a pessoas com deficiência e inadequações das rotas acessíveis. Essas deficiências comprometem o pleno acesso de pessoas com mobilidade reduzida ao ambiente religioso. A partir dessas constatações, foi elaborado um novo projeto contendo as sugestões técnicas de adequações, considerando a viabilidade de execução e a manutenção da funcionalidade dos espaços. Conclui-se que as intervenções propostas são fundamentais para garantir que a edificação esteja de acordo com os princípios de acessibilidade universal, promovendo a inclusão, o conforto e a autonomia de acesso a todos os frequentadores, independente de suas condições físicas. O estudo busca, assim, contribuir para a construção de um ambiente acolhedor e equitativo, em concordância com os valores fundamentais da Igreja Adventista.

**Palavras-chave:** Acessibilidade. Edificações religiosas. Inclusão. ABNT NBR 9050. Igreja Adventista

## **ABSTRACT**

Religiosity has a significant impact on the lives of Brazilians, positively influencing emotional and social aspects. However, in order for spaces for worship and religious practice to be truly inclusive, they need to offer universal accessibility, especially considering the presence of individuals with temporary or permanent disabilities among their visitors. In this context, the purpose of this study is to conduct a preliminary study of the physical and architectural accessibility of the Palhoça Central Seventh-day Adventist Church, based on current legislation and, in particular, ABNT NBR 9050:2020, which establishes the technical criteria for the design of accessibility in buildings. The methodology involved a documentary analysis of the building's architectural plan, on-site technical inspections and the preparation of updated sketches by means of an As-Built survey, with the aim of identifying existing points of non-compliance and proposing viable solutions. The results showed a number of inadequacies in relation to accessibility standards, such as the absence of ramps with an adequate slope, the lack of tactile signage, the lack of parking spaces for people with disabilities and the inadequacy of accessible routes. These deficiencies compromise full access to the religious environment for people with reduced mobility. Based on these observations, a new project was prepared containing technical suggestions for adjustments, taking into account the feasibility of implementation and maintaining the functionality of the spaces. It is concluded that the proposed interventions are fundamental to ensuring that the building complies with the principles of universal accessibility, promoting inclusion, comfort and autonomous access for all visitors, regardless of their physical condition. The study thus seeks to contribute to the construction of a friendly and equitable environment, in keeping with the fundamental values of the Adventist Church.

**Keywords:** Accessibility. Religious buildings. Inclusion. ABNT NBR 9050. Adventist Church.

## LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Localização Igreja Adventista Central de Palhoça (Mapa de Palhoça)	16
Figura 2 – Localização Igreja Adventista Central de Palhoça	17
Figura 3 – Fachada Igreja Adventista Central de Palhoça	18
Figura 4 – Planta baixa do térreo da Igreja Adventista Central de Palhoça	19
Figura 5 – Entrada principal da igreja	19
Figura 6 – Entrada principal da igreja	20
Figura 7 – Interior salão principal	21
Figura 8 – Púlpito	21
Figura 9 – Interior mezanino	22
Figura 10 – Mezanino	22
Figura 11 – Circulação	23
Figura 12 – Circulação	24
Figura 13 – Cozinha Vista 1	25
Figura 14 – Cozinha Vista 2	25
Figura 15 – Banheiros	26
Figura 16 – Escadas	26
Figura 17 – Corredor das salas	27
Figura 18 – Sala 04	28
Figura 19 – Sala 06	29
Figura 20 – Sala 05	29
Figura 21 – Sala 07	30
Figura 22 – Sala 08	30
Figura 23 – Fachada Igreja Adventista projeto padrão A	37
Figura 24 – Planta baixa Igreja Adventista projeto padrão A	38
Figura 25 – Fachada Igreja Adventista projeto padrão B	38
Figura 26 – Planta baixa Igreja Adventista projeto padrão B	39
Figura 27 – Fachada Igreja Adventista projeto padrão C	39
Figura 28 – Planta baixa Igreja Adventista projeto padrão C	40
Figura 29 – Checklist utilizado para verificação da edificação	49
Figura 30 – Projeto Arquitetônico original da Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Palhoça	53
Figura 31 – Projeto As-Built da Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Palhoça	54
Figura 32 – Checklist aplicado às calçadas	55
Figura 33 – Largura das calçadas maior que 1,20m	56
Figura 34 – Extensão das calçadas da edificação com desníveis	56
Figura 35 – Checklist aplicado ao estacionamento	57
Figura 36 – Estacionamento na via pública	58

Figura 37 – Estacionamento interno com demarcação acessível inadequada	58
Figura 38 – Modelo de vaga acessível com sinalização	59
Figura 39 – Checklist aplicado à circulação externa	60
Figura 40 – Desnível e escadas da edificação sem presença de rampas ou equipamento eletromecânico	61
Figura 41 – Checklist aplicado à informações gerais da edificação	62
Figura 42 – Checklist aplicado à circulação interna	63
Figura 43 – Largura mínima das circulações pelo comprimento	64
Figura 44 – Corredores do térreo da edificação	64
Figura 45 – Corredores do térreo da edificação	65
Figura 46 – Acesso ao tanque batismal e púlpito	66
Figura 47 – Acesso ao segundo pavimento (salas anexas)	66
Figura 48 – Acesso ao mezanino	67
Figura 49 – Checklist aplicado às portas	68
Figura 50 – Distâncias mínimas autorizadas para portas	68
Figura 51 – Porta de acesso à edificação anexa da igreja	69
Figura 52 – Numeração das rampas existentes na edificação	70
Figura 53 – Checklist aplicado às rampas	71
Figura 55 – Rampa 1	72
Figura 56 – Rampas 2 a 5	73
Figura 57 – Detalhes das rampas 3 e 5	74
Figura 58 – Checklist aplicado às escadas	75
Figura 59 – Checklist aplicado aos sanitários acessíveis	76
Figura 60 – Sanitários da edificação	77
Figura 61 – Projeto acessível da Igreja Adventista Central de Palhoça	78
Figura 62 – Exemplos de plataformas de elevação vertical com caixa não enclausurada	79
Figura 63– Solução proposta para entrada principal da igreja	79
Figura 64 - Dimensionamento de Rampas	80
Figura 65 – Solução proposta para Calçadas Externas	81
Figura 66 – Solução proposta para Calçadas Externas	81
Figura 67 – Solução proposta para a Nave da igreja	82
Figura 68 - Áreas de manobra para uso da bacia sanitária	83
Figura 69 – Solução proposta para os sanitários	84
<b>Figura 70 – Detalhe do sanitário proposto</b>	<b>84</b>
Figura 71 – Corredor 3	85
Figura 72 – Detalhe das escadas que dão acesso ao mezanino e ao segundo pavimento da edificação anexa	86
Figura 73 - Solução proposta para o Estacionamento	87
Figura 74 - Padrão de sinalização para vaga acessível	88

## **LISTA DE QUADROS**

Quadro 1 - Objetivos e métodos

51

## **LISTA DE TABELAS**

Gráfico 1 – Quantidade de brasileiros residentes portadores de deficiências

41

## SUMÁRIO

<b>1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA.....</b>	<b>14</b>
1.1 Apresentação do local de intervenção.....	16
1.2 Definição do Problema.....	31
1.3 Objetivo Geral.....	32
<b>1.5 Estrutura do Trabalho.....</b>	<b>33</b>
<b>2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA.....</b>	<b>33</b>
2.1 Edificações voltadas a atividades religiosas.....	34
2.2 Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil.....	35
2.3 Pessoas com deficiência no Brasil.....	41
2.4 Acessibilidade e Desenho Universal.....	42
2.5 Acessibilidade em edificações de cunho religioso.....	46
<b>3 MÉTODOS E TÉCNICAS.....</b>	<b>48</b>
<b>4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS.....</b>	<b>52</b>
<b>4.1 Levantamento da igreja e aplicação do checklist.....</b>	<b>52</b>
4.1.1 Calçadas.....	54
4.1.2 Estacionamento para uso público.....	57
4.1.3 Circulação externa - acesso da via pública até a edificação.....	59
4.1.4 Edificação - Informações gerais.....	61
4.1.5 Circulação Interna (edificação).....	63
4.1.6 Portas.....	67
4.1.7 Rampas.....	69
4.1.8 Escadas.....	74
4.1.9 Sanitário acessível.....	75
4.1.10 Circulação vertical - Elevadores/ Plataformas.....	77
4.2 Propostas de solução de acessibilidade.....	77
4.2.1 Entrada principal.....	78
4.2.2 Calçadas Externas.....	80
4.2.3 Corredor Salão Principal (Nave).....	81
4.2.4 Banheiros.....	82
4.2.5 Corredor Edificação Anexa.....	85
4.2.6 Pavimentos superior e mezanino.....	86
4.2.7 Estacionamento.....	87
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS.....</b>	<b>88</b>
<b>5.1 Sugestões para trabalhos futuros.....</b>	<b>90</b>
ANEXO 1 - Projeto As-Built Igreja Adventista Central de Palhoça.....	90
ANEXO 2 - Checklist da Cartilha de Acessibilidade 2025 (CREA-SC).....	92
ANEXO 3 - Projeto Arquitetônico da Igreja Adventista Central de Palhoça fornecido pela Associação Sul Catarinense.....	97
ANEXO 4 - Projeto Arquitetônico da Igreja Adventista Central de Palhoça com as propostas de acessibilidade.....	99

REFERÊNCIAS.....	100
------------------	-----

## 1 INTRODUÇÃO E JUSTIFICATIVA

Pode-se afirmar que o Brasil é um país onde grande parte da população é religiosa. Segundo o estudo Global Religion 2023, realizado pelo instituto Ipsos, cerca de 89% dos brasileiros declaram que acreditam em Deus, sendo que 76% destes dizem seguir uma religião. Este fato mostra o quanto as crenças e a religiosidade são temas de extrema importância para a vida dos brasileiros. (MORI, 2023)

Santos e Abdala (2014) afirmam que, principalmente para a população idosa que passa por problemas como a perda da saúde, dificuldade de locomoção, afastamento familiar e social, a adoção de uma crença e participação de um ambiente religioso é fundamental para garantir sua qualidade de vida física e mental. (SANTOS; ABDALA, 2014)

Além disso, de uma forma geral, ter uma crença e frequentar um local de adoração a Deus traz benefícios em várias áreas da vida de todas as pessoas. “A ampla maioria dos estudos de boa qualidade realizados até o momento, aponta que maiores níveis de envolvimento religioso estão associados positivamente a indicadores de bem-estar psicológico, como satisfação com a vida, felicidade, afeto positivo e moral elevado, melhor saúde física e mental.” (STROPPIA; MOREIRA-ALMEIDA, 2008)

Sendo que há um impacto positivo ainda maior para aqueles que estão em situação de estresse “ou de fragilidade, como idosos, pessoas com deficiências e doenças clínicas.” Visto que para estes, torna-se mais fácil passar por estas situações adversas da vida, sendo possível lidar com tais demandas complexas de forma mais leve, com uma outra visão de mundo, atribuindo um sentido ao sofrimento e uma confiança em Deus para passar por momentos aparentemente impossíveis. (STROPPIA; MOREIRA-ALMEIDA, 2008)

Outro fato importante é que a religiosidade permite criar uma integração e suporte social promovido pelo envolvimento com a comunidade, sendo esta uma das maiores necessidades de pessoas portadoras de deficiência ou de grupos prioritários que enfrentam diversos problemas para se relacionar e fazer parte de um grupo em que sejam bem aceitos.

Neste sentido, nota-se que tornar ou construir ambientes religiosos acessíveis a todos os tipos de público é uma grande necessidade, o que muitas vezes é um assunto não aplicado nos projetos em geral e torna o ambiente um desafio para aqueles que necessitam se locomover com restrições.

Silva (2021) afirma que a acessibilidade não é uma escolha e deve ser obrigatoriamente adotada nas edificações, sendo um direito de todos os deficientes para que a população possa viver com qualidade.

Em virtude dos fatos, a acessibilidade é direito dos deficientes, em foco a acessibilidade é uma garantia para todos os cidadãos, tendo ou não deficiência, o objetivo é a qualidade de vida, todos nós sempre tivemos dificuldades elencadas a acessibilidade durante nossa trajetória de vida. A igualdade é a inclusão em si, sem deixar qualquer pessoa fora da sociedade, este direito estabelece para todos que possuem deficiência possam ter o direito de ir e vir com segurança a autonomia. (SILVA, 2021)

A Lei 13.146 instituída em 6 de julho de 2015, também conhecida como Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência, traz em sua definição de acessibilidade a importância de se levá-la em consideração ao ser executado um projeto, afirmando que espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, entre outros, devem promover alcance a todos com segurança e autonomia, sendo para uso privado ou coletivo, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Lei Nº 13.146, 2015)

Somando-se a estes dados, é importante salientar que no Brasil, de acordo com pesquisas feitas pelo IBGE no terceiro trimestre de 2022, cerca de 18,6 milhões de pessoas com 2 anos ou mais apresentam algum tipo de deficiência. (MDHC, 2023)

Neste sentido, ainda de acordo com o IBGE e admitindo que a população brasileira é grande parte religiosa e que há um número considerável destes que apresenta algum tipo de deficiência, entende-se que é essencial que os locais de culto, principalmente para estes grupos de pessoas que já apresentam limitações motoras, sejam acessíveis e confortáveis.

Vale ainda ressaltar que estes locais destinados a reuniões religiosas também são em grande parte frequentados por pessoas de grupos prioritários, que passam por dificuldades motoras temporárias ou vitalícias, como os idosos,

gestantes, obesos, pessoas com criança de colo ou com mobilidade reduzida, além daqueles já considerados pessoa com deficiência (PCD).

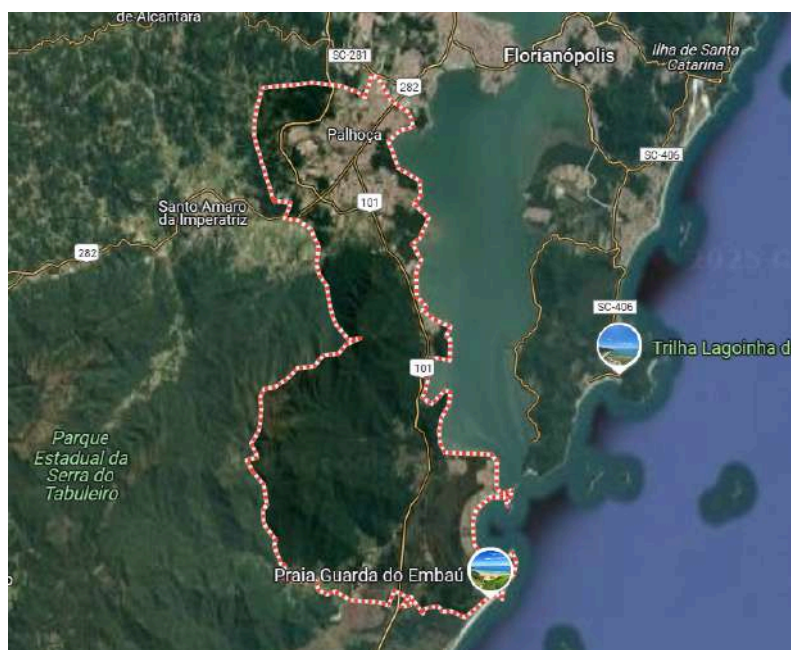
Assim, assumindo que um dos direitos básicos de todo cidadão é deslocar-se livremente e que isso é ainda mais importante em igrejas e templos nota-se a tamanha relevância em realizar o presente estudo com o objetivo de garantir a acessibilidade completa à todos os membros não importando a situação em que se encontram.

### 1.1 Apresentação do local de intervenção

O local de intervenção deste trabalho trata-se da Igreja Adventista Central de Palhoça (IASD), que possui por volta de 350 membros e está situada na Av. Elza Lucchi, Nº 301 - Ponte do Imaruim, Palhoça-SC, em frente ao Edifício Hamburgo.

Conforme as Figuras 1 e 2 abaixo apresentadas, nota-se que a Igreja é localizada muito próximo ao Centro de Palhoça, sendo o seu entorno é majoritariamente composto por comércios em geral, residências de pequeno porte e edifícios residenciais.

**Figura 1 – Localização Igreja Adventista Central de Palhoça (Mapa de Palhoça)**



Fonte: Google Maps (2025).

**Figura 2 – Localização Igreja Adventista Central de Palhoça**



Fonte: Google Earth (2025).

Como principal objetivo a Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Palhoça busca alcançar pessoas na fé, pregando a mensagem da volta de Jesus e o uso da bíblia por completo como seu guia de fé e prática, ajudando à comunidade local, além de criar um local que seja acessível e confortável para que seus membros e visitantes possam se reunir em seus encontros.

A relação do autor deste trabalho de conclusão de curso com o local de intervenção iniciou há cerca de dois anos, quando começou a frequentar o ambiente em suas reuniões e cultos. A partir daí, realizou estudos bíblicos e tornou-se um membro oficial com seu batismo em julho de 2024. Atualmente, trabalha ativamente com o Ministério Jovem, Ministério da Sonoplastia e Coral Jovem presentes na igreja.

Inaugurada no ano de 2008 pela Associação Sul Catarinense da Igreja Adventista do Sétimo Dia, em sua trajetória desde então, a IASD Central de Palhoça apresentou patologias referentes à suas fundações e passou por uma reforma em que sua estrutura foi inteiramente refeita. Além disso, já foi realizada uma ampliação para construção de salas anexas e uma cozinha.

Na Figura 3 abaixo está a fachada frontal da Igreja Adventista Central de Palhoça, onde é possível ver a sua porta de acesso principal e que há um

estacionamento interno amplo da igreja, juntamente com o estacionamento externo e os portões de acesso para veículos e pedestres.

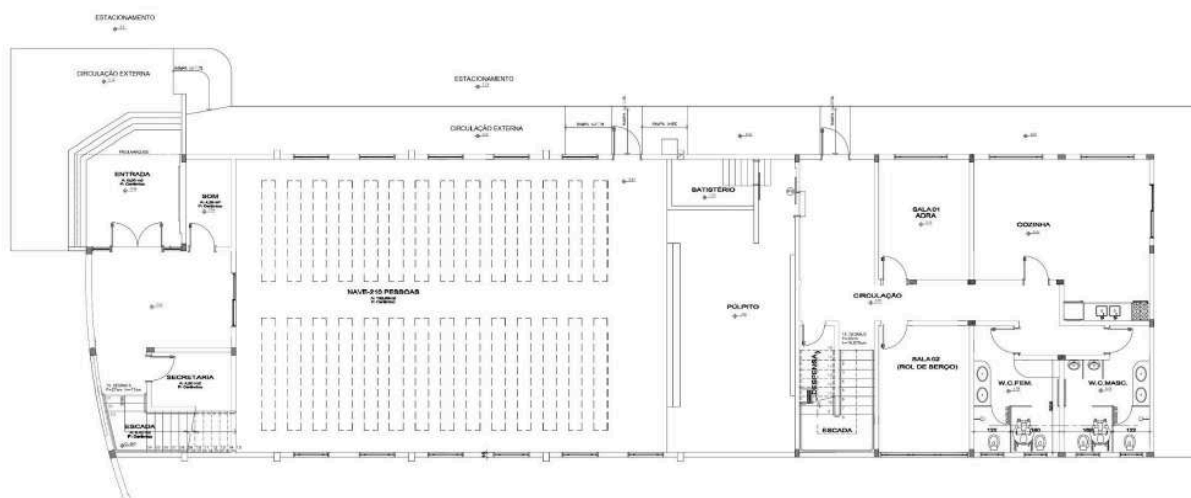
**Figura 3 – Fachada Igreja Adventista Central de Palhoça**



Fonte: Autor (2025).

Internamente, ela é formada por um salão principal com mezanino onde são realizados os cultos, composto por uma sala de sonoplastia, depósito e recepção. Além disso, em suas dependências há uma edificação anexa de dois pavimentos, onde no térreo estão localizados a cozinha, banheiros, três salas de estudo e um depósito. Já no pavimento superior, encontra-se mais cinco salas utilizadas para estudos da bíblia por faixa etária e reuniões periódicas. Todos estes locais estão evidenciados na Figura 4 que mostra a planta baixa da Igreja Adventista Central de Palhoça, bem como os cômodos supracitados em seus padrões atuais que estão detalhados com as imagens registradas de cada ambiente nas Figuras 5 a 22. Além disso, para melhor visualização o projeto completo da planta baixa da edificação está localizado no Anexo 1 deste trabalho.

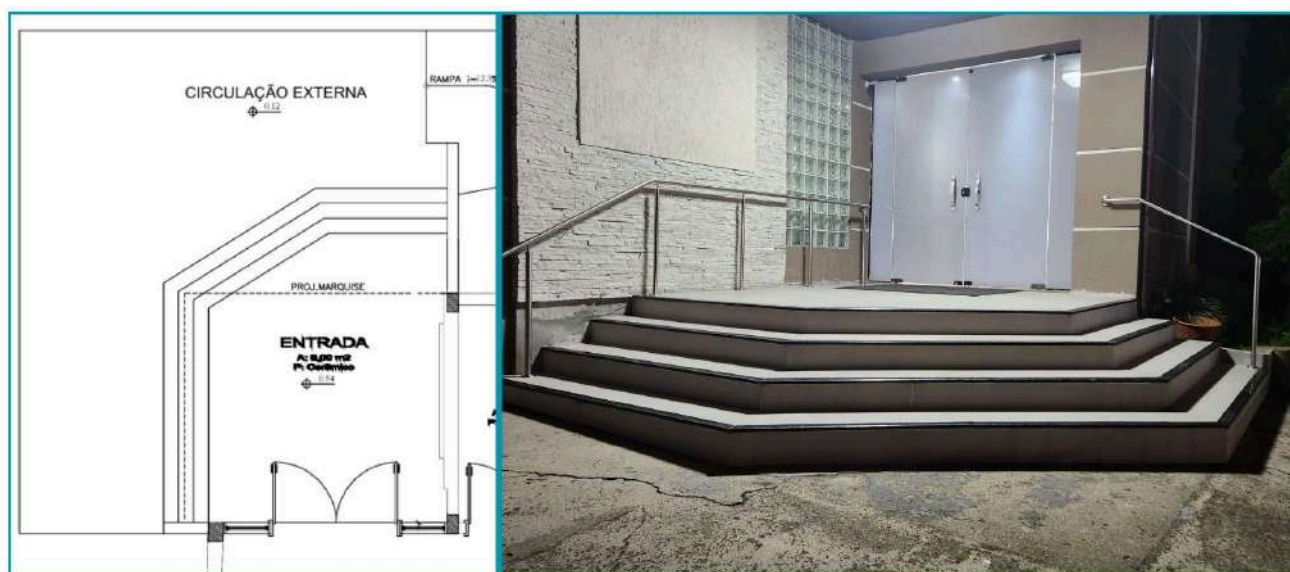
**Figura 4 – Planta baixa do térreo da Igreja Adventista Central de Palhoça**



Fonte: Autor (2025).

Dessa forma, para uma visão mais detalhada, a Figura 5 evidencia a região frontal da igreja, onde encontra-se o acesso principal da edificação.

**Figura 5 – Entrada principal da igreja**



Fonte: Autor (2025).

Após passar pela entrada principal, encontra-se a recepção, onde a frente fica o acesso para o salão principal, também chamado de nave da igreja, a direita fica localizada a escada para acesso ao mezanino e a esquerda fica a sala de sonoplastia, onde são controlados todos os equipamentos de áudio e vídeo.

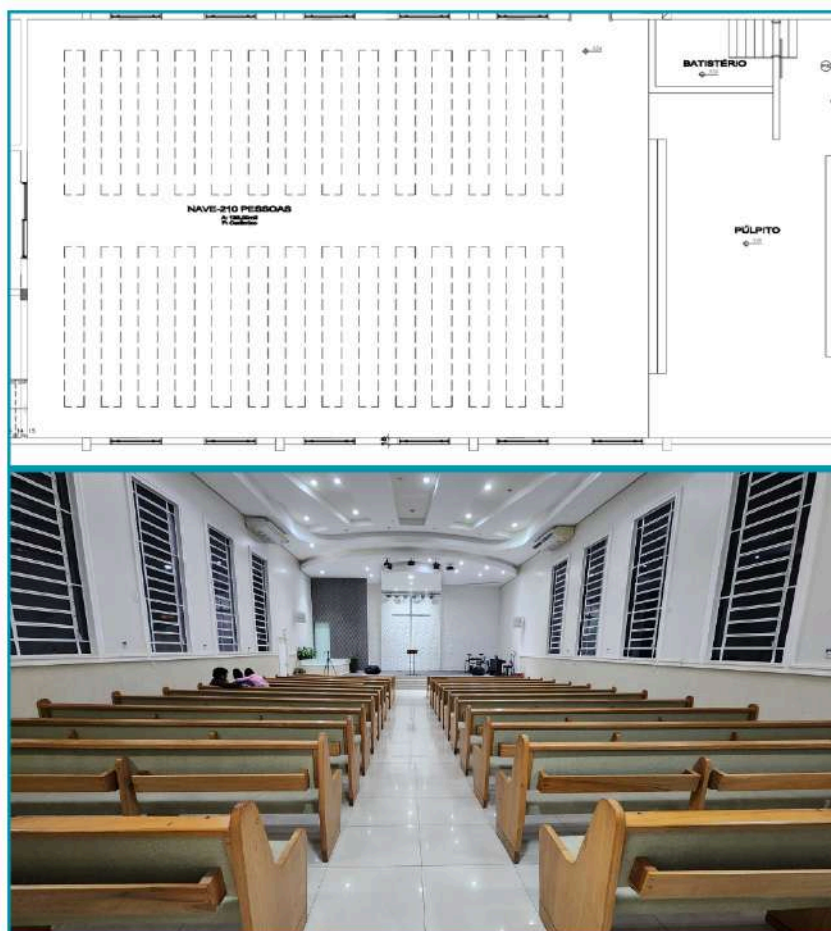
Figura 6 – Entrada principal da igreja



Fonte: Autor (2025).

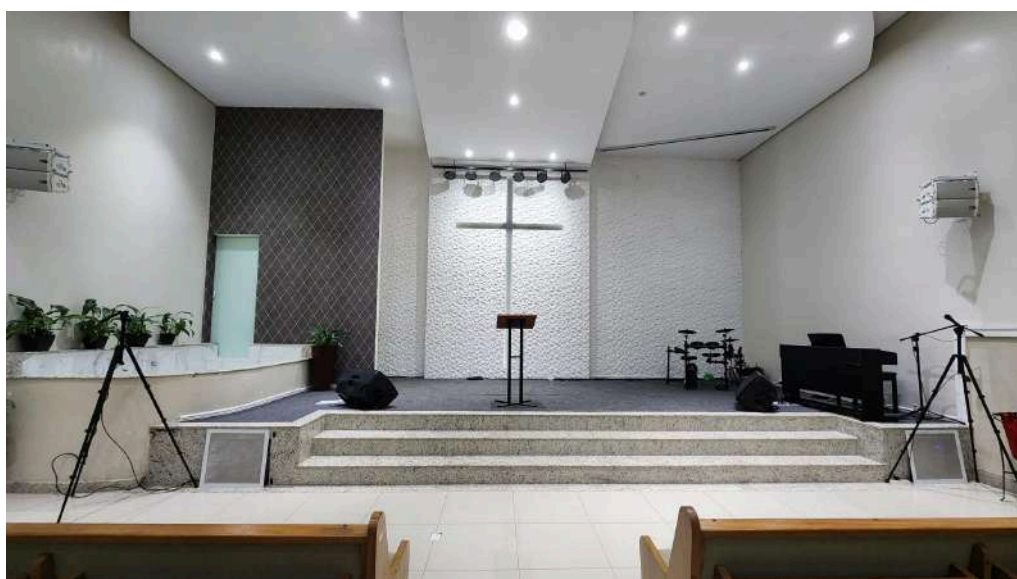
Ao entrar no salão principal há um corredor para que as pessoas possam se sentar nos bancos e assistir as programações (Figura 7). Ao fundo encontra-se o púlpito, onde o pastor ou quem estiver organizando a programação fica para passar a mensagem, à esquerda do púlpito fica o batistério e a direita o local separado para a banda e seus equipamentos (Figura 8).

**Figura 7 – Interior salão principal**

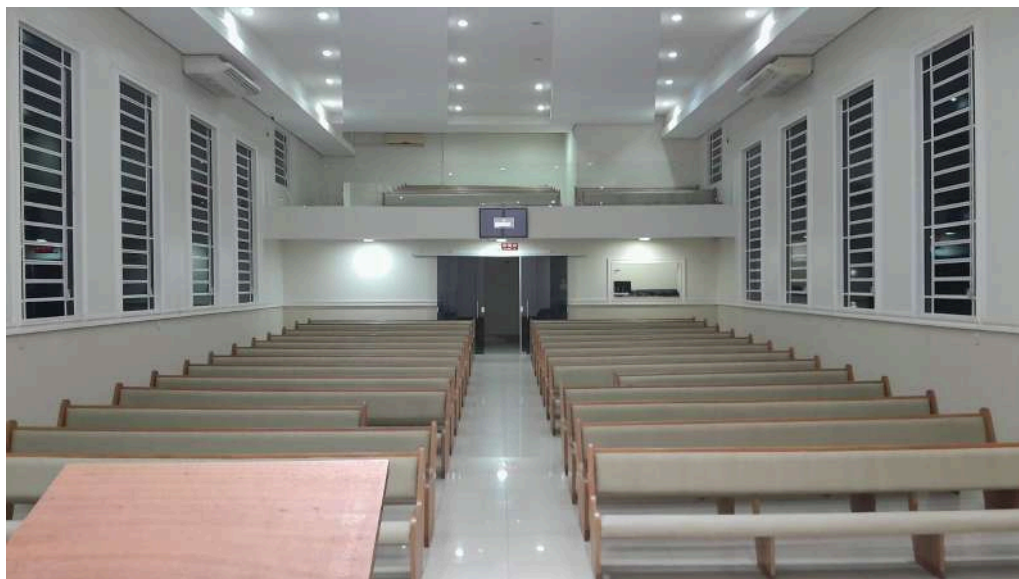


Fonte: Autor (2025).

**Figura 8 – Púlpito**



Fonte: Autor (2025).

**Figura 9 – Interior mezanino**

Fonte: Autor (2024).

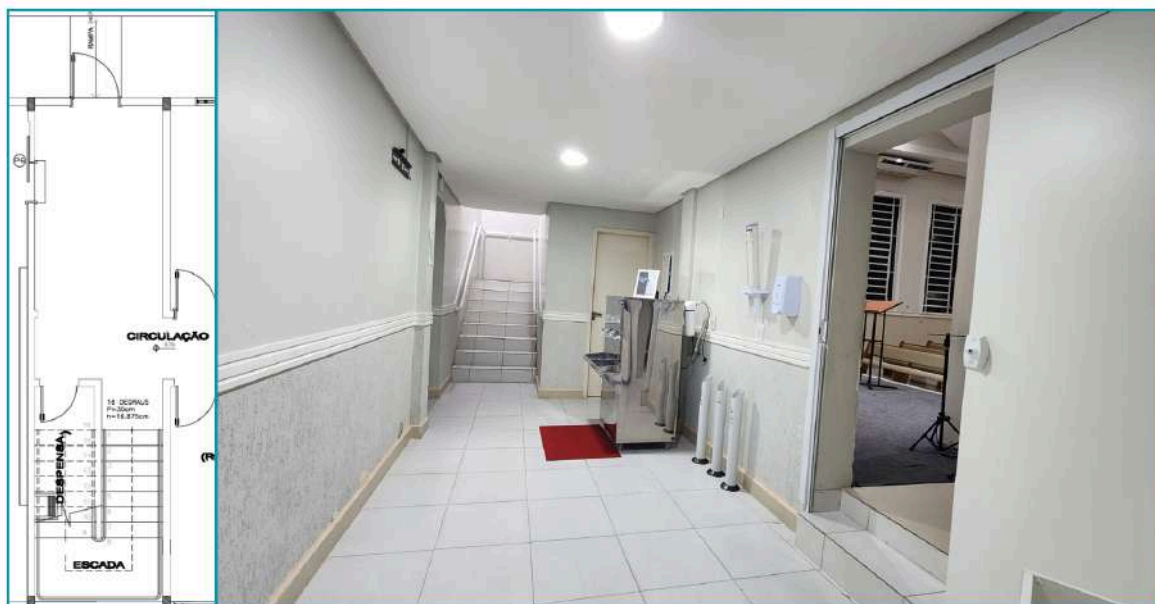
Ao entrar pela porta à direita da recepção, terá uma escada que dá acesso ao mezanino, onde mais pessoas possam se acomodar e assistir as programações (Figura 10).

**Figura 10 – Mezanino**

Fonte: Autor (2025)

Seguindo pela calçada no exterior da edificação, terá uma porta que dá acesso a edificação anexa (Figura 11). Onde ao entrar, terá a direita uma porta que dá acesso a parte de trás do púlpito, ao final do corredor uma escada para o pavimento 1 e a esquerda terá um corredor com salas, cozinha e banheiros.

**Figura 11 – Circulação**



Fonte: Autor (2025).

Seguindo pelo corredor à esquerda teremos quatro ambientes, Sala de depósito ADRA (ministério que visa auxiliar famílias necessitadas), Rol do Berço (Sala para cuidado de crianças recém nascidas), cozinha e banheiros (Figura 12).

Figura 12 – Circulação



Fonte: Autor (2025).

Ao final do corredor à esquerda tem-se a cozinha, onde são realizadas refeições após o culto entre as classes e reuniões entre a liderança e administração da igreja (Figura 13).

**Figura 13 – Cozinha Vista 1**

Fonte: Autor (2025).

**Figura 14 – Cozinha Vista 2**

Fonte: Autor (2024).

Ao fim do corredor, depois das salas da ADRA e Rol do Berço, encontram-se os banheiros masculino e feminino em frente a porta de acesso a cozinha (Figura 15).

**Figura 15 – Banheiros**



Fonte: Autor (2025).

Abaixo da escada encontra-se a despensa, onde são armazenados os produtos de limpeza e de manutenção (Figura 16). Ao subir a escada, tem-se acesso ao pavimento 1 da edificação anexa, onde estão localizadas salas para estudos.

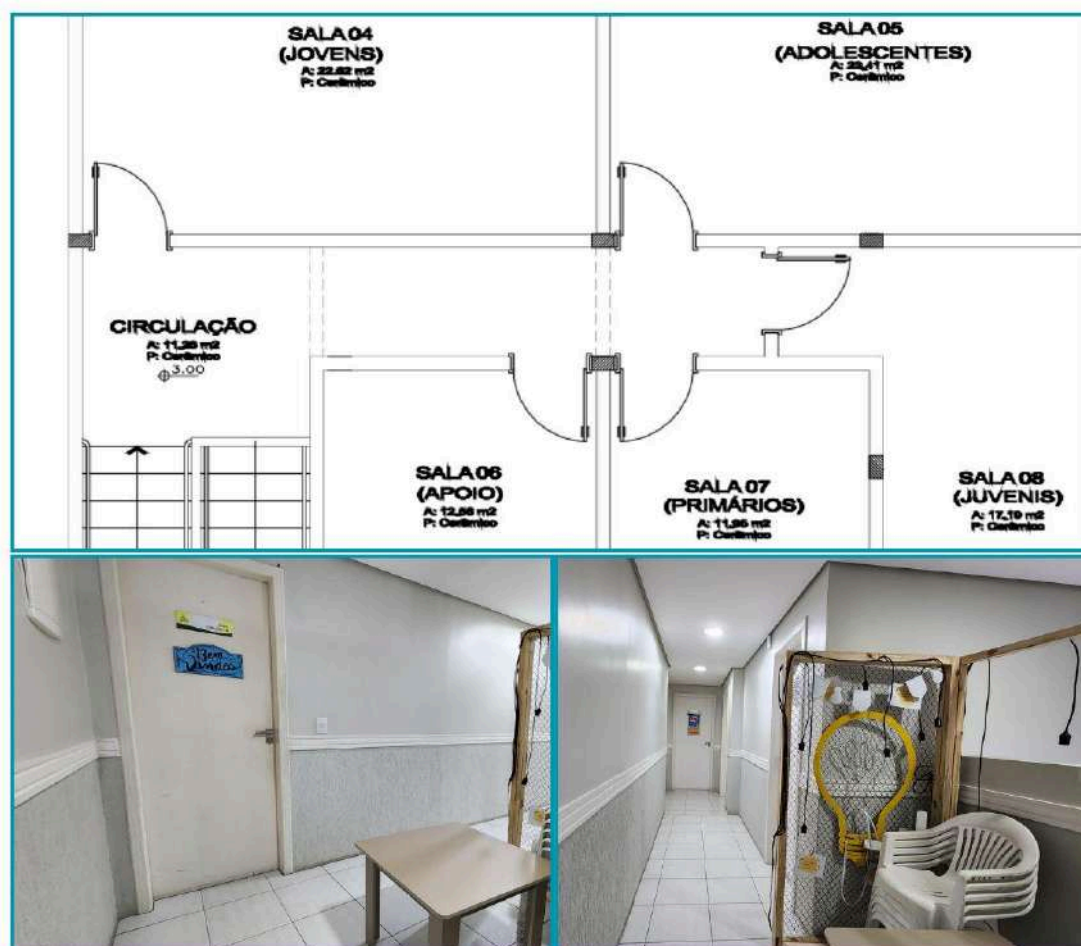
**Figura 16 – Escadas**



Fonte: Autor (2025).

Subindo as escadas, inicialmente encontra-se o corredor que dá acesso às salas (Figura 17).

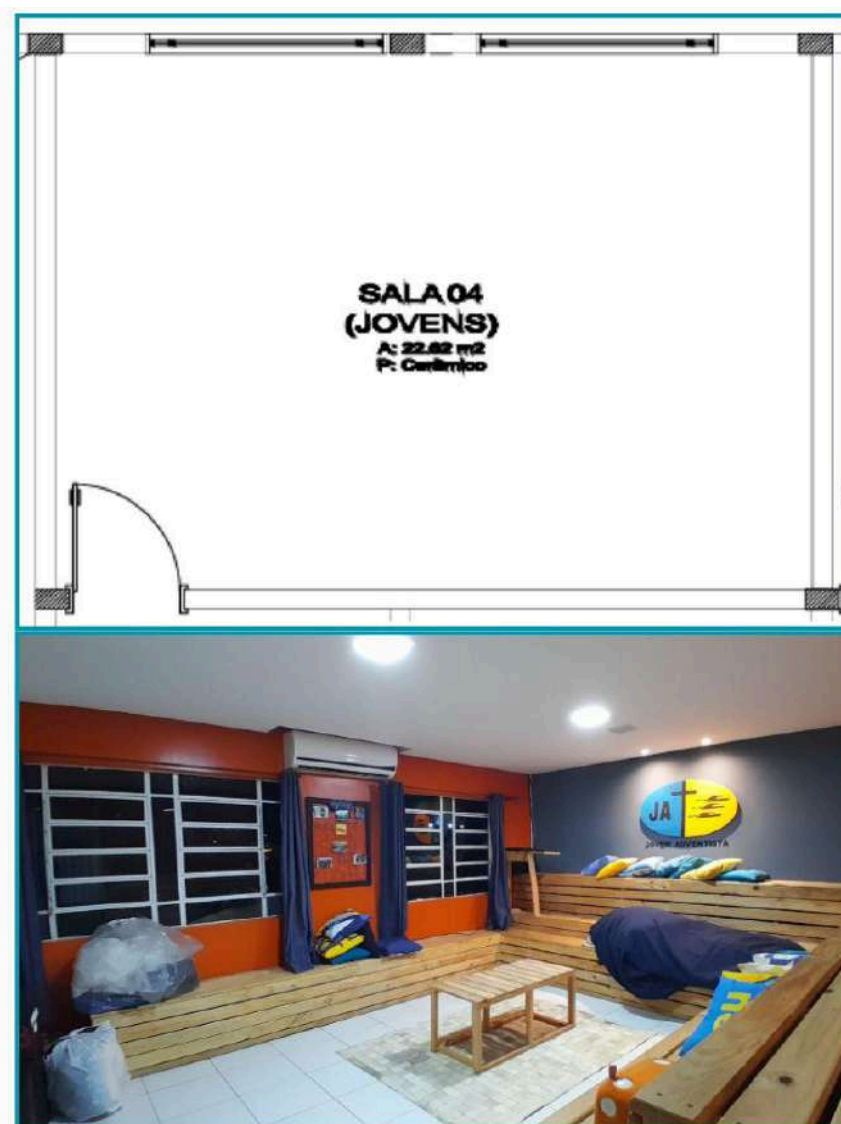
Figura 17– Corredor das salas



Fonte: Autor (2025).

A primeira porta em frente às escadas, está a sala da classe Jovem, onde são feitos estudos bíblicos semanais para pessoas de 16 a 30 anos (Figura 18).

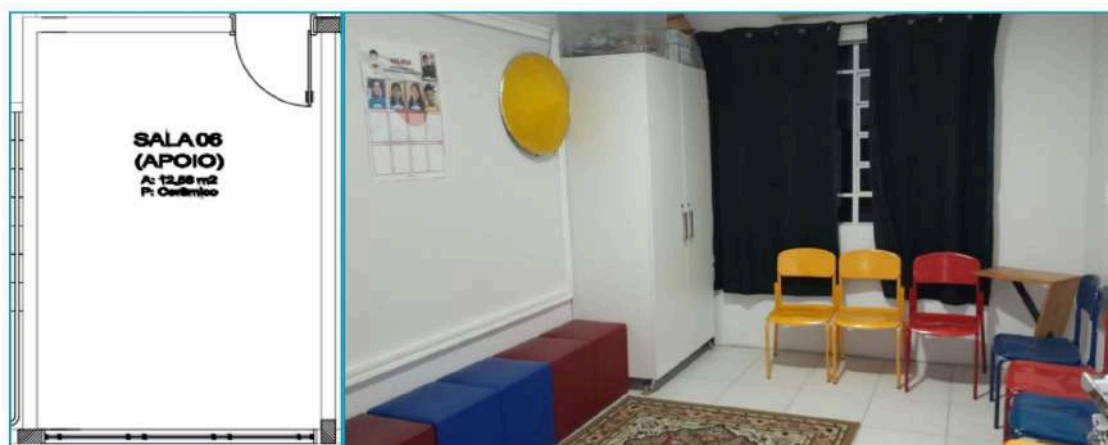
Figura 18– Sala 04



Fonte: Autor (2025).

A primeira porta à direita, fica a sala de apoio, onde são feitos estudos bíblicos para crianças do Primário de 7 a 9 anos (Figura 19).

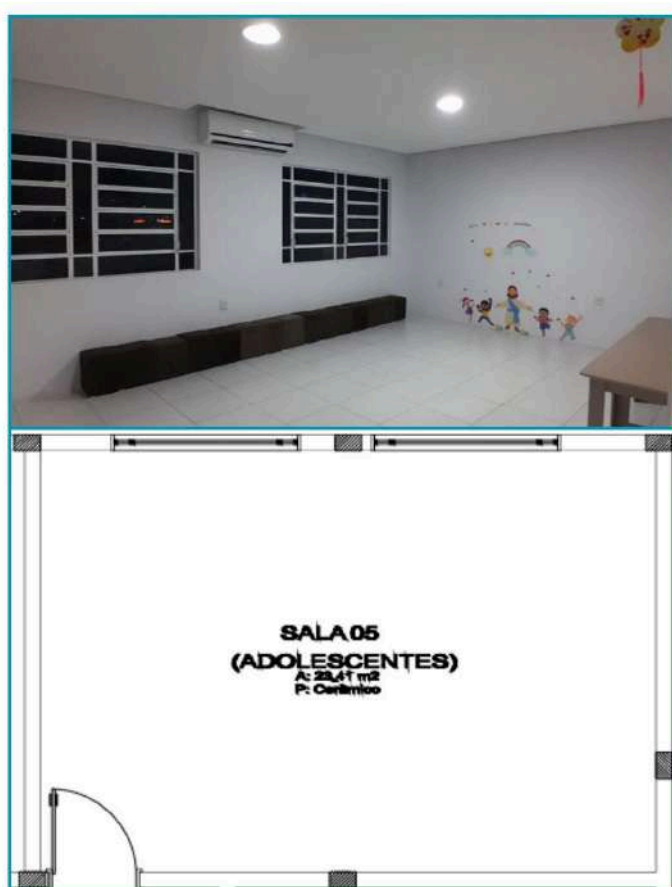
Figura 19– Sala 06



Fonte: Autor (2025).

A segunda porta à esquerda, está localizada a sala dos Adolescentes, onde são feitos estudos bíblicos semanais para adolescentes de 13 a 16 anos (Figura 20).

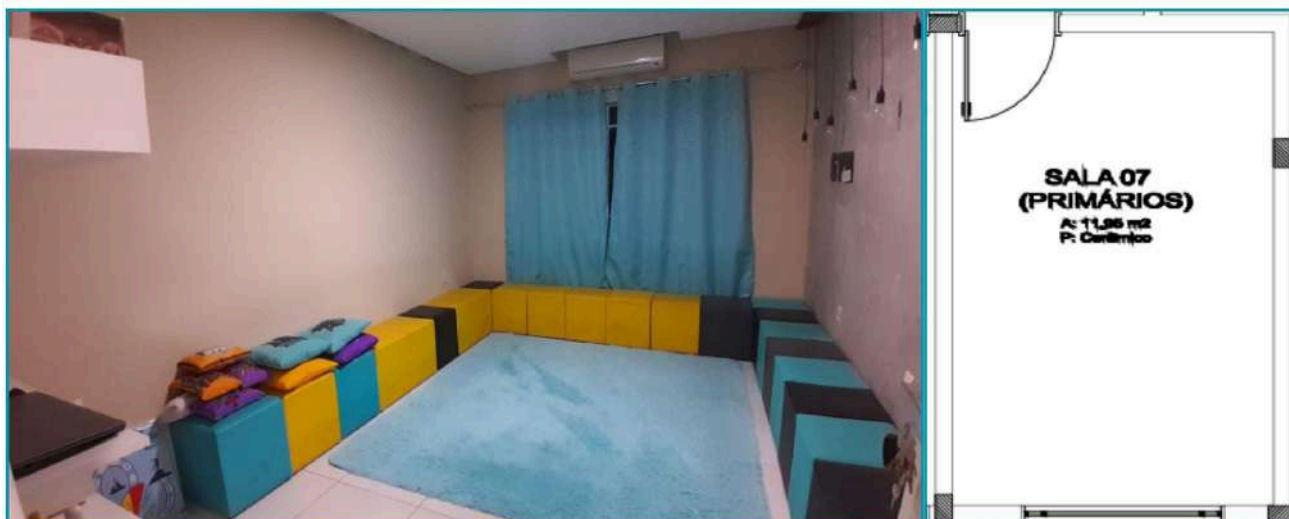
Figura 20 – Sala 05



Fonte: Autor (2025).

A segunda porta à direita, tem-se a sala dos Primários, onde são feitos estudos bíblicos semanais para crianças de 7 a 9 anos (Figura 21).

**Figura 21– Sala 07**



Fonte: Autor (2025).

Ao final do corredor, encontra-se a sala dos Juvenis, onde são feitos estudos bíblicos semanais para crianças de 10 a 12 anos (Figura 22).

**Figura 22 – Sala 08**



Fonte: Autor (2025).

Em relação aos membros que frequentam a Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Palhoça, é possível notar uma comunidade muito diversificada,

englobando pessoas de diferentes faixas etárias, gêneros, etnias, nacionalidades e classes sociais. Essa diversidade é um resultado do compromisso e objetivo da instituição em promover um ambiente inclusivo, onde todos são bem acolhidos e participantes das atividades religiosas e sociais promovidas no local.

Pode-se considerar que entre os membros assíduos da igreja, destaca-se a presença significativa de pessoas com algum tipo de deficiência, seja ela física, sensorial, intelectual ou psicossocial. Destaca-se que essas pessoas não apenas assistem aos cultos, mas também participam ativamente das programações, como estudos bíblicos, escolas sabatinas, encontros de oração e outras atividades desenvolvidas pela congregação.

A Igreja Adventista Central de Palhoça mostra ter um grande cuidado e sensibilidade ao promover a inclusão desses membros, buscando criar um espaço seguro e espiritualmente enriquecedor, para que todos possam integrar-se plenamente à vida da igreja, incentivando sua participação nas mais diversas frentes de atuação, como ministérios de música, recepção, apoio social, evangelismo, entre outros.

Esse comportamento da Igreja Adventista vem em total acordo com o seu compromisso de valorizar os princípios cristãos de amor ao próximo, respeito à dignidade humana e igualdade, contribuindo para o fortalecimento de uma comunidade de fé mais justa, acolhedora e sensível às necessidades de todos os seus membros e visitantes.

## **1.2 Definição do Problema**

A Igreja Adventista Central de Palhoça é uma edificação destinada à reunião frequente de pessoas de um público em geral, entretanto, com o aumento do número de membros idosos e/ou portadores de algum tipo de necessidade especial, foi verificado que há problemas para o acesso e locomoção na edificação no que diz respeito à acessibilidade.

Sendo assim, este problema impede que estas pessoas frequentem o local nos dias de culto e reuniões, fato que prejudica grandemente a vida pessoal de cada indivíduo, visto que por este motivo são impedidos de realizar suas orações, estar em contato com amigos na fé, aprender mais sobre a Bíblia, entre outras situações relevantes para sua religiosidade.

Atualmente, a partir da NBR 9050 (ABNT, 2020), entende-se que as edificações onde há fluxo de pessoas devem ser acessíveis. Entretanto, este item nem sempre é aplicado e respeitado, existindo hoje uma dificuldade em adequar edificações existentes aos itens da NBR 9050 (ABNT, 2020), visto que é uma necessidade atender os direitos de ir e vir de todos os públicos. Sendo assim, cabe perguntar:

- A. A Igreja Adventista Central de Palhoça foi construída respeitando estes parâmetros?
- B. É possível tornar a Igreja Adventista Central de Palhoça em um local acessível de acordo com a NBR 9050 (ABNT, 2020) preservando sua estrutura?
- C. Quais são os pontos de melhoria para que a Igreja Adventista Central de Palhoça esteja de acordo com as normas de acessibilidades vigentes?

### **1.3 Objetivo Geral**

Elaborar um estudo preliminar de acessibilidade na Igreja Adventista do Sétimo Dia Central, localizada no município de Palhoça/SC, com o objetivo de identificar e propor adequações que promovam a plena acessibilidade física e arquitetônica do espaço, levando em consideração as legislações federais, estaduais e municipais vigentes, bem como nas normas técnicas aplicáveis.

### **1.4 Objetivos Específicos**

- 1.4.1 Aplicar o *checklist* de acessibilidade disposto no apêndice 9 da 8ª edição da Cartilha de Acessibilidade do CREA-SC na Igreja Adventista Central de

Palhoça e mapear os pontos que estão em desacordo com as normas vigentes de acessibilidade;

1.4.2 Elencar detalhadamente todas as inconformidades identificadas em relação às normas de acessibilidade atualmente em vigor.

1.4.3 Desenvolver um estudo preliminar com soluções de acessibilidade viáveis para a Igreja Adventista Central de Palhoça.

## **1.5 Estrutura do Trabalho**

Para maior detalhamento e compreensão do tema, este trabalho foi dividido em quatro partes principais: fundamentação teórica, métodos e técnicas, análise dos resultados e considerações finais.

Inicialmente, no capítulo 2, são abordados conceitos que garantem um embasamento teórico sobre edificações voltadas para fins religiosos, a Igreja Adventista do Sétimo dia no Brasil, pessoas com deficiência, acessibilidade de modo geral e em edificações religiosas e Desenho Universal. Evidenciando a importância e as principais necessidades de tornar uma edificação de cunho religioso um ambiente acessível para todos.

No capítulo 3, são explicados os métodos e técnicas utilizados para atingir os objetivos geral e específicos estabelecidos para a pesquisa.

Assim, no capítulo 4, são apresentadas as análises dos resultados obtidos através da aplicação do Checklist de acessibilidade disposto no apêndice 9 da 8ª edição da Cartilha de Acessibilidade do CREA-SC na Igreja Adventista Central de Palhoça, bem como as soluções propostas para melhoria da edificação.

Ao final do trabalho, apresentam-se as considerações finais nas quais são discutidos os maiores desafios encontrados no que se refere à acessibilidade da igreja, com base nos dados levantados durante a execução do trabalho, para que seja possível promover o acesso universal e o respeito à diversidade de todos os seus usuários.

## **2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

Com o intuito de atingir o objetivo proposto, este capítulo será dividido em tópicos para que seja possível contextualizar o que é considerado deficiência no Brasil, o conceito de acessibilidade e como é disposta a arquitetura das Igrejas Adventistas do Sétimo Dia.

### **2.1 Edificações voltadas a atividades religiosas**

O Brasil é caracterizado como um país laico, devendo manter uma postura imparcial e neutra em relação às religiões, evitando tanto o apoio quanto a descriminalização como forma de possibilitar a entrada de diversas religiões e crenças pelo país, contudo, tem o cristianismo como majoritário entre as denominações religiosas. (IBGE, 2010)

Neste sentido, pode-se afirmar que ao longo do desenvolvimento do Brasil a arquitetura religiosa desempenhou papel central na formação do espaço urbano do país desde o período colonial, não apenas de forma estética, mas como eixo organizador das cidades. De acordo com Toledo (1985), a implantação de “igrejas matrizes ou conventos monásticos” era frequentemente acompanhada do traçado de ruas, largos e praças ao redor, criando “centralidades” onde a religiosidade se entrelaça à memória coletiva

Segundo Falcão (1965), nas cidades brasileiras as igrejas matrizes são “elementos de referência cultural” e “marcos na paisagem urbana”, especialmente em cidades menores, onde elas tornam-se pontos de referência e até mesmo locais turísticos que mostram a cultura do local.

Em estudos realizados por Santos (1993), nota-se que a partir de 1980 o Brasil passou por uma intensa revolução urbana, onde houve o crescimento não apenas de grandes cidades, mas também as de médio e pequeno porte. Santos (1993) ainda afirma que este desenvolvimento ocorreu de forma difusa, onde a cidade deixou de ser um núcleo concêntrico incorporando novos usos urbanos, entre eles os espaços destinados às práticas religiosas.

Assim, pode-se considerar que nas últimas décadas houve uma alta taxa de urbanização do país e junto dela uma grande diversidade de crenças surgiram e optaram por incluir nas cidades suas edificações voltadas às atividades religiosas. De acordo com o Censo Demográfico do IBGE (2010), embora o catolicismo ainda seja predominante, religiões evangélicas, espíritas, afro-brasileiras e outras crenças têm ganhado maior visibilidade e presença nos territórios urbanos. “A urbanização do Brasil foi acompanhada pela fundação de muitos novos grupos religiosos, por uma emancipação crescente de antigas religiões e pela diversificação do campo religioso como um todo.” (THEIJE, 2006)

Entretanto, mesmo com a relevância e com o grande crescimento de edificações voltadas às atividades religiosas nas cidades brasileiras, percebe-se que não há devida atenção destinada a estes locais para que atendam aos princípios da acessibilidade universal. Theije (2006) afirma em suas pesquisas que, mesmo com o grande crescimento da diversidade religiosa na paisagem urbana, as edificações voltadas a estas atividades nem sempre foram alvo da atenção que deveriam receber.

“Apenas recentemente a construção de mesquitas, templos hindus e novos locais de encontro religiosos em geral – o que é em parte resultado das migrações globais contemporâneas e seus subsequentes padrões de assentamento na Europa e América do Norte metropolitanas – trouxe à tona o entendimento de que a religião contemporânea é um importante elemento componente da cidade.” (THEIJE, 2006)

A Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), em seu artigo 55, estabelece que "as instituições religiosas com atendimento ao público devem assegurar acessibilidade em suas instalações físicas", fato que é negligenciado em grande parte das edificações para fins religiosos.

## **2.2 Igreja Adventista do Sétimo Dia no Brasil**

Dentro do contexto, no Brasil o cristianismo representa 86,8% da população brasileira e entre esse percentual apenas 0,665% são Adventistas do

Sétimo Dia, sendo a igreja enquadrada como Igreja Evangélica de Missão. (SANTANA; LEMOS, 2012)

A Igreja Adventista foi fundada em 1844 nos Estados Unidos tendo origem no Movimento Milerita, e sendo erguida a primeira Igreja Adventista no Brasil em 1895 na cidade de Gaspar Alto, Santa Catarina, com apenas 23 membros batizados. Com os trabalhos realizados por essa pequena igreja, hoje o Brasil é considerado o maior país adventista do mundo, estando à frente dos Estados Unidos onde se originou. (GONÇALVES, 2020)

Dessa forma, com o grande crescimento da Igreja Adventista no Brasil, pensar e planejar sua arquitetura tornou-se algo de grande relevância entre seus líderes e membros. Em entrevista realizada pela Revista Adventista, o arquiteto e urbanista Ricardo Rossi destaca a importância dada a este aspecto.

Um projeto arquitetônico bem pensado ajuda a preparar as pessoas para receber a mensagem. Um ambiente organizado, belo e funcional proporciona conforto visual, físico, emocional e espiritual. Além disso, creio que o design moderno de um templo diz muito sobre a atualidade da nossa mensagem. (TONETTI, 2019)

Neste sentido, nota-se que o objetivo principal da construção das igrejas Adventistas é garantir máximo conforto aos membros e visitantes para que nada impacte negativamente ou atrapalhe seu momento de adoração a Deus. “O tipo de iluminação, a temperatura do ambiente, as cores, tudo isso pode influenciar positiva ou negativamente na adoração.” (TONETTI, 2019)

Dessa forma, Rossi ainda afirma que os projetos arquitetônicos das Igrejas Adventistas do sétimo dia devem obedecer a um padrão mínimo de acabamento e estética que concorda com o local onde está inserida, com o objetivo de mostrar organização e respeito a Deus. Fato que faz com que as Igrejas Adventistas construam locais de adoração diferentes do comum encontrado em templos religiosos de outras denominações.

Atualmente, a Associação Sul Catarinense da Igreja Adventista do Sétimo dia oferece para novas construções três tipos de padrão de projeto para execução, sendo que toda nova edificação deve estar de acordo com as diretrizes estipuladas.

Os modelos de arquitetura são divididos nas classes A, B e C, sendo estes distinguidos pela área total construída e a quantidade de membros previstos de acordo com o programa de necessidades de cada bairro ou cidade onde serão construídas. As Figuras 23 a 28, retiradas dos materiais enviados pela Associação Sul Catarinense, mostram os modelos de arquitetura padrão estabelecidos.

Nas Figuras 23 e 24 encontra-se o modelo de fachada e planta baixa para as Igrejas Adventistas do Sétimo Dia no padrão A, que conta com uma área máxima construída de 416,47m<sup>2</sup> e comporta até 145 membros.

**Figura 23 – Fachada Igreja Adventista projeto padrão A**



Fonte: Associação Sul Catarinense

Figura 24 – Planta baixa Igreja Adventista projeto padrão A



Fonte: Associação Sul Catarinense

Nas Figuras 25 e 26 encontra-se o modelo de fachada e planta baixa para as Igrejas Adventistas do Sétimo Dia no padrão B, que conta com uma área máxima construída de 426m<sup>2</sup> e comporta até 144 membros.

Figura 25 – Fachada Igreja Adventista projeto padrão B

**PROGRAMA DE NECESSIDADES**

**ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA: 426m<sup>2</sup>**

**ETAPA COMPLETA - 144 MEMBROS**  
Hall / acesso coberto  
Nave - 104 membros  
Galeria - 40 membros  
Sala som  
Sanitário masculino  
Sanitário feminino  
PNE  
09 Salas auxiliares (sendo uma com cozinha)  
02 Depósitos  
Elevador  
04 Vagas de estacionamento

**PRIMEIRA ETAPA - 104 MEMBROS**  
Hall / acesso coberto  
Nave - 104 membros  
Sala som  
Sanitário masculino  
Sanitário feminino  
PNE  
06 Salas auxiliares (sendo uma com cozinha)  
02 Depósitos  
04 Vagas de estacionamento

**OPÇÃO FACHADA 01**

**OPÇÃO FACHADA 02**

Fonte: Associação Sul Catarinense



Figura 28 – Planta baixa Igreja Adventista projeto padrão C



Fonte: Associação Sul Catarinense

Entre os três modelos de projetos indicados, todos são compostos pelos seguintes espaços principais: nave, galeria, sala pastoral, tanque de batismo, sala som, sanitários, depósito, salas auxiliares e cozinha.

Dessa forma, a nave é caracterizada por ser o local principal da igreja, onde ocorrem os cultos e programações destinadas ao público. Já a galeria, localizada na nave da igreja em pavimento superior, trata-se de um mezanino com espaço para mais membros sentados como forma de garantir maior número de lugares em dias com lotação máxima. A sala pastoral é um ambiente utilizado como depósito de literaturas, Bíblias, panfletos e materiais utilizados nos cultos em geral. O tanque de batismo também fica localizado na nave da igreja, sendo o local onde são realizados os batismos. A sala som, que também encontra-se na nave, é o local onde fica inserido o ministério da sonoplastia que coordena toda a parte de transmissão de áudio e vídeo para as programações que estão acontecendo e as salas auxiliares, geralmente localizadas na parte de trás da igreja, caracterizam-se principalmente por serem usadas todos os sábados pela manhã durante a Escola Sabatina - momento de estudo da Bíblia que é separado em classes de acordo com a faixa etária - além das reuniões mensais realizadas pelos líderes chamadas de comissões.

Como regra geral, as Igrejas Adventistas do Sétimo Dia devem atender a estes requisitos mínimos em todas as suas edificações, sempre contendo todos os espaços principais e com fachadas características nos modelos padrão oferecidos pela Associação Sul Catarinense.

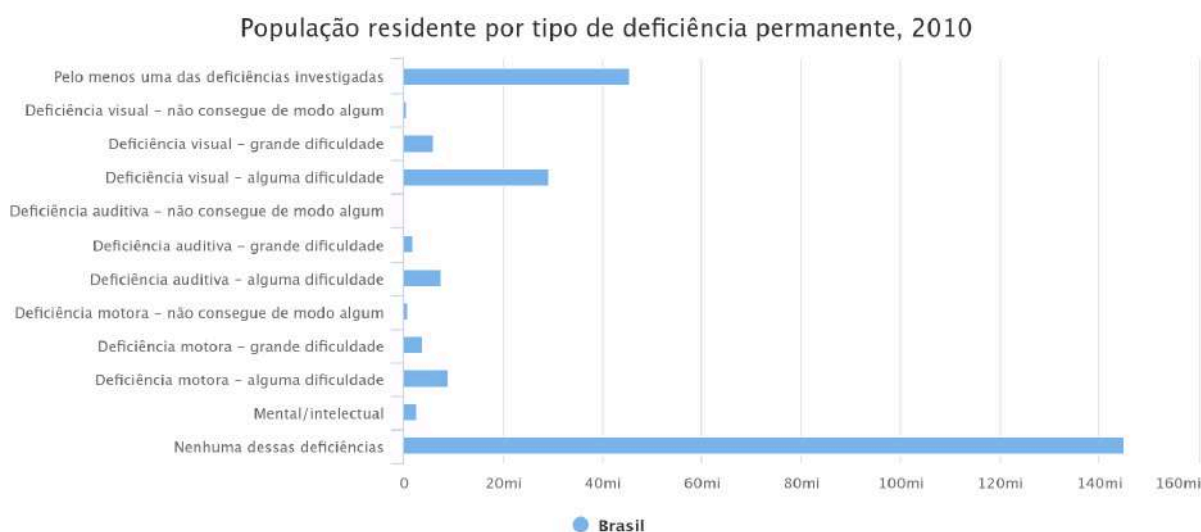
### 2.3 Pessoas com deficiência no Brasil

No Brasil, mais de 45 milhões de pessoas declaram ter algum tipo de deficiência de modo geral, de acordo com pesquisas realizadas em 2010 pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Definindo-se que pessoas com deficiência

São aquelas que têm impedimento de médio ou longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o que, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas. (MS, 2023)

Ainda no levantamento feito, no gráfico abaixo retirado do sistema do IBGE, pode-se observar que aproximadamente 15 milhões de habitantes alegam ter algum tipo de deficiência caracterizada exclusivamente como motora, ou seja, que limita sua mobilidade de forma geral, sendo classificada em grande ou alguma dificuldade.

**Gráfico 1 – Quantidade de brasileiros residentes portadores de deficiências**



Fonte: IBGE

Santos (2008) afirma que os estudos acerca de pessoas com deficiência se intensificaram a partir do de 1970, quando ativistas da deficiência e algumas organizações de deficientes politizaram o tema e pediram por mudanças nas legislações federais e internacionais para proteção e amparo a esta classe da população. Assim, Santos (2008) afirma que o ano de 1981 foi reconhecido como o Ano Internacional da Organização das Nações Unidas (ONU) para Pessoas Deficientes, visto que “foi um marco democrático de reajustes sociais, estruturais e políticos para tratar o tema na esfera dos direitos humanos”. (SANTOS, 2008)

No Brasil, estes regulamentos foram inseridos a partir da Constituição Federal de 1988, onde “criaram-se dispositivos legais em áreas como educação, trabalho, assistência social e acessibilidade física, de forma a garantir a inclusão social das pessoas com deficiência.”. (SANTOS, 2008)

Mesmo assim, apesar das mudanças ocorridas a partir deste período, a deficiência no Brasil ainda é vista como problemas patológicos enfrentados por uma minoria e não como uma expressão da diversidade da população, fato que dificulta com que a sociedade assuma sua responsabilidade e ajuste os ambientes públicos às diversidades corporais existentes. (SANTOS, 2008)

Dessa forma, garantir a acessibilidade para todas as pessoas torna-se algo essencial, visto que, é por meio destas políticas públicas em pleno funcionamento que as pessoas portadoras de deficiências podem aproveitar e desfrutar de práticas espaciais sem exclusão. “É importante exigir que a legislação garanta esse acesso, mesmo em face das adversidades encontradas no dia a dia”. (SILVA; BARROS, 2023)

## **2.4 Acessibilidade e Desenho Universal**

Segundo o Art. 2º.I da Lei nº 10.098, de Dezembro de 2000, define-se como acessibilidade como uma condição que possa permitir com que todos possam acessar fisicamente e participar plenamente das atividades nas mais diversificadas esferas sociais.

A Acessibilidade é a possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos

ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida. (Lei Nº 10.098, 2000)

Dessa forma, pode-se considerar que a acessibilidade é um direito fundamental de todo cidadão, o que mostra a necessidade de garantir que todas as pessoas, independentemente de suas condições físicas, sensoriais ou cognitivas, possam usufruir dos espaços, serviços e oportunidades em igualdade de condições.

Em 2004 a Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, definiu acessibilidade como sendo a possibilidade e a condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia de espaços públicos e privados (NBR 9050). Sendo um espaço que não possui essas características, deve ser adaptado conforme as normativas vigentes, para que se torne acessível.

Neste mesmo contexto, surge o conceito de desenho universal que atua como um orientador para os projetos inclusivos, buscando criar ambientes, produtos e serviços que possam ser utilizados pelo maior número de pessoas, sem que haja necessidade de adaptações posteriores ou projetos específicos. A ideia principal é que a acessibilidade seja algo natural para o projetista dos espaços e não um acréscimo eventual, sendo então algo intrínseco à concepção dos projetos. (MACE, 1988)

Conforme Mace (1998), “o design universal é o projeto de produtos e ambientes a serem utilizáveis por todas as pessoas, na maior extensão possível, sem a necessidade de adaptação ou de um projeto especializado”.

Do mesmo modo, Montenegro (2017) afirma que a acessibilidade deve ser pensada como parte do projeto, não como acréscimo à construção. Sendo necessário o planejamento e implantação de espaços acessíveis logo na elaboração do projeto, evitando reformas ou reajustes no local para torná-lo acessível a todos.

No Brasil, a norma ABNT NBR 9050:2020, que estabelece critérios técnicos para acessibilidade em edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos, é uma das principais ferramentas para garantir a aplicação do desenho universal nas edificações. Ela determina, por exemplo, dimensões mínimas para rampas, portas e

sanitários acessíveis, além de critérios para sinalização tátil, comunicação visual e sonora, e acessibilidade em áreas de circulação.

Como destacam Sasaki (2006) e Pereira (2011), a acessibilidade não se limita à eliminação de barreiras físicas, mas envolve também aspectos atitudinais, comunicacionais e metodológicos, sendo parte essencial de uma sociedade verdadeiramente inclusiva. Dessa forma, implementar os princípios de acessibilidade e desenho universal em espaços destinados à ocupação religiosa é fundamental para garantir a inclusão social e a participação plena de todos.

Assim, levando em consideração que a Constituição Brasileira de 1988 afirma que o direito de igualdade é obrigatório a todo cidadão, sendo o acesso à moradia, ao trabalho e a serviços essenciais como educação e saúde para todas as pessoas, independentemente do sexo, idade, cor, credo, condição social ou deficiência, é de extrema relevância que as edificações estejam perfeitamente enquadradas nas legislações e regras sobre acessibilidade. (DISCHINGER *et al.*, 2014)

No Manual de Acessibilidade publicado pelo Ministério Público de Santa Catarina (2014), afirma-se que, para a grande maioria das pessoas, os elementos urbanos passam despercebidos – como degraus irregulares ou interfonos em alturas variáveis – fato que gera transtorno e causa diversas restrições às pessoas portadoras de deficiência.

Com isso, vale ressaltar que é importantíssimo que os âmbitos de atuação nessa área sejam eficientes concordantes entre si, para que os profissionais devidamente capacitados possam executar os projetos, construções e fiscalizações de maneira eficiente e assertiva. (DISCHINGER *et al.*, 2014)

Os profissionais responsáveis pelo projeto devem saber identificar os problemas existentes e desenvolver soluções técnicas adequadas. a execução de novos projetos e reformas, devem ser mantidas as especificações técnicas estabelecidas. Por último, os responsáveis por ações de fiscalização, a partir do conhecimento detalhado da legislação, devem ser capazes de avaliar a adequação das soluções implementadas. (DISCHINGER *et al.*, 2014)

Neste sentido, ainda de acordo com o Manual de Acessibilidade do MPSC (2014), é de extrema importância entender que existem diferentes tipos de deficiência, de forma geral classificadas como físico-motoras, sensoriais (como visual e auditiva), cognitivas (intelectuais ou psicossociais) e múltiplas. Sendo que cada uma destas categorias apresenta necessidades específicas, que devem ser consideradas e respeitadas durante o planejamento de espaços físicos, edificações públicas e privadas.

Sendo assim, nota-se que a acessibilidade não pode ser considerada como uma solução única e padronizada que atenda apenas a tipo de deficiência, visto que, na grande maioria das vezes, as limitações maiores são potencializadas por um ambiente inadequado. Sasaki (2010) destaca que "não é a deficiência que torna a pessoa incapaz, mas sim o ambiente que não oferece condições de participação com igualdade". Dessa forma, as barreiras arquitetônicas e urbanísticas podem intensificar restrições que poderiam ser amenizadas ou até eliminadas com um projeto acessível.

De acordo com Bueno (2017), a aplicação da acessibilidade nos projetos arquitetônicos e urbanísticos deve estar presente desde a fase inicial de concepção, como forma de evitar adaptações posteriores que geralmente são menos eficazes e muito mais onerosas. Ainda neste contexto, o conceito de Desenho Universal proposto por Ron Mace é essencial, pois afirma que as edificações devem ser projetadas para serem utilizadas por todas as pessoas, independente de idade, tamanho ou habilidade (MACE, 1988)

Com isso, de acordo com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (Decreto nº 6.949/2009), reforça-se a ideia de que as pessoas com deficiência devem ter acesso às edificações, ao transporte e à informação de forma igualitária de condições com as demais, o que inclui não apenas rampas e elevadores, mas também sinalizações táteis, visuais e sonoras, mobiliário adaptado e comunicação acessível. Dessa forma, as edificações devem ser pensadas considerando a diversidade humana como princípio orientador de seus projetos, visto que, planejar com inclusão não é apenas uma forma de cumprir com as legislações vigentes, mas um compromisso ético de cada profissional com a igualdade, garantindo o bom uso dos espaços físicos.

## 2.5 Acessibilidade em edificações de cunho religioso

A acessibilidade em templos e espaços religiosos não é um tema totalmente difundido e comum entre a sociedade. Entretanto, é primordial que estes locais estejam perfeitamente preparados para receber todo tipo de pessoa, visto que, o fato de estas edificações não estarem enquadradas nas normas vigentes e restringirem o acesso de certo grupo social impacta de forma muito negativa na experiência de professar a sua fé publicamente, trazendo não apenas situações indesejáveis do ponto de vista ergonômico como também o desconforto ou até constrangimentos por esses usuários. (SILVA; BARROS, 2023)

Os espaços de igrejas devem ser pensados e projetados a fim de garantir a autonomia e mobilidade, sobretudo a disponibilidade de espaço suficiente para cadeirantes, bem como a disposição dos bancos e acessórios presentes nestes locais e a consideração das normas impostas pela NBR 9050 (2020). (SILVA; BARROS, 2023)

De acordo com a Associação Brasileira de Normas Técnicas, na NBR 9050:2020, que trata da acessibilidade a edificações, mobiliários, espaços e equipamentos urbanos, são estabelecidos os parâmetros mínimos que garantem um acesso seguro e autônomo de pessoas com deficiência às edificações. Orientações que devem ser seguidas desde a fase inicial nos projetos de edificações de cunho religioso como forma de garantir acessibilidade em elementos como rampas, áreas de giro, sinalização tátil e visual, sanitários, entre outros elementos.

Adicionalmente, o Manual de Acessibilidade publicado pelo Ministério Público de Santa Catarina (2014) afirma que os espaços de uso coletivo, mesmo que privados, como é o caso dos templos religiosos, estão sujeitos à exigências legais de acessibilidade previstas na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015), garantindo que todos os ambientes de uso público devem permanecer plenamente acessíveis, sob pena de responsabilização civil e administrativa.

Silva e Barros (2023) em seu estudo realizado na Igreja de Nossa Senhora da Conceição, em Passira - PE, sobre a circulação de usuários com cadeira de rodas, afirma que os ambientes religiosos, considerando que são espaços destinados ao

público, devem garantir a possibilidade de acomodar e de disponibilizar a livre circulação de pessoas com deficiência como qualquer outra edificação.

Os autores ainda afirmam que os espaços de igrejas devem ser planejados para atender o público com todos os tipos de deficiência, garantindo autonomia e mobilidade, levando ainda em consideração bancos e outros acessórios característicos destes locais, estando tudo sempre em acordo com as diretrizes da NBR 9050. Visto que, a falta de aplicação destes conceitos, afeta diretamente os participantes destas denominações religiosas, pois a ausência de circulação desejável cria obstáculos para uma socialização independente e acarreta em uma limitada interação social.

Neste sentido, Paulo Stehling em seu artigo publicado pela Revista Adventista em 2024, elenca uma série de princípios bíblicos adotados para a construção de novos templos pela Igreja Adventista do Sétimo Dia. Exemplificando com a história de Moisés, que foi divinamente instruído e recebeu de Deus um projeto para realizar a construção de um tabernáculo de adoração, Stehling afirma que tudo deve ser pensado como forma de garantir que a edificação expresse em detalhes as lições mais importantes a respeito de adoração que o Senhor deseja que Seu povo aprenda. Paulo ainda cita uma passagem do livro de Ellen G. White - escritora adventista muito relevante - que diz que o nome de Deus deve ser honrado por meio dos edifícios que são construídos.

Acredito que negligenciar o papel dos projetos, do planejamento da obra e do controle técnico na execução é desrespeitar a orientação bíblica sobre o assunto. Negligenciar a importância dos profissionais da área de construção civil nas obras de nossas igrejas é uma afronta ao exemplo divino. Lembre-se de que a construção exemplar de igrejas não é uma questão apenas técnica e financeira, mas, sobretudo espiritual! (STEHLING, 2024)

A partir destes conceitos, entende-se que é uma grande preocupação da IASD, sendo parte até mesmo de seus princípios, garantir que suas edificações sejam locais muito bem planejados e agradáveis a todo tipo de público, sendo então imprescindível que a acessibilidade seja contemplada em todas as suas obras como forma de tornar possível que qualquer pessoa consiga transitar livremente e realizar seu momento de adoração em plenas condições.

### 3 MÉTODOS E TÉCNICAS

Este trabalho tem como característica ser uma pesquisa qualitativa, voltada à realização de uma análise preliminar de questões relacionadas à acessibilidade da Igreja Adventista Central de Palhoça. Segundo Gil (2021), uma pesquisa qualitativa é qualquer tipo de pesquisa que produza resultados não alcançados através de procedimentos estatísticos ou de outros meios de quantificação. Neste sentido, a pesquisa qualitativa busca descobrir conceitos e relações entre os dados e organizá-los em um esquema explicativo mediante um processo não matemático de interpretação.

Neste sentido, esta pesquisa tem como objetivo identificar os principais itens que apresentam inconformidades em relação às normas técnicas de acessibilidade vigentes e aos princípios do desenho universal, para que então sejam feitas sugestões de melhorias e propostas de soluções embasadas na literatura anteriormente citada.

Dessa forma, a metodologia adotada busca interpretar as situações reais que ocorrem na Igreja Adventista Central de Palhoça e propor soluções projetuais e corretivas de acordo com a NBR 9050:2020, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146/2015) e nas referências técnicas abordadas durante a pesquisa bibliográfica supracitada que fundamentou teoricamente as sugestões técnicas para futuras adequações do local objeto do estudo.

Assim, para início das verificações do local, foi realizada uma análise documental do projeto arquitetônico e memorial da edificação, utilizando como principal fonte os arquivos enviados pela administração da Igreja Adventista do Sétimo Dia, como forma de estudar e compreender a edificação.

A partir disso, foram realizadas visitas técnicas na Igreja Adventista Central de Palhoça para medições e comparativos com as normas vigentes sobre acessibilidade, identificando as não conformidades e problemas solucionáveis ou insolucionáveis presentes na edificação, mapeando-os para melhor compreensão do contexto do local.

Estas visitas foram guiadas pelo Checklist disponibilizado pela Cartilha de Acessibilidade do CREA-SC baseado nos parâmetros normativos de acessibilidade vigentes, onde foram registradas fotos, anotações e croquis que deram embasamento para a análise qualitativa dos espaços e permitiram a verificação necessária para propor as soluções práticas para as adequações da edificação.

O Checklist adotado para análise da Igreja, conforme a figura 29, permite a conferência de calçadas, estacionamentos, circulação interna, externa e vertical, portas, rampas, escadas, sanitários, entres outros itens que são contemplados por meio de perguntas que podem ser respondidas com “sim, não e não se aplica”. Para melhor visualização, no Anexo 2 encontra-se o checklist na íntegra.

**Figura 29 – Checklist utilizado para verificação da edificação**

<b>Estacionamento para uso público</b>		
1. Há estacionamento na via pública?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
2. Há vaga reservada acessível na via pública?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
3. Há sinalização nestas vagas, por meio de faixa de 1,20 m de largura pintada no piso, em amarelo, lateral à vaga e demarcação da vaga com linha contínua na cor branca sobre o pavimento?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
4. Há rebaixamento de meio-fio e rampa na calçada para ligar a vaga à calçada ou passeio?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
5. Nas áreas externas ou internas da edificação, distintas a garagem/estacionamento, as vagas reservadas acessíveis são devidamente sinalizadas?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
6. As vagas reservadas são identificadas com placa vertical, com o símbolo internacional de Acesso e com identificação escrita relativa à condição de reserva da vaga e do público-alvo?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
7. As vagas preferenciais estão dispostas próximas às rotas acessíveis?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
<b>Edificação - Informações gerais</b>		
1. O percurso que une a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos é acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
2. Há pelo menos uma rota acessível ao interior da edificação que está livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
3. Se não há elevador ou outro equipamento eletromecânico acessível, há rampas ligando os pavimentos?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
4. Há rampa em qualquer caso onde ocorra um desnível maior que 2,0 cm e menor que 48 cm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica

Fonte: CREA-SC

Todas as perguntas são embasadas na Constituição Federal, nas Leis Federais nº 10.048 e 10.098 de 2000, no Decreto no 5.296 de 2004, no artigo 9 da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal no 13.146 de 06 de julho de 2015) e nas normas técnicas envolvendo acessibilidade, como a NBR 9050, que são

explicadas e transformadas em uma ferramenta de conferência na Cartilha de Acessibilidade do CREA-SC.

Dessa forma, partindo do levantamento técnico realizado in loco, por meio da aplicação do checklist, foi possível identificar, registrar e documentar os elementos construtivos e funcionais que se encontram em desconformidade com os critérios de acessibilidade universal.

A análise permitiu a realização de um estudo preliminar, onde foi feita a verificação minuciosa das barreiras arquitetônicas presentes nos ambientes externos e internos da igreja, tais como a ausência ou inadequações de rampas, corrimãos, sinalização tátil, dimensões de circulação e mobiliário não adaptado que comprometem o pleno acesso e uso do espaço por pessoas com deficiência.

Dessa forma, com o apoio de projeto arquitetônico original, disponibilizado pela administração da igreja, foi possível realizar uma análise técnica mais precisa da estrutura existente. A partir desse material, foram desenvolvidos croquis explicativos utilizando o software AutoCad da Autodesk, com o objetivo de ilustrar de forma clara e objetiva os pontos de não conformidade identificados durante o levantamento em campo.

Com base nas representações gráficas baseadas nas normas de acessibilidade vigentes foram propostas intervenções corretivas e adequações técnicas viáveis, respeitando a arquitetura original da edificação e os princípios do Desenho Universal. Tais melhorias buscam eliminar as barreiras físicas existentes e promover a inclusão, possibilitando que a igreja atenda de forma igualitária todos os membros e visitantes da edificação independente de suas limitações.

Assim, o Quadro 1 foi elaborado para apresentar as principais metas da pesquisa, com o intuito de expor de maneira resumida os objetivos específicos e os métodos e técnicas do estudo, contribuindo para uma melhor compreensão, acompanhamento e avaliação dos resultados a serem apresentados.

Quadro 1 - Objetivos e métodos

OBJETIVOS ESPECÍFICOS	MÉTODOS E TÉCNICAS A SEREM ADOTADOS
Aplicar o <i>checklist</i> de acessibilidade disposto no apêndice 9 da 8ª edição da Cartilha de Acessibilidade do CREA-SC na Igreja Adventista Central de Palhoça e mapear os pontos que estão em desacordo com as normas vigentes de acessibilidade;	Visita técnica ao local de estudo, utilizando o celular para aplicação do <i>checklist</i> e para fazer registros fotográficos do local, além de trena para realizar as medições necessárias.
Elencar detalhadamente todas as inconformidades identificadas em relação às normas de acessibilidade atualmente em vigor.	Pesquisa documental das normas vigentes sobre acessibilidade
Desenvolver um estudo preliminar com soluções de acessibilidade viáveis para a Igreja Adventista Central de Palhoça.	Com base no projeto disponibilizado pela administração da igreja, elaboração de croquis explicativos utilizando o software AutoCad

Fonte: Autor (2025)

## **4 APRESENTAÇÃO DOS RESULTADOS**

Este trabalho buscou analisar a acessibilidade espacial da Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Palhoça, tendo embasamento na Constituição Federal, nas Leis Federais nº 10.048 e 10.098 de 2000, no Decreto no 5.296 de 2004, no artigo 9 da Convenção da ONU sobre os direitos da pessoa com deficiência, na Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei Federal no 13.146 de 06 de julho de 2015) e nas normas técnicas envolvendo acessibilidade, como a NBR 9050.

Como forma de atingir os objetivos estipulados para o trabalho, o desenvolvimento do estudo foi dividido em três etapas principais, em que a primeira constituiu a aplicação do Checklist de acessibilidade disposto no apêndice 9 da 8ª edição da Cartilha de Acessibilidade do CREA-SC na edificação. Onde foram realizadas visitas técnicas no local para que fossem averiguadas e registradas as inconformidades de cada item analisado.

Posteriormente, foram identificadas todas as inconformidades em relação à acessibilidade presentes na igreja para então ser desenvolvido um estudo preliminar evidenciando as soluções viáveis a serem adotadas como forma de corrigir os problemas encontrados.

### **4.1 Levantamento da igreja e aplicação do checklist**

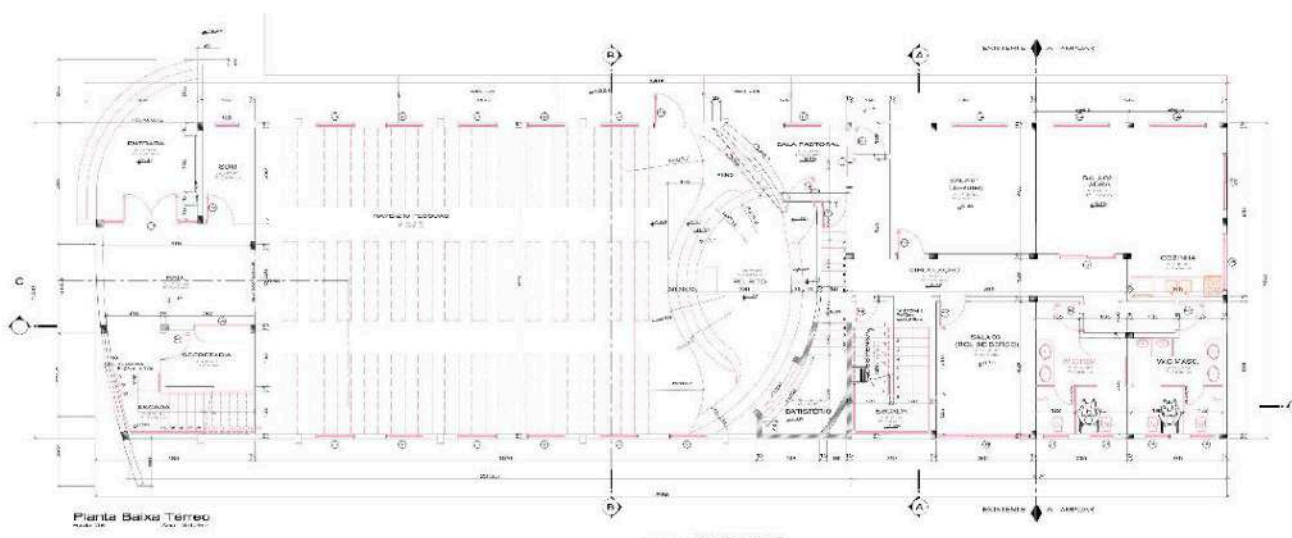
Inicialmente, foi realizada uma análise geral no projeto arquitetônico da Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Palhoça, como forma de compreender as características projetuais da edificação e verificar a conformidade entre o que foi realmente planejado e o que efetivamente foi executado em obra, sendo confrontadas medidas, áreas e ambientes.

Para isso, foram realizadas visitas técnicas ao local, onde constatou-se a existência de discrepâncias arquitetônicas entre o projeto apresentado e a edificação existente, evidenciando que a construção não seguiu os parâmetros definidos na documentação original.

Dessa forma, foi necessária a realização de um projeto As-Built em que foram alterados no projeto os itens necessários de modo a mostrar fielmente as condições reais executadas em obra. Para isso, com a utilização de celular, trena, prancheta, caneta e papel foram realizadas fotografias e medições de todos os ambientes, sendo elaborado um croqui a mão para que posteriormente fosse desenhado através do software AutoCad.

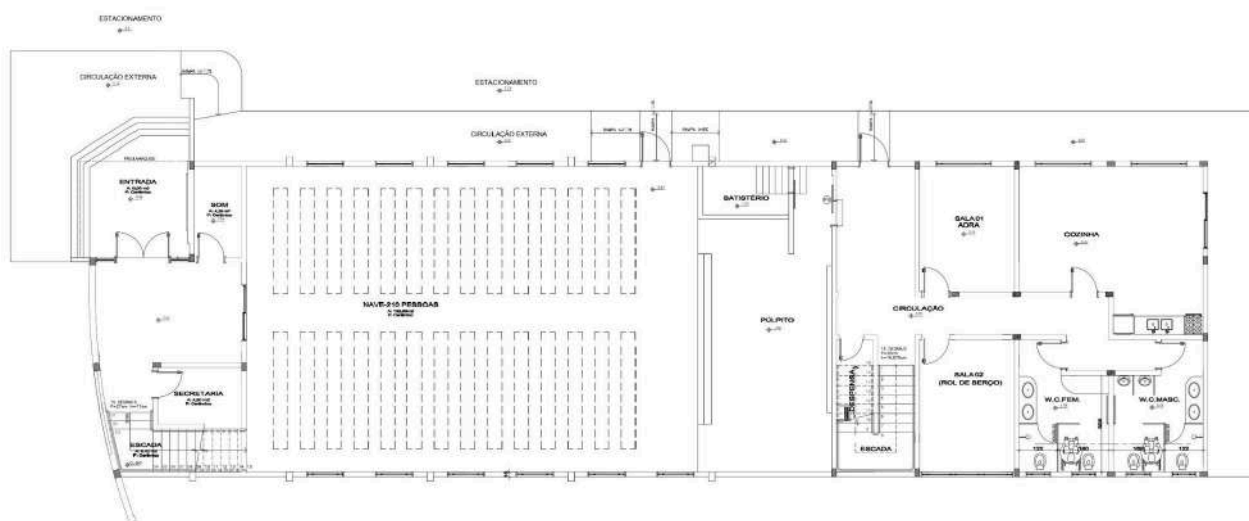
Esta etapa foi fundamental para que as análises posteriores fossem precisas e corretas, principalmente para este caso em que é avaliada a acessibilidade da edificação. Nas figuras 30 e 31, bem como nos anexos 1 e 3 para visualização ampliada dos projetos, é possível observar as diferenças encontradas entre o projeto original e o projeto As-Built, sendo estas principalmente localizadas na região do púlpito e salão principal da igreja.

**Figura 30 – Projeto Arquitetônico original da Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Palhoça**



Fonte: Associação Sul Catarinense da Igreja Adventista do Sétimo dia (2025).

**Figura 31 – Projeto As-Built da Igreja Adventista do Sétimo Dia Central de Palhoça**



Fonte: Autor (2025)

Com o projeto arquitetônico já corrigido representando como a edificação está em seus padrões atuais, foram realizadas outras visitas técnicas na igreja para verificação da acessibilidade do local e a aplicação do Checklist disponibilizado de forma digital pelo CREA-SC em sua 8ª edição da Cartilha de Acessibilidade.

Dessa forma, com o auxílio de trena, celular, prancheta, caneta e papel, para registros fotográficos e anotações, foram respondidas todas as perguntas presentes no Checklist na mesma ordem em que estão disponibilizadas na Cartilha de Acessibilidade.

Assim, a avaliação de acessibilidade do local iniciou pelas calçadas, seguindo para a circulação externa, estacionamento para uso público, rampas, circulação interna, portas, escadas, circulação vertical e por fim os sanitários acessíveis.

#### **4.1.1 Calçadas**

Inicialmente foi feita uma vistoria visual e a conferência das medidas de todo o perímetro das calçadas, constatando-se que foram executadas de forma divergente do projeto arquitetônico. Dessa forma, foram feitos registros fotográficos e um croqui de campo para elaboração do projeto As-Built.

Para verificação da acessibilidade das calçadas foram respondidas as 11 perguntas presentes no checklist destinadas a esta área da edificação, as quais contemplam detalhes quanto a largura, tipo de revestimento, inclinação transversal, presença de obstáculos no piso ou aéreos, acesso de veículos, desníveis, rebaixamento de meio-fio, rampas, sinalização tátil e acessos de estacionamento. Na figura 32 encontra-se o checklist aplicado para as calçadas e suas respectivas respostas.

**Figura 32 – Checklist aplicado às calçadas**

<b>Calçadas</b>			
1. Tem largura mínima de 1,20 m (circulação de uma pessoa em pé e outra com cadeira de rodas)?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. Revestimento do piso é antiderrapante?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. Revestimento do piso tem superfície regular, contínuo, sem provocar trepidações?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. A inclinação transversal da calçada apresenta oscilações?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Se existem obstáculos como caixas de coletas, lixeiras, telefones públicos e outros, estes obstáculos estão fora do espaço de passagem de pedestres?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica
6. Obstáculos aéreos, como marquises, placas, toldos e vegetação, estão localizados a uma altura superior a 2,10 m?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica
7. A acomodação de acesso de veículos é feita exclusivamente dentro do imóvel, de forma a não criar degraus ou desníveis abruptos na calçada?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
8. Na calçada em frente a edificação, se houver, a faixa destinada à travessia de via pública por pedestre, há rebaixamento de meio-fio e rampa sobre a calçada?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica
9. Há faixa de circulação plana, livre e contínua na calçada em frente à rampa, com no mínimo 120 cm? (vide figuras 29 e 30 da Cartilha)	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica
10. Há faixa de sinalização tátil de alerta com textura e cor diferenciada no piso da rampa com largura entre 40 a 60 cm, conforme item 6.6 da NBR 16537/16?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica
11. Os acessos de estacionamento: estão localizados dentro da faixa de serviço ou dentro da faixa de acesso junto aos imóveis, não obstruindo a faixa de livre circulação e não interferindo na sua inclinação transversal?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica

Fonte: CREA-SC (2025), modificado pelo autor.

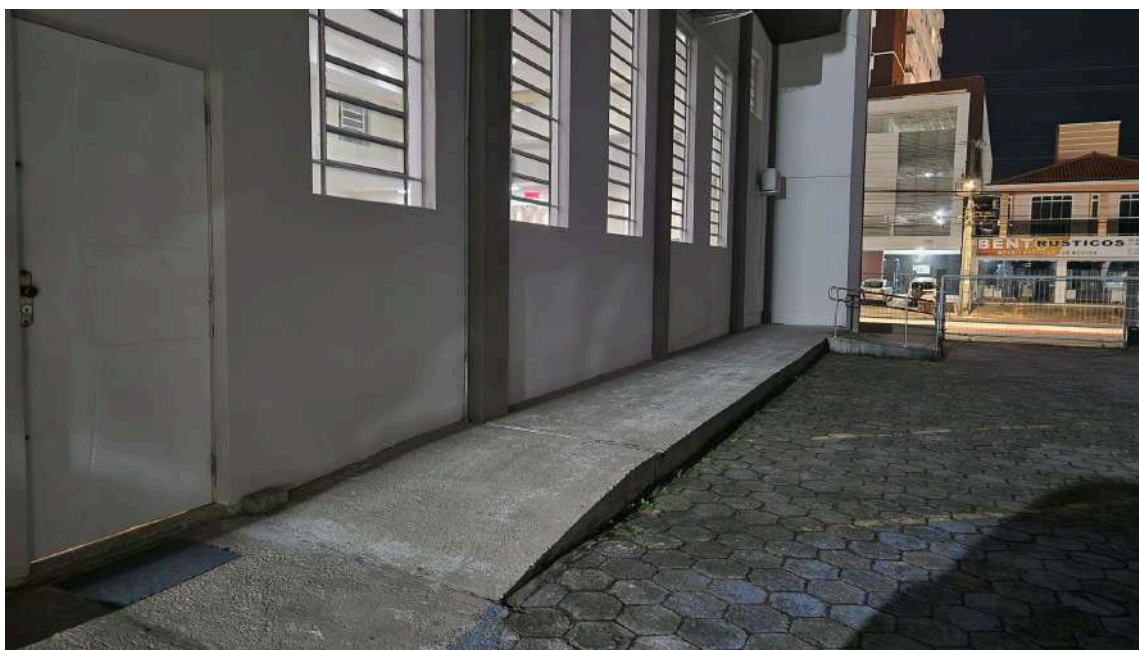
Dessa forma, partindo das respostas obtidas, pode-se perceber que as calçadas da igreja estão parcialmente dentro dos padrões acessíveis solicitados pelas normas vigentes contempladas pelo checklist. Visto que, como nota-se na Figura 33, todas as calçadas da edificação são feitas de concreto antiderrapante, não apresentam obstáculos, tem largura de 1,60m, são construídas de maneira uniforme, não apresentando oscilações, entretanto, há a presença de desníveis consideráveis como apresentado na figura 34.

**Figura 33 – Largura das calçadas maior que 1,20m**



Fonte: Autor (2025)

**Figura 34 – Extensão das calçadas da edificação com desníveis**



Fonte: Autor (2025)

Assim, nota-se que mesmo as calçadas estando parcialmente dentro dos padrões de acessibilidade aplicados através do checklist, ainda torna-se necessário fazer alterações para que os desníveis existentes sejam minimizados.

#### 4.1.2 Estacionamento para uso público

Seguindo as conferências através do checklist, foi verificado o estacionamento da edificação. Por meio de 7 perguntas, evidenciadas na Figura 35, foram evidenciados itens como a presença de vaga acessível na via pública, presença de estacionamento na via pública, sinalização de vagas exclusivas, rebaixo de meio-fio e distância das vagas exclusivas das rotas acessíveis da edificação

Figura 35 – Checklist aplicado ao estacionamento

Estacionamento para uso público			
1. Há estacionamento na via pública?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. Há vaga reservada acessível na via pública?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. Há sinalização nestas vagas, por meio de faixa de 1,20 m de largura pintada no piso, em amarelo, lateral à vaga e demarcação da vaga com linha contínua na cor branca sobre o pavimento?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. Há rebaixamento de meio-fio e rampa na calçada para ligar a vaga à calçada ou passeio?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Nas áreas externas ou internas da edificação, distintas a garagem/estacionamento, as vagas reservadas acessíveis são devidamente sinalizadas?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. As vagas reservadas são identificadas com placa vertical, com o símbolo internacional de Acesso e com identificação escrita relativa à condição de reserva da vaga e do público-alvo?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
7. As vagas preferenciais estão dispostas próximas às rotas acessíveis?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

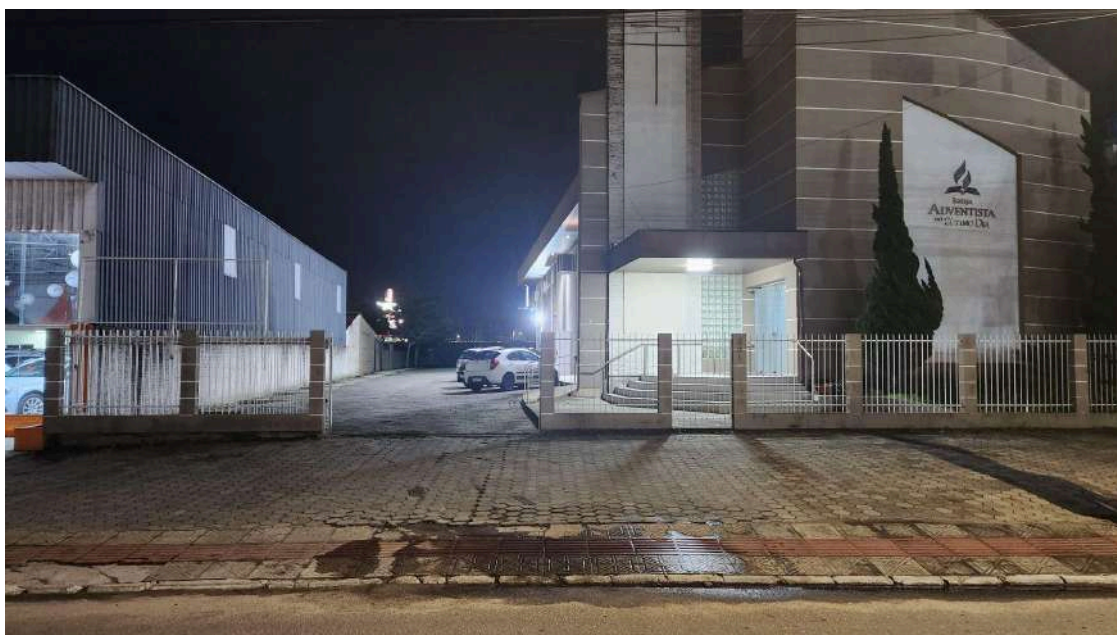
Fonte: CREA-SC (2025), modificado pelo autor.

Por meio das respostas obtidas, verificou-se que o estacionamento voltado para o uso público da edificação em questão não está de acordo com as normas vigentes de acessibilidade contempladas pelo checklist.

Nota-se que não há vaga reservada acessível no estacionamento localizado na via pública (Figura 36) e internamente existe uma demarcação simples

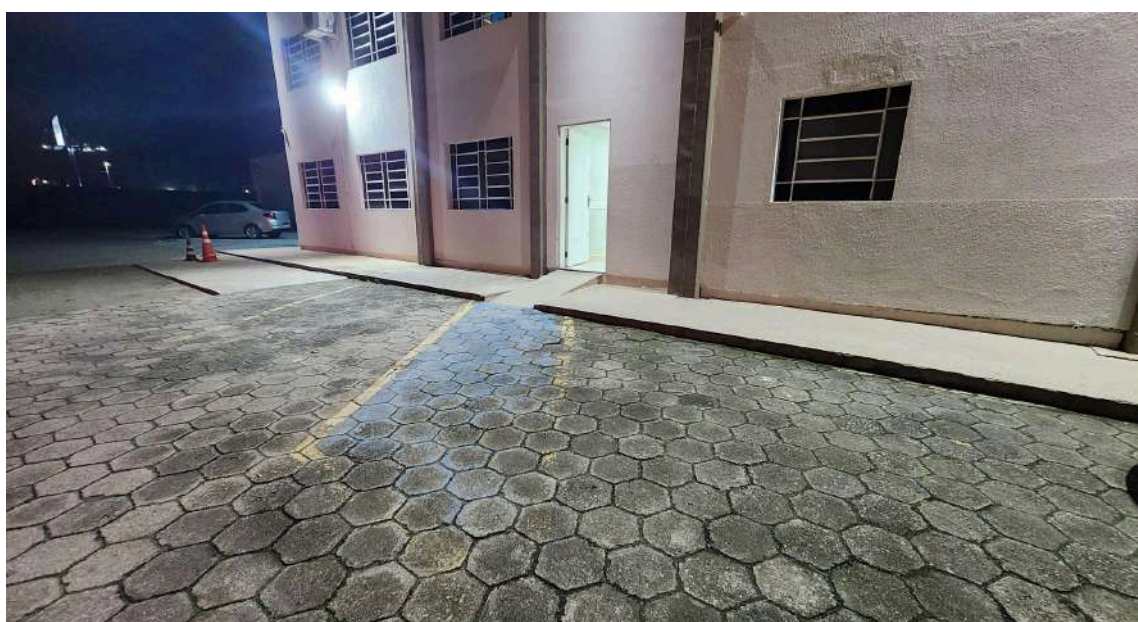
no piso que os membros adotaram como sinalização para vaga acessível (Figura 37), porém ela encontra-se muito deteriorada, não é da cor amarela e não há placa vertical com o Símbolo Internacional de Acesso evidenciando a condição de reserva da vaga e para qual público é destinada, como é solicitado na ABNT NBR 9050 e exemplificado na Figura 38.

**Figura 36 – Estacionamento na via pública**



Fonte: Autor (2025)

**Figura 37 – Estacionamento interno com demarcação acessível inadequada**



Fonte: Autor (2025)

**Figura 38 – Modelo de vaga acessível com sinalização**



Fonte: CREA-SC (2025)

Dessa forma, destaca-se a importância da realização de alterações no estacionamento para uso público para torná-lo acessível em acordo com a ABNT NBR 9050.

#### **4.1.3 Circulação externa - acesso da via pública até a edificação**

Posteriormente, foi verificada a circulação externa da edificação, sendo esta desde o acesso da via pública, por meio de 7 perguntas abordadas pelo checklist, representadas pela Figura 39, onde foi possível analisar o revestimento da circulação, largura mínima, presença de juntas de dilatação ou grelhas, obstáculos e rampas para vencer desníveis.

Figura 39 – Checklist aplicado à circulação externa

Circulação externa - acesso da via pública até a edificação			
1. Revestimento do piso tem superfície plana, regular, contínuo, sem provocar trepidações se é antiderrapante?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. Os espaços de circulação externa têm uma faixa livre com largura mínima de 120 cm (para circulação de uma pessoa em pé e outra em uma cadeira de rodas)?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. As juntas de dilatação ou grelhas tem no máximo 15 mm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica
4. Onde há desníveis entre 0,5 cm e 2,0 cm, há rampa com inclinação máxima de 50%?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Onde há degraus, maiores que 2,0 cm, e escadas, há rampa ou equipamento eletromecânico vencendo o mesmo desnível?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. Os capachos são embutidos?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica
7. As zonas de circulação estão livres de obstáculos como caixas de coletores, lixeira, floreiras, telefones públicos, extintores de incêndio e outros?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
8. Placas de sinalização e outros elementos suspensos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação estão a uma altura mínima de 210 cm em relação ao piso?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica

Fonte: CREA-SC (2025), modificado pelo autor.

A partir das respostas obtidas, nota-se que o acesso da via pública até a edificação está parcialmente acessível, pois o revestimento do piso tem superfície plana e contínua, há faixa livre com largura mínima 1,20m e não são encontrados obstáculos que atrapalham a passagem, entretanto, como é possível ver na Figura 40, o acesso apresenta um desnível de aproximadamente 12cm e escadas para a porta principal da edificação que não são suavizados com a presença de rampas ou de equipamento eletromecânico.

**Figura 40 – Desnível e escadas da edificação sem presença de rampas ou equipamento eletromecânico**



Fonte: Autor (2025)

Através das análises realizadas e da figura 40, percebe-se que a circulação externa da edificação não é completamente acessível para pessoas portadoras de deficiência ou com capacidade motora reduzida, necessitando de intervenções imediatas para trazer acessibilidade ao item.

#### **4.1.4 Edificação - Informações gerais**

Partindo para a análise de informações gerais da edificação, foi possível analisar o percurso que une o local à via pública e edificações vizinhas, rotas

acessíveis horizontais e verticais no interior da edificação, presença de rampas e banheiros acessíveis.

Assim, conforme as respostas obtidas para as 6 perguntas deste tema do checklist, evidenciadas na Figura 41, percebe-se que a igreja está em acordo apenas com a primeira e em total desacordo com o restante dos itens mencionados, pois não há rota acessível, rampas ou elevador que ligue o segundo pavimento ou os desníveis existentes, além da falta de banheiros acessíveis.

**Figura 41 – Checklist aplicado à informações gerais da edificação**

Edificação - Informações gerais			
1. O percurso que une a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos é acessível?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. Há pelo menos uma rota acessível ao interior da edificação que está livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. Se não há elevador ou outro equipamento eletromecânico acessível, há rampas ligando os pavimentos?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. Há rampa em qualquer caso onde ocorra um desnível maior que 2,0 cm e menor que 48 cm?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Existe pelo menos uma rota acessível que se comunique horizontalmente e verticalmente com todas as dependências e serviços do edifício, entre si e a área externa?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. Há pelo menos um banheiro acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

Fonte: CREA-SC (2025), modificado pelo autor.

Com isso, verificando a edificação de forma geral, nota-se a importância de mudanças significativas para tornar a igreja pelo menos parcialmente acessível. Sendo necessário rever os desníveis existentes onde não há presença de rampas e buscar soluções alternativas para que todos possam acessar a igreja e o segundo pavimento sem restrições.

#### 4.1.5 Circulação Interna (edificação)

Para a análise da circulação interna da edificação, foram respondidas 11 perguntas presentes no checklist sobre o tema, contemplando extensão, largura e revestimento dos corredores, presença de desníveis, degraus, guarda-corpos, obstáculos e sinalização tátil de alerta.

Dessa forma, por meio das respostas obtidas e evidenciadas na Figura 42, constatou-se que a circulação interna da edificação também não se encontra em acordo com as normas de acessibilidade vigentes, visto que, os corredores não apresentam as dimensões mínimas solicitadas, o revestimento não é em material não escorregadio e há presença de desníveis não vencidos com rampas ou equipamento eletrônico.

Figura 42 – Checklist aplicado à circulação interna

10. Placas de sinalização e outros elementos suspensos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação estão a uma altura mínima de 210 cm em relação ao piso?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica
11. Vãos sob escada com altura inferior a 2,10m estão sinalizados com piso de alerta?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica
Circulação interna (edificação)			
1. Se a extensão do corredor é de até 4,00 m, a sua largura mínima é de 0,90 m?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. Se a extensão do corredor é de 4,00 m até 10,00 m, a sua largura mínima é de 1,20 m?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. Caso seja superior a 10,00 m de comprimento, sua largura mínima é de 1,50 m?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. O piso dos corredores e passagens é revestido com material não escorregadio, regular e contínuo?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Onde há desnível entre 0,5 cm e 2,0 cm, há rampa com inclinação máxima de 50%?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. Onde há degraus, maiores que 2,0 cm, e escadas, há rampa ou equipamento eletrônico vencendo o mesmo desníveis?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
7. Há guarda-corpos nos desníveis/terraços em materiais rígidos, firmes, fixos às paredes/barras de suporte? Oferecem segurança?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
8. Obstáculos como caixas de coleta, lixeira, floreiras, telefones públicos, extintores e outros estão fora da zona de circulação?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
9. Há sinalização tátil de alerta no entorno da projeção de elementos com altura livre entre 60 cm e 210 cm, distando 60 cm do limite da projeção?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input checked="" type="radio"/> Não se aplica

Fonte: CREA-SC (2025), modificado pelo autor.

Vale ressaltar que a ABNT NBR 9050 solicita que as circulações de até 4m de comprimento tenham largura mínima de 0,90m, para as circulações de até 10m de comprimento a largura mínima é de 1,20m e aquelas com largura superior a 10m devem ter largura mínima de 1,50, conforme é verificado na Figura 43 abaixo.

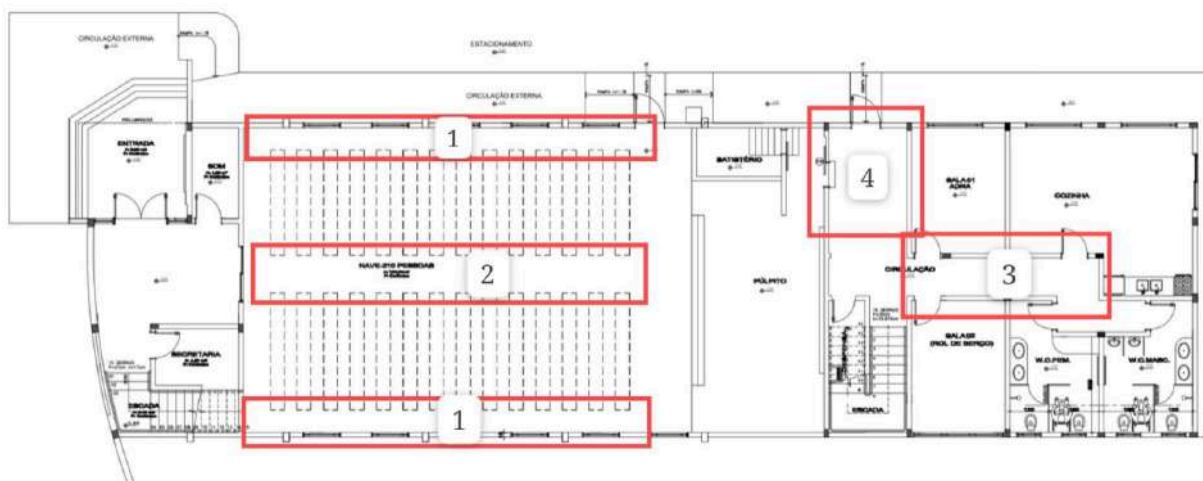
**Figura 43 – Largura mínima das circulações pelo comprimento**

Tipos de Uso	Comprimento	Largura Mínima
Comum	Até 4,00m	0,90m
Comum	Até 10,00m	1,20m
Comum	Acima de 10,00m	1,50m
Público		1,50m

Fonte: CREA-SC (2025).

Assim, dentre todo o térreo da edificação existem corredores em quatro locais, porém os corredores 1, 2 e 3 (Figura 44 e 45) têm dimensões inapropriadas em relação às normas vigentes, visto que, 1 e 2 apresentam comprimento maior que 10m e largura de 72cm e 118cm respectivamente. Já o corredor 3 apresenta 6m de comprimento e apenas 1,15m de largura.

**Figura 44 – Corredores do térreo da edificação**



Fonte: Autor (2025).

**Figura 45 – Corredores do térreo da edificação**

Fonte: Autor (2025).

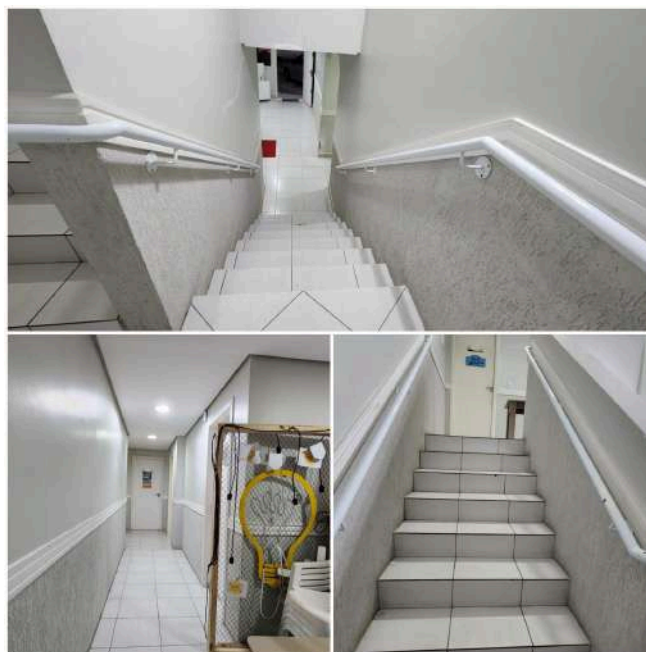
Também vale salientar que a edificação, em sua circulação interna, apresenta diversos desníveis e/ou escadas que não são vencidos por rampa ou equipamento eletrônico, fato que faz com que pessoas que apresentem mobilidade reduzida não consigam acessar o púlpito, o tanque batismal e todo o pavimento superior, incluindo o mezanino que é muito utilizado aos sábados, quando a igreja fica em sua lotação máxima (Figuras 46, 47 e 48).

**Figura 46 – Acesso ao tanque batismal e púlpito**

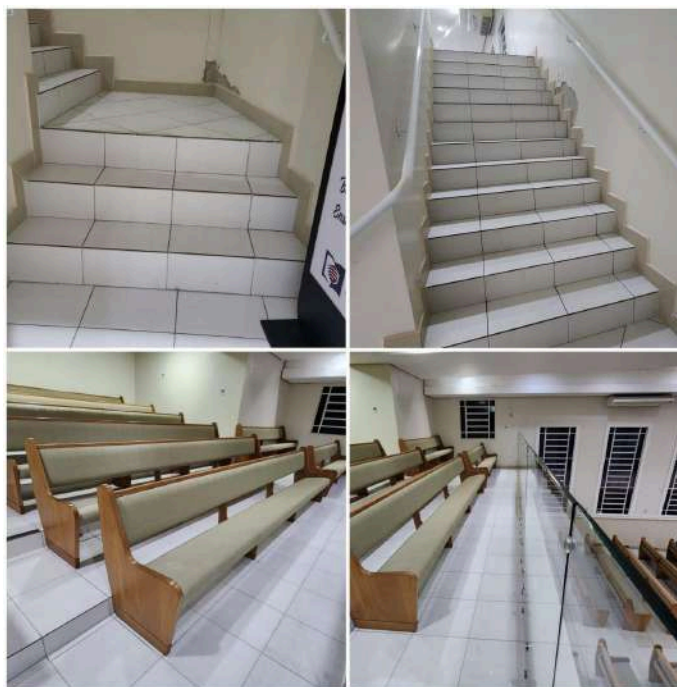


Fonte: Autor (2025).

**Figura 47 – Acesso ao segundo pavimento (salas anexas)**



Fonte: Autor (2025).

**Figura 48 – Acesso ao mezanino**

Fonte: Autor (2025).

Dessa forma, percebe-se que a circulação interna da edificação conta com diversos itens passíveis de melhoria e reforma para torná-los acessíveis. É necessário buscar melhorias de acessos que atualmente só são realizados por meio de escadas ou degraus e ampliar os corredores que também estão em desacordo com as normas vigentes.

#### **4.1.6 Portas**

Para a verificação de acessibilidade das portas da edificação, o checklist apresenta 5 perguntas que abordam o vão livre mínimo, tipo de maçaneta e a presença ou não de espaços livres na frente e lateral das esquadrias.

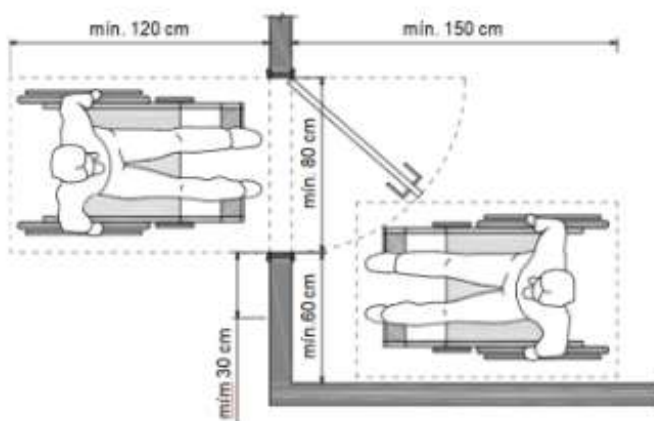
Conforme mostra a Figura 49 abaixo, por meio das respostas obtidas, notou-se que grande parte das portas da edificação estão em conformidade com as normas vigentes, que solicitam uma abertura mínima de 80cm e vãos de abertura de 1,20m para o lado oposto a abertura e 1,50m para o lado de abertura da porta, como mostra a Figura 43.

Figura 49 – Checklist aplicado às portas

Portas			
1. As portas têm vão livre mínimo de 80 cm?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. As maçanetas são do tipo alavanca?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. Há uma largura mínima de 150 cm em frente à porta (lado da abertura)?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. Há uma largura mínima de 120 cm em frente à porta (lado contrário a abertura)?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Há espaço lateral à porta (lado da abertura) de no mínimo 60 cm que possibilite a aproximação à maçaneta (conforme item 6.11.2.2 da NBR 9050/15)?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

Fonte: CREA-SC (2025), modificado pelo autor.

Figura 50 – Distâncias mínimas autorizadas para portas



Fonte: CREA-SC (2025).

Entretanto, a porta que dá acesso à edificação anexa da igreja (Figura 51) está em desacordo com as solicitações da ABNT NBR 9050, pois não apresenta a distância mínima de 1,20m no lado oposto à sua abertura, visto que na saída da porta há diretamente uma rampa com uma inclinação de 20,6% (muito superior à recomendada), impossibilitando a parada de uma cadeira de rodas em frente do lado externo da porta, por exemplo.

**Figura 51 – Porta de acesso à edificação anexa da igreja**



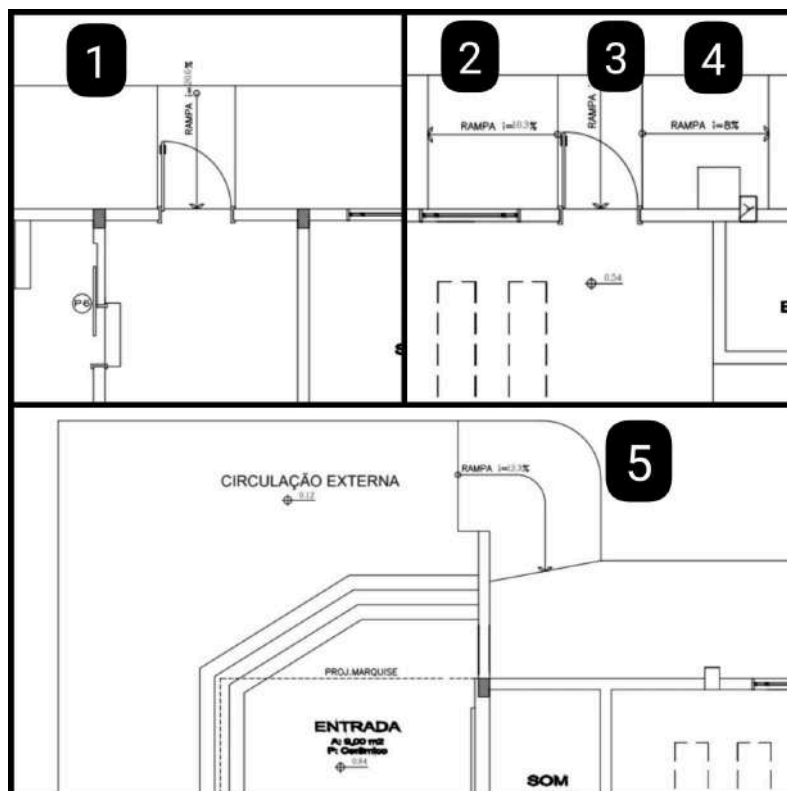
Fonte: Autor (2025).

Assim, de acordo com as imagens e estudos realizados, percebe-se que é muito importante trazer uma solução para a porta de acesso à edificação anexa, visto que ela dá acesso à cozinha e aos banheiros da Igreja.

#### **4.1.7 Rampas**

A Igreja Adventista Central de Palhoça apresenta em toda a sua construção 5 rampas de acesso que estão localizadas ao lado externo da edificação. Para a análise completa deste item, as rampas foram numeradas de 1 a 5 (Figura 52), sendo conferidas no local as medidas de largura, comprimento e altura do desnível a ser vencido para posterior cálculo de inclinação adotado.

Figura 52 – Numeração das rampas existentes na edificação



Fonte: Autor (2025).

Assim, partindo para a utilização do checklist como ferramenta de verificação, foram respondidas as 6 perguntas sobre o tema, onde foi possível analisar a largura mínima, se há revestimento antiderrapante, a inclinação máxima e a presença de corrimãos, paredes ou ressaltos no piso.

A partir da figura 53 abaixo, percebe-se que as rampas da edificação em grande parte não estão de acordo com as regulamentações vigentes, pois atendem apenas ao parâmetro de largura mínima de 1,20cm.

Figura 53 – Checklist aplicado às rampas

Rampas			
1. A largura mínima da rampa é de 120cm?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. A inclinação máxima da rampa é de 8,33%? Está adequado em relação ao desnível?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. As laterais de rampa são protegidas por paredes, guarda-corpo ou ressalto no piso de no mínimo 5 cm (Guia de balizamento) em ambos os lados?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Há corrimão em duas alturas em ambos os lados da rampa?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. Há guarda-corpo ou paredes em ambos os lados?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

Fonte: CREA-SC (2025), modificado pelo autor.

A ABNT NBR 9050 estabelece que, além da largura mínima de 1,20m, quando não existirem paredes laterais, as rampas devem ter guias de balizamento com altura mínima de 5cm, corrimãos instalados em ambos os lados com alturas de 0,92m e 0,70m do piso, apresentar piso tátil de alerta e ainda ter inclinações máximas conforme descrito na Figura 54.

Figura 54 – Checklist aplicado às rampas

Inclinação admissível em cada segmento de rampa	Desnível máximo de cada segmento de rampa	Número máximo de segmento de rampa
5,00% (1:20)	1,50	Sem limite
5,00% (1:20) < i < 6,25% (1:16)	1,00	Sem limite
6,25%(1:16) < i < 8,33%(1:12)	0,80	15

Fonte: CREA-SC (2025).

Neste sentido, considera-se que as rampas existentes na edificação estão em completo desacordo com as normas vigentes. Analisando caso a caso, partindo da rampa 1 (Figura 55), nota-se que há a presença de corrimão com 2 alturas e sua largura é de 1,60m, porém para vencer o desnível de 0,35cm foi adotado um comprimento de 2,84m o que ocasionou uma inclinação de 12,3%. Além do fato de ela ser uma curva de 90° e não apresentar patamar para que seja feita a mudança de direção pelo usuário e de não apresentar piso tátil de alerta.

**Figura 55 – Rampa 1**

Fonte: Autor (2025).

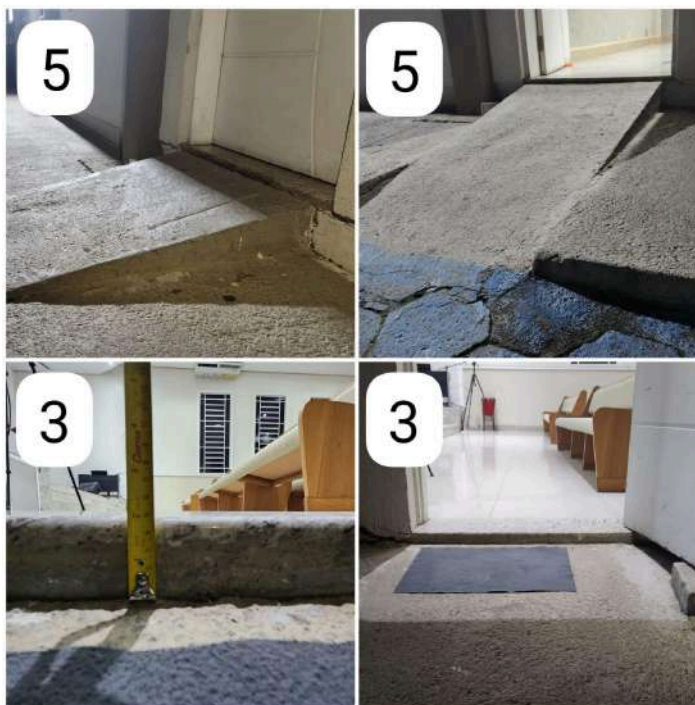
Ao realizar a conferência das rampas 2 a 5 (Figura 56), pode-se perceber que possuem falhas quanto a falta de corrimão, guias de balizamento e piso tátil. Somando-se a isso, as inclinações são 10,3%, 14,4%, 8% e 20,6% respectivamente, estando dentro do limite de inclinação apenas a rampa número 4.

**Figura 56 – Rampas 2 a 5**

Fonte: Autor (2025).

Além destes problemas já mencionados, vale ressaltar que na rampa 3 existe a presença de um desnível de 5cm que não foi suavizado (Figura 57). Juntamente, destaca-se a rampa 5 como a de maior inclinação da edificação e que ainda conta com degraus laterais (Figura 57) em total desacordo com a ABNT NBR 9050.

**Figura 57 – Detalhes das rampas 3 e 5**



Fonte: Autor (2025).

Dessa forma, constata-se que as rampas são os itens que viabilizam os principais acessos da edificação, sendo, portanto, importantíssimo realizar as adequações necessárias e trazer verdadeira acessibilidade à igreja.

#### **4.1.8 Escadas**

A Igreja Adventista Central de Palhoça conta com apenas 2 escadas em toda sua construção, uma para dar acesso ao mezanino e outra para acessar as salas do segundo pavimento da edificação anexa (ver Figuras 47 e 48 supracitadas).

Neste sentido, por meio de 8 perguntas constantes no checklist (Figura 58), foi possível fazer a análise de acessibilidade das escadas da edificação. Assim, pode-se entender que este item encontra-se parcialmente acessível, pois, como já mencionado anteriormente, não existe elevador ou rampa que possa levar pessoas com deficiência para os pavimentos superiores, os corrimãos devem ser instalados nas alturas de 0,70m e 0,92m, o piso dos degraus não tem revestimento antiderrapante e não há piso tátil de alerta e indicações visuais ou em braille (revisitar as figuras 47 e 48)

**Figura 58 – Checklist aplicado às escadas**

Escadas			
1. Há rampa ou elevador vencendo o mesmo desnível da escada?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. A escada tem largura mínima de 120 cm?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. O piso dos degraus da escada é revestido com material antiderrapante e estável?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. Há corrimão em ambos os lados da escada?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Há guarda-corpo ou paredes em ambos os lados?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. Há caracteres de relevo em braile nos corrimões das escadas fixas e rampas?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
7. Há indicação de pavimento visual e em braile?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
8. Existe piso tátil de alerta no início e no final da escada?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

Fonte: CREA-SC (2025), modificado pelo autor.

Nota-se que as escadas estão acessíveis parcialmente, ou seja, mesmo apresentando corrimãos em ambos os lados, ainda é necessário que eles sejam instalados em duas alturas, além de outros itens passíveis de alteração para adequá-las às normas vigentes.

#### 4.1.9 Sanitário acessível

A edificação em questão dispõe de dois sanitários de uso público, um feminino e um masculino, que foram avaliados através de 10 perguntas apresentadas pelo checklist (Figura 59), das quais pode-se verificar a existência de banheiro acessível, dimensões das portas e do box, existência de barra de apoio, características do lavatório, presença de sinalização e alarmes sonoros e a instalação de equipamentos auxiliares.

Figura 59 – Checklist aplicado aos sanitários acessíveis

Sanitário acessível		
1. Existe sanitário acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
2. O Box possui circulação com giro de 360° com diâmetro mínimo de 150 cm?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
3. A porta do sanitário possui vão livre de no mínimo 80 cm, disposta de maneira a permitir sua abertura completa para fora?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
4. A porta do sanitário possui barra horizontal fixada à 90 cm de altura afastada a 10 cm da borda (lado da dobradiça) do lado oposto da abertura e possui maçaneta tipo alavanca?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
5. Há barra de apoio acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
6. O lavatório é sem coluna?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
7. Existe sinalização de banheiro acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
8. Os banheiros são equipados com alarmes visual e sonoro para situação de emergência?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
9. Nos boxes comuns as portas tem vão livre mínimo de 80 cm e contém área livre com no mínimo 60 cm de diâmetro interno?	<input checked="" type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica
10. Os equipamentos auxiliares (papeleira, saboneteira) estão instalados de 80 cm a 120 cm?	<input type="radio"/> Sim	<input checked="" type="radio"/> Não <input type="radio"/> Não se aplica

Fonte: CREA-SC (2025), modificado pelo autor.

Por meio das respostas obtidas e das análises feitas no local, constatou-se que a igreja não apresenta sanitário acessível. Notou-se que houve uma intenção em executar banheiros que atendessem às normas de acessibilidade, pelo fato de ambos apresentarem um dos boxes com maiores dimensões e com abertura de porta para fora. Entretanto, existem diversos problemas executivos que tornam os sanitários inacessíveis para pessoas com deficiência.

A Figura 60, mostra que não há presença de barras de apoio, não existe sinalização de acessibilidade, os equipamentos auxiliares estão instalados em alturas inadequadas e os boxes não possuem as dimensões mínimas de circulação com um giro de 360° de 1,50m, como é solicitado pela ABNT NBR 9050.

**Figura 60 – Sanitários da edificação**

Fonte: Autor (2025).

Ao avaliar os sanitários da edificação, notou-se uma grande falha ao não existirem banheiros verdadeiramente acessíveis e identificados. Portanto, afirma-se que é imprescindível que uma alteração seja feita para trazer um sanitário acessível para a igreja.

#### **4.1.10 Circulação vertical - Elevadores/ Plataformas**

Este item presente no checklist não foi avaliado, visto que a Igreja Adventista Central de Palhoça não dispõe desses equipamentos, portanto, não se aplica a edificação.

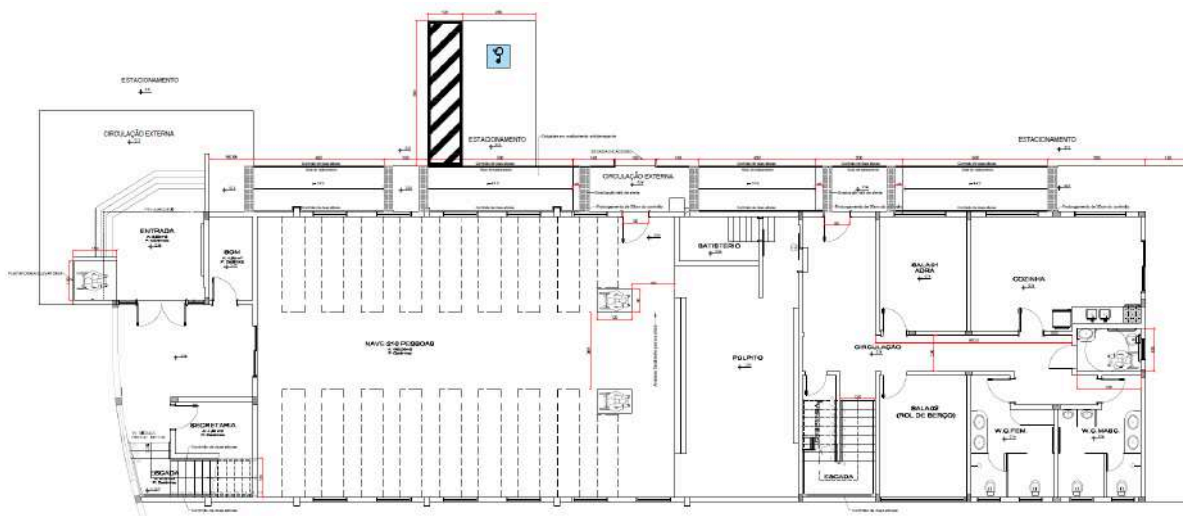
#### **4.2 Propostas de solução de acessibilidade**

Diante dos problemas encontrados na edificação, revisitando as normas ABNT NBR 9050/2020, a lei N° 13,146 - 2015 e a Cartilha de Acessibilidade de 2025 do CREA-SC, foi elaborado um projeto para trazer as propostas de soluções de

acessibilidade que são possíveis de serem executadas na igreja. Para a edificação, foram propostas soluções acessíveis e que não exigissem alterações estruturais grandes. As recomendações de alteração foram feitas na entrada principal, nas calçadas externas à edificação, no corredor da Nave da igreja e nos banheiros. Os corredores de circulação da edificação anexa, o pavimento 1 e o Mezanino, não obtiveram soluções viáveis para execução.

A Figura 61 abaixo mostra o projeto da Igreja Adventista Central de Palhoça já corrigido e com as soluções de acessibilidade adotadas.

**Figura 61 – Projeto acessível da Igreja Adventista Central de Palhoça**



Fonte: Autor (2025).

Para melhor visualização, o projeto na íntegra encontra-se no anexo 4.

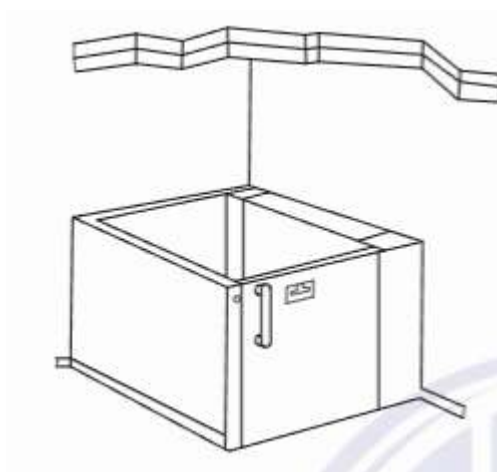
#### 4.2.1 Entrada principal

Ao adequar a entrada principal da edificação para garantir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida, é fundamental considerar tanto os requisitos técnicos quanto às limitações físicas e estéticas do local. Nesse contexto, a escolha entre diferentes alternativas, como rampas e plataformas elevatórias, deve ser avaliada com base em critérios de viabilidade técnica, impacto visual, preservação do paisagismo e funcionalidade.

Então, para vencer o desnível existente entre a calçada e a porta de acesso principal, optou-se pela execução de uma plataforma elevatória, pois a opção de rampa nesse local tornaria obrigatória a retirada do jardim existente em

frente a edificação e, além disso, para vencer o desnível com uma rampa acessível de acordo com a ABNT NBR 9050 e 9386-1 seria necessário uma distância de percurso que a entrada principal não comporta.

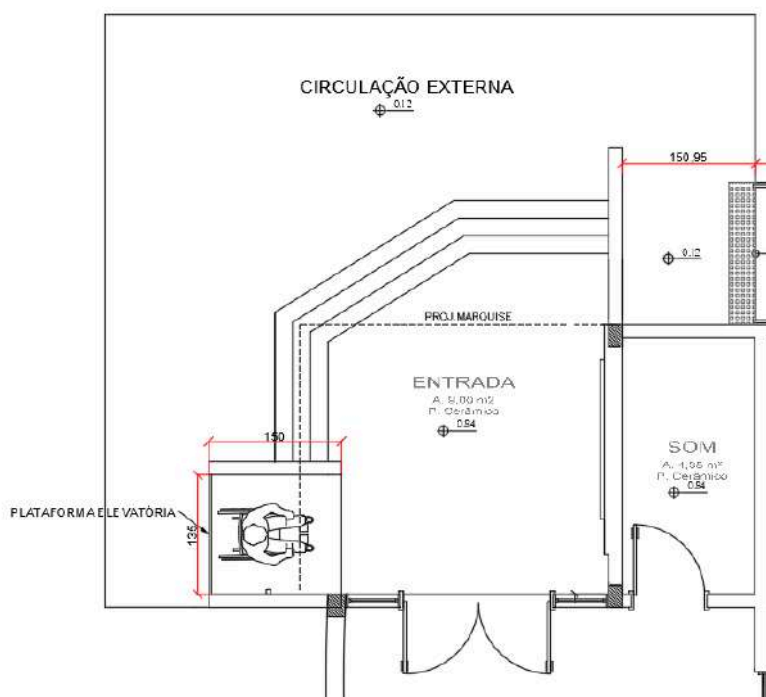
**Figura 62 – Exemplos de plataformas de elevação vertical com caixa não enclausurada**



Fonte: ABNT NBR ISO 9386-1 (2025)

Assim, na Figura 63, apresenta-se o desenho em detalhe da solução proposta para trazer acessibilidade de acesso à entrada principal da igreja.

**Figura 63– Solução proposta para entrada principal da igreja**



Fonte: Autor (2025).

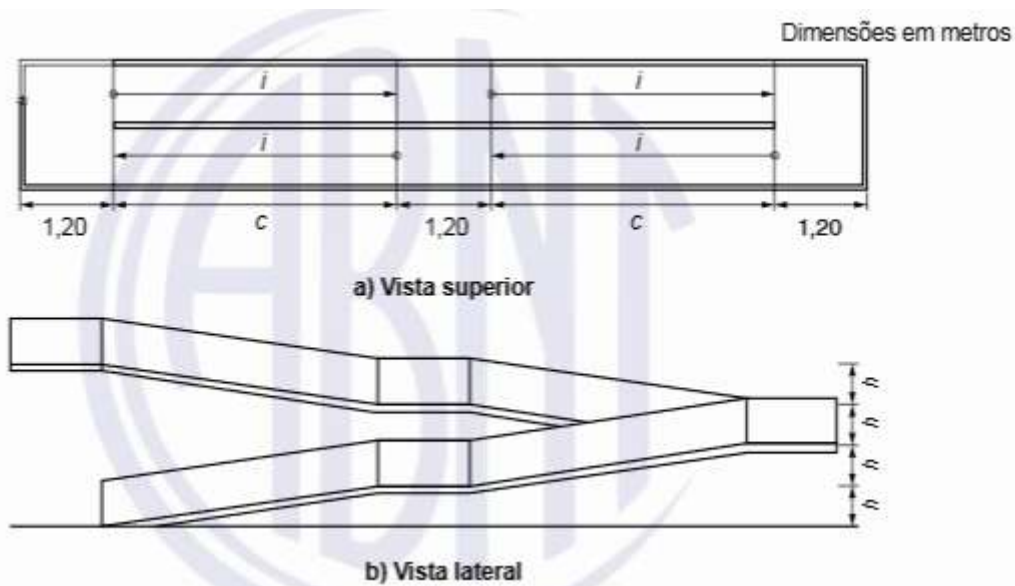
Portanto, através da plataforma elevatória, todas as pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida podem acessar a edificação por meio de sua entrada principal, o que traz maior sentimento de pertencimento e igualdade aos demais membros da igreja, visto que o acesso torna-se igualitário a todos.

#### 4.2.2 Calçadas Externas

As calçadas, por serem elementos fundamentais para o acesso à edificação principal e a edificação anexa, devem estar devidamente planejadas, executadas de forma acessível a todos os usuários.

Com isso, para as calçadas da edificação, recomenda-se a reestruturação de todo o perímetro, devido aos níveis executados e rampas com inclinações que dificultam a passagem de pessoas com deficiência, além de estarem em completo desacordo com as normas vigentes. Assim, propõem-se a execução de rampas com inclinações adequadas, patamares de acesso à edificação e corrimão com guarda corpos nas rampas e níveis mais elevados.

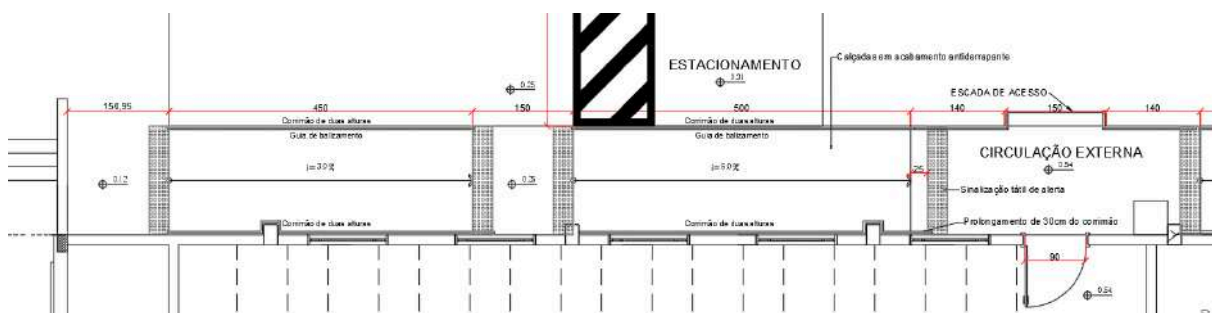
**Figura 64 - Dimensionamento de Rampas**



Fonte: ABNT NBR 9050 (2025)

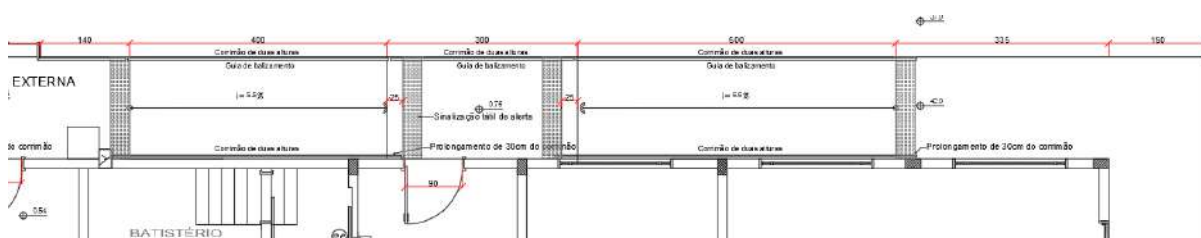
Nas Figuras 65 e 66, estão detalhadas as dimensões e inclinações a serem adotadas para tornar as calçadas da edificação acessíveis.

**Figura 65 – Solução proposta para Calçadas Externas**



Fonte: Autor (2025).

**Figura 66 – Solução proposta para Calçadas Externas**



Fonte: Autor (2025).

Como mencionado anteriormente, as calçadas são um dos principais acessos da edificação, sendo de extrema importância as adequações supracitadas, refazendo-as de forma completa em todo o entorno da igreja para que tornem-se acessíveis a todos os membros e visitantes.

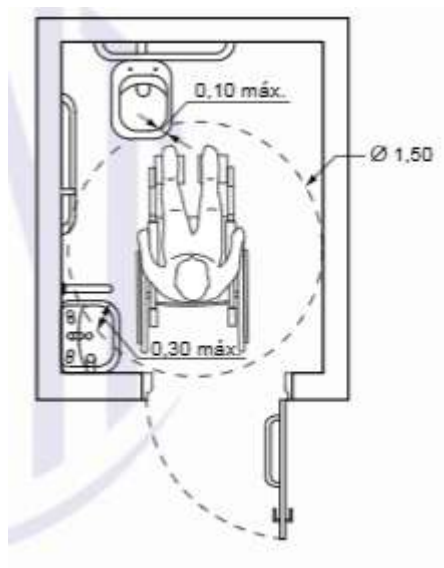
#### 4.2.3 Corredor Salão Principal (Nave)

O ajuste proposto para o salão principal, seria na distribuição dos seus assentos, pois, conforme citado anteriormente, os espaços previstos para os corredores 1 e 2 são inferiores aos necessários normativamente. Dessa forma, optou-se pelo alinhamento dos bancos à parede, fazendo com que os corredores 1 sejam eliminados e o corredor central (2) obtivesse o tamanho exigido por norma. A realocação dos assentos também contempla a implantação de assentos de comprimento menor para criação de espaços exclusivos para pessoas com deficiência motoras.

Figura 67 abaixo, mostra a realocação dos bancos para trazer acessibilidade ao salão principal (nave da igreja).



**Figura 68 - Áreas de manobra para uso da bacia sanitária**

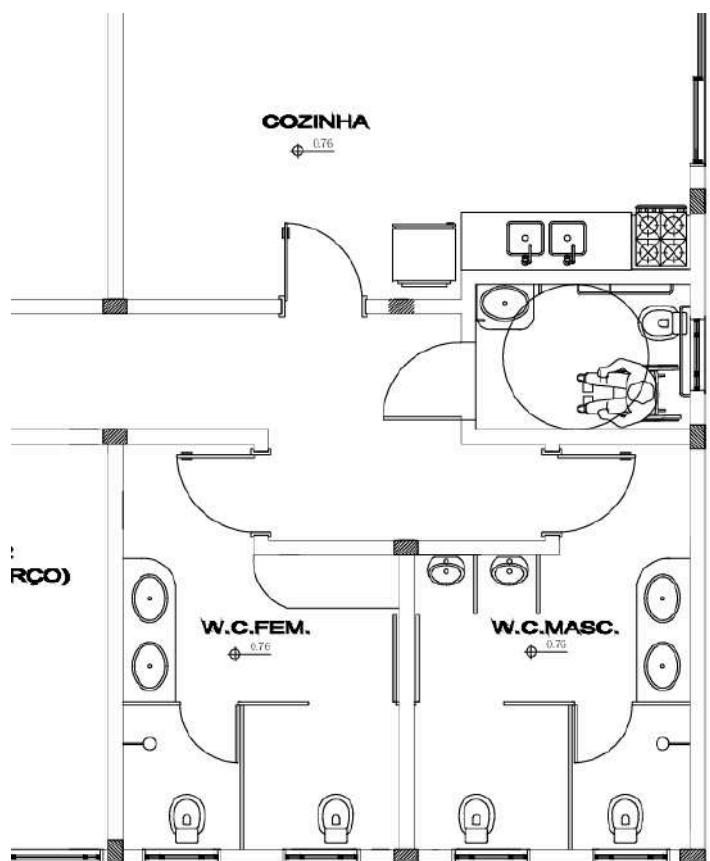


Fonte: ABNT NBR 9050 (2025)

Para isso, é indicado a criação de um novo sanitário ao lado da entrada do banheiro masculino, onde atualmente está localizada a cozinha e já possuem esperas de tubulações, sendo necessária uma reforma de médio impacto para deslocamento da cozinha.

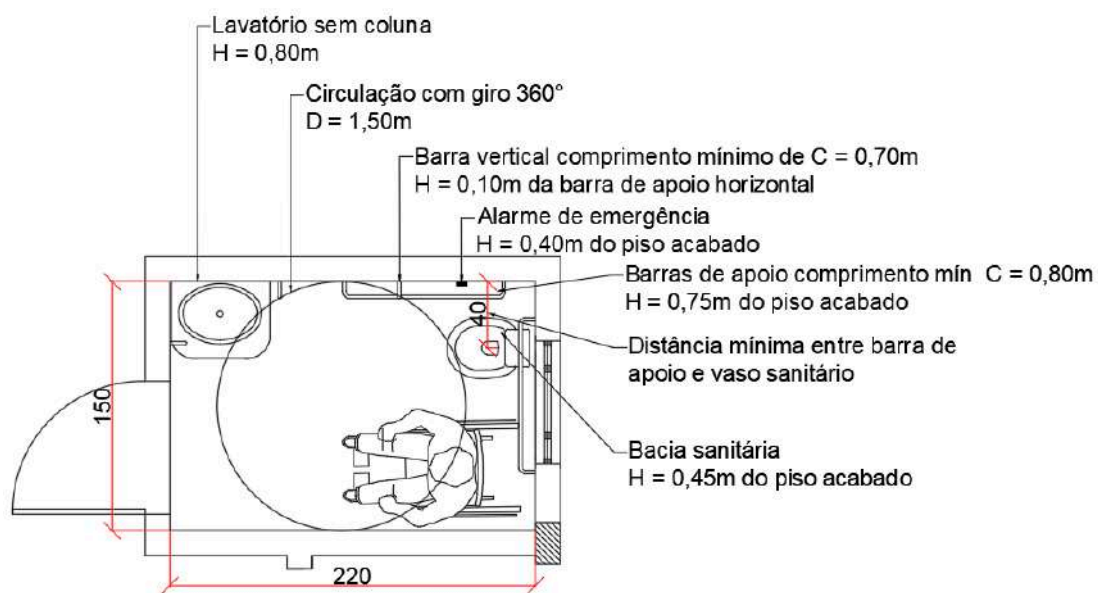
Nas Figuras 69 e 70, encontra-se o novo layout da cozinha e dos banheiros ao ser inserido o sanitário acessível ao fim do corredor.

Figura 69 – Solução proposta para os sanitários



Fonte: Autor (2025).

Figura 70 – Detalhe do sanitário proposto



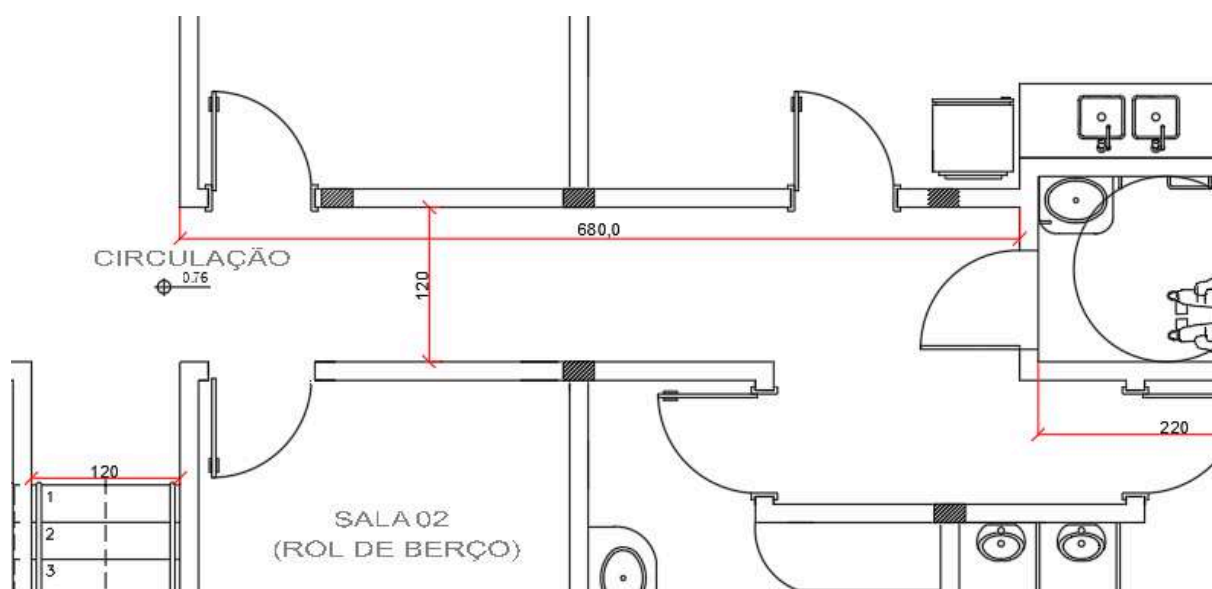
Fonte: Autor (2025).

Portanto, pode-se afirmar que a construção de um novo banheiro acessível é uma intervenção mais morosa e impactante no uso da edificação, pelo fato de afetar também a cozinha da igreja. Entretanto, é de extrema urgência e necessidade que esta inserção do sanitário acessível seja realizada visto que a igreja não apresenta nenhum outro banheiro passível de ser utilizado por pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida.

#### 4.2.5 Corredor Edificação Anexa

Devido ao comprimento do corredor 3, conforme anteriormente citado, seria necessário fazer a adequação da sua largura, afastando as paredes frontais das salas e banheiros, visto que encontra-se 5cm menor do que é solicitado pelas normas vigentes.

Figura 71 – Corredor 3



Fonte: Autor (2025).

Nota-se que a alteração da largura do corredor torna-se necessária para que todos possam acessar com facilidade os banheiros e cozinha da edificação. A importância desta adequação ainda é maior pelo fato de que o sanitário acessível estará localizado ao fim do corredor que deve estar com as dimensões adequadas para que pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida possam acessá-lo.

#### 4.2.6 Pavimentos superior e mezanino

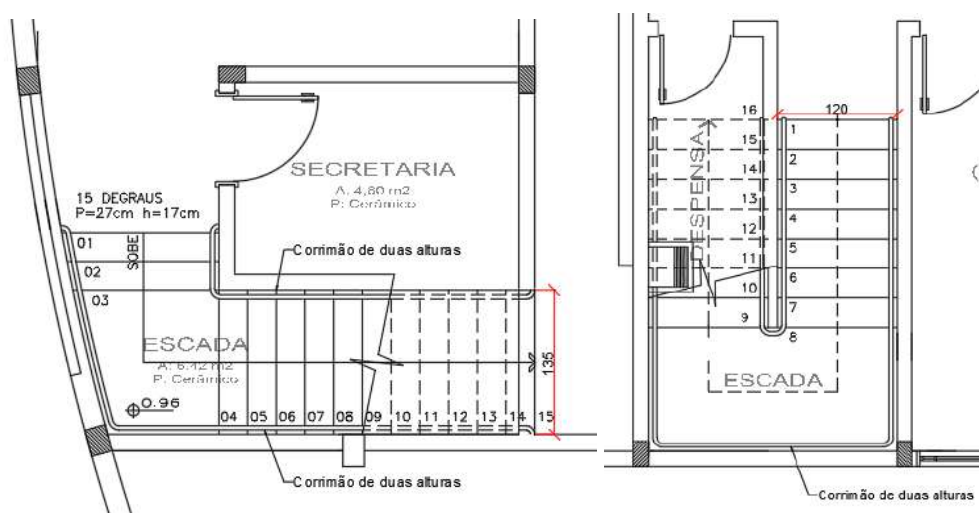
Conforme visto anteriormente, não há acessos acessíveis aos pavimentos superiores, o que inclui o mezanino e o segundo andar da edificação anexa onde estão localizadas algumas das salas de estudo.

A melhor solução para este problema de acessibilidade seria a implantação de elevadores que dariam acesso aos pavimentos superiores. Contudo, para a execução desses itens, seria necessário uma grande mudança na estrutura da edificação, pois no dimensionamento e execução do projeto não foi planejado deixar um local específico e próprio para a instalação deste equipamento, o que torna inviável levar acessibilidade completa ao mezanino e ao pavimento superior da edificação anexa.

Neste sentido, de acordo com ABNT NBR 9050, entende-se que ainda é necessário fazer algumas mudanças nas escadas que dão acesso a estes pavimentos, sendo estas a troca dos corrimãos para corrimão duplos nas alturas de 0,70 e 0,92m, a aplicação de revestimento antiderrapante nos degraus e a indicação visual e em braile do pavimento.

Na Figura 72 abaixo, estão detalhadas as escadas que dão acesso ao mezanino e ao segundo pavimento da edificação anexa.

**Figura 72 – Detalhe das escadas que dão acesso ao mezanino e ao segundo pavimento da edificação anexa**



Fonte: Autor (2025).

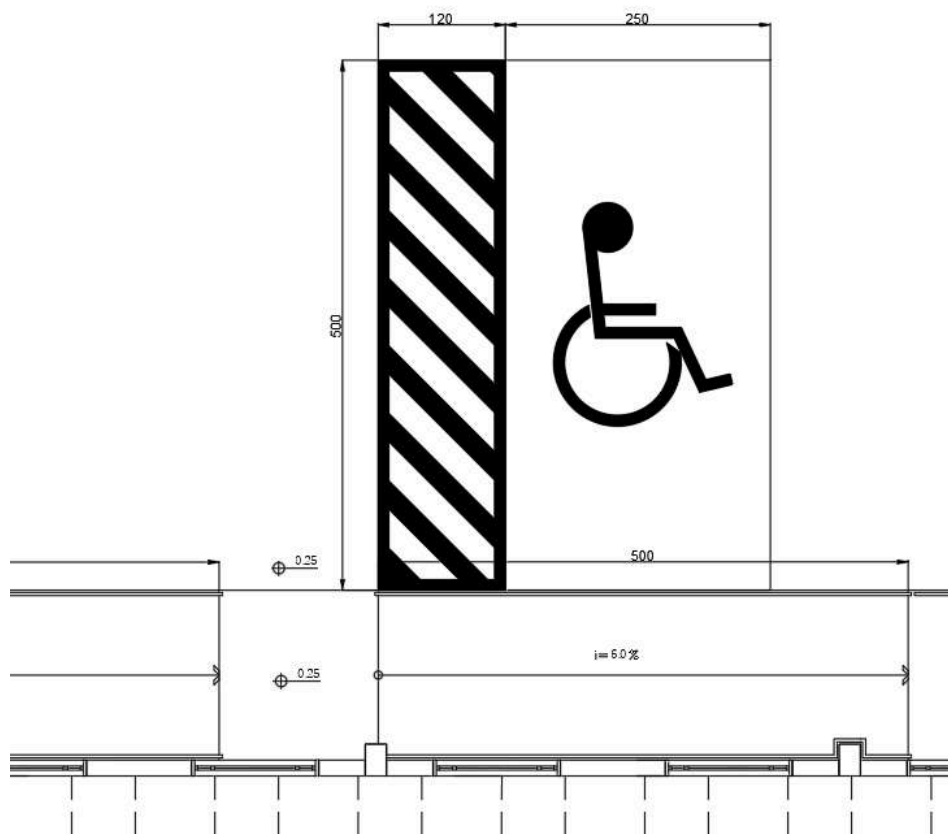
Portanto, mesmo que não seja possível a instalação de um elevador na edificação, nota-se que ainda há melhorias a serem realizadas nas escadas para que se tornem mais seguras e fiquem em acordo com as normas vigentes.

#### 4.2.7 Estacionamento

O estacionamento, conforme visto anteriormente, não foi previsto vagas exclusivas para deficientes físicos. Assim, a opção sugerida seria incluir estacionamentos exclusivos, situados próximos a entradas da edificação e acessos de rampas como orientado pelas normativas.

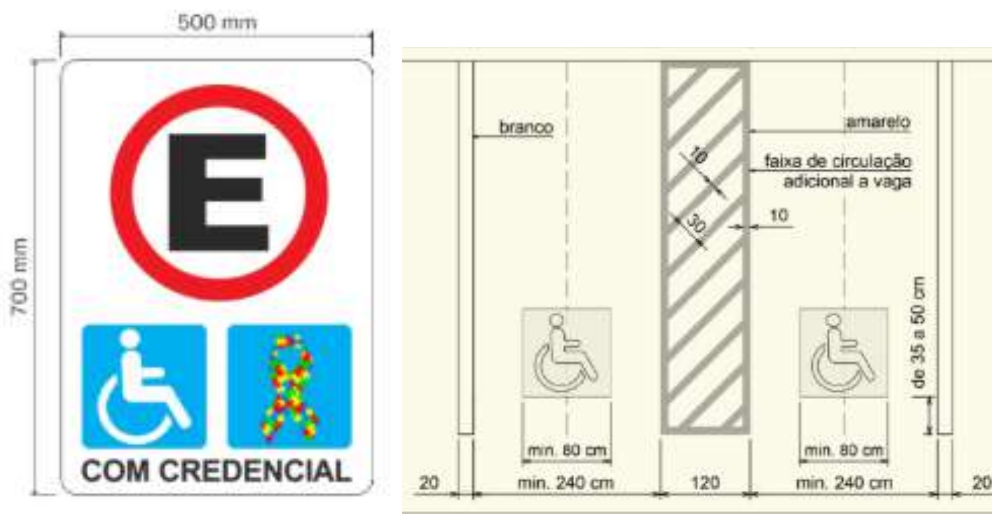
Neste sentido, de acordo com a NBR 9050, foi previsto estacionamento exclusivo para deficientes físicos ao lado da entrada da rampa de acessibilidade, prevendo uma faixa de circulação adicional à vaga de 1,20m ao lado para o trajeto seguro. As Figuras 73 e 74 mostram a sugestão a ser adotada para garantir acessibilidade no estacionamento.

**Figura 73 - Solução proposta para o Estacionamento**



Fonte: Autor (2025).

**Figura 74 - Padrão de sinalização para vaga acessível**



Fonte: CREA-SC (2025).

Vale salientar que é de extrema importância que estas vagas sejam bem sinalizadas com o padrão de imagens e cores, para as pinturas no chão, e com a presença de placas indicativas no padrão universal. A Figura 74 supracitada, retirada da Cartilha de Acessibilidade disponibilizada pelo CREA-SC, mostra o padrão correto de placa a ser inserida de forma visível na vaga acessível.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho abordou a acessibilidade da Igreja Adventista do Sétimo dia Central de Palhoça, sendo de grande importância para a inclusão social em templos religiosos. A partir da aplicação do *checklist* do CREA-SC, foi possível avaliar se a edificação analisada atende aos parâmetros técnicos estabelecidos. Com a análise da pesquisa realizada, foi possível concluir que a edificação não está em conformidade com as diretrizes normativas em diversos aspectos, sendo necessária a intervenção para tornar a edificação acessível.

O objetivo geral deste trabalho foi elaborar um estudo preliminar com soluções de acessibilidade viáveis para a Igreja Adventista Central de Palhoça. Para atingi-lo foram definidos três objetivos específicos.

O primeiro objetivo específico foi realizar a análise das normas para aplicação do checklist disponibilizado pelo CREA-SC na edificação, evidenciando irregularidades quanto à circulação, rampas de acesso e banheiros acessíveis.

O segundo objetivo foi identificar as inconformidades em relação às normas de acessibilidade atualmente em vigor, onde os resultados apontam em erros na execução da obra, negligenciando requisitos fundamentais para a acessibilidade. Ainda que executada de acordo com o projeto ela não seria totalmente acessível, pois continuaria não tendo acesso aos pavimentos superiores, por exemplo. Reforçando a necessidade de maior análise rigorosa quanto a projetos arquitetônicos e acompanhamento de execução, garantindo o cumprimento dos itens impostos pelo projetista.

A análise realizada evidencia que a igreja em questão não foi originalmente projetada com foco na acessibilidade para pessoas com deficiência. Sua concepção e execução ocorreram em um contexto no qual as diretrizes inclusivas ainda não eram amplamente difundidas ou exigidas pelas normativas vigentes. Como resultado a edificação apresenta diversas barreiras arquitetônicas, desníveis sem alternativas acessíveis, ausência de rampas adequadas e espaços internos que não atendem aos critérios mínimos estabelecidos pela ABNT NBR 9050 e Desenho Universal.

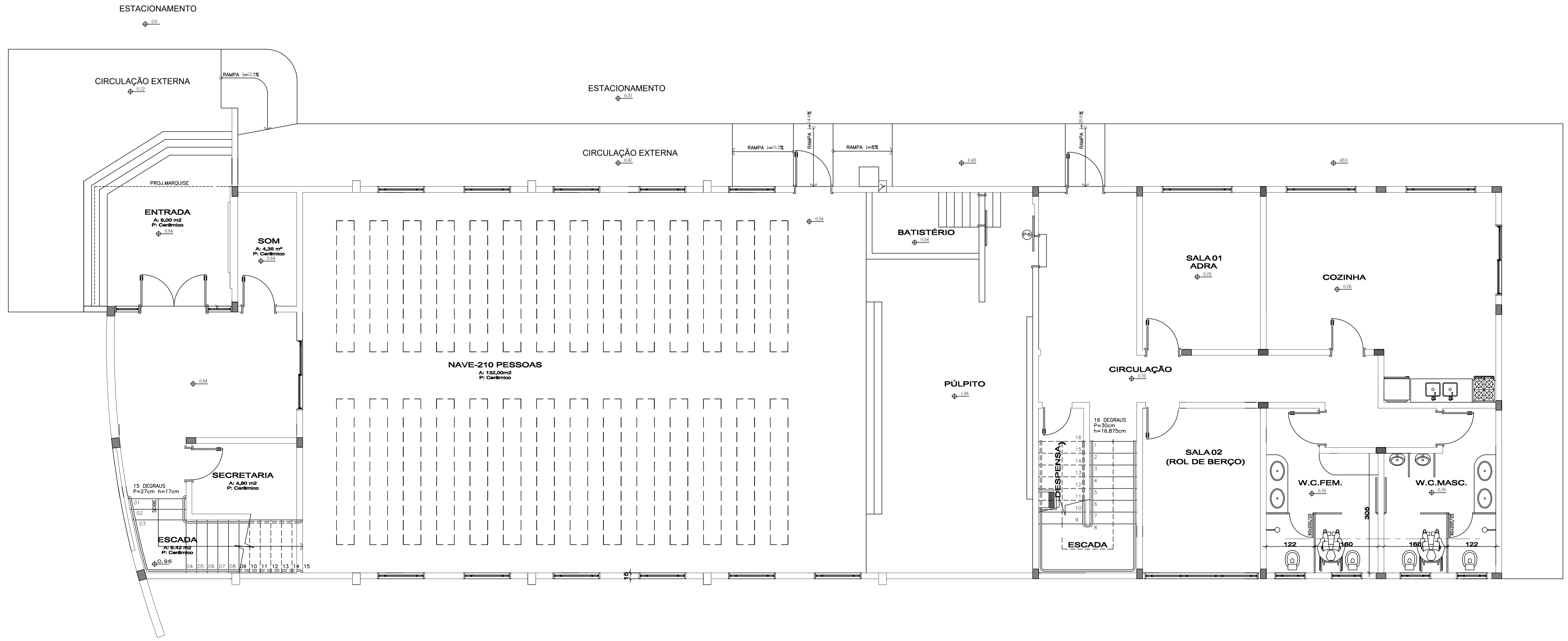
Essa realidade reflete não apenas uma limitação técnica do projeto original, mas também um reflexo de um modelo histórico de construção que, por muito tempo, ignorou a diversidade de necessidades dos usuários. Hoje, diante dos avanços legais e sociais em prol da inclusão, torna-se imprescindível que espaços de uso coletivo, como templos religiosos, passem por processos de adaptação, assegurando o direito de participação plena e digna a todos os membros.

Portanto, este estudo reforça a necessidade urgente de intervenções que tornem o edifício acessível, promovendo não apenas o cumprimento das exigências legais, mas, sobretudo, o respeito à dignidade e à cidadania das pessoas com deficiência.

## 5.1 Sugestões para trabalhos futuros

Diante da pesquisa realizada e dos resultados obtidos, considera-se que este estudo pode ser aprofundado, dando continuidade e ampliando pesquisas futuras que podem contribuir ainda mais para a garantia da acessibilidade em edificações. Pode-se citar algumas possibilidades:

- A. Ampliar o estudo para outras unidades religiosas da mesma denominação ou de outras confissões religiosas, com o intuito de comparar níveis de acessibilidade e verificar padrões de adequação às normas técnicas em diferentes contextos urbanos e arquitetônicos;
- B. Realizar uma análise quanto a percepção dos usuários com deficiência sobre a acessibilidade nos espaços religiosos, por meio de entrevistas ou questionários, possibilitando uma abordagem mais centrada na experiência e nas necessidades reais dos frequentadores;
- C. Avaliar o impacto que as soluções propostas tiveram no uso da edificação, analisando a sua eficácia e evidenciando os desafios encontrados durante as reformas;
- D. Desenvolver guias, manuais técnicos ou checklists específicos para projetos acessíveis em edificações de cunho religioso, considerando suas particularidades arquitetônicas e funcionais, como as áreas de púlpito e batistérios.



**CAPÍTULO IX  
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS**

Art. 69. Os programas nacionais de desenvolvimento urbano, os projetos de revitalização, recuperação ou reabilitação urbana incluirão ações destinadas à eliminação de barreiras arquitetônicas e urbanísticas, nos transportes e na comunicação e informação devidamente adequadas às exigências deste Decreto.

Art. 70. O art. 4o do Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999, passa a vigorar com as seguintes alterações:

“Art. 4o .....

I - deficiência física - alteração completa ou parcial de um ou mais segmentos do corpo humano, acarretando o comprometimento da função física, apresentando-se sob a forma de paraplegia, paraparesia, monoplegia, monoparesia, tetraplegia, tetraparesia, triplegia, triparesia, hemiplegia, hemiparesia, ostomia, amputação ou ausência de membro, paralisia cerebral, nanismo, membros com deformidade congênita ou adquirida, exceto as deformidades estéticas e as que não produzam dificuldades para o desempenho de funções;

II - deficiência auditiva - perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500HZ, 1.000HZ, 2.000Hz e 3.000Hz;

III - deficiência visual - cegueira, na qual a acuidade visual é igual ou menor que 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; a baixa visão, que significa acuidade visual entre 0,3 e 0,05 no melhor olho, com a melhor correção óptica; os casos nos quais a somatória da medida do campo visual em ambos os olhos for igual ou menor que 60o; ou a ocorrência simultânea de quaisquer das condições anteriores;

IV - .....

d) utilização dos recursos da comunidade; .....

Art. 71. Ficam revogados os arts. 50 a 54 do Decreto no 3.298, de 20 de dezembro de 1999.

Art. 72. Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação.

Brasília, 2 de dezembro de 2004; 183o da Independência e 116o da República.

LUIZ INÁCIO LULA DA SILVA  
José Dirceu de Oliveira e Silva

Este texto não substitui o publicado no DOU de 3.12.2004.



# Apêndice

## Lista de verificação de acessibilidade

Lista orientativa, devendo ser adaptada à edificação e ao local a ser vistoriado.

### Dados do Empreendimento

<b>Órgão / Entidade:</b>		<b>Data:</b>
<b>Endereço:</b>		
<b>Bairro:</b>	<b>CEP:</b>	<b>Município:</b>
<b>Tipo de Utilização:</b>	<b>Própria</b>	<b>Alugada</b>
<b>Representante Legal:</b>		
<b>Responsável pelas informações:</b>		

### Calçadas

<b>1.</b> Tem largura mínima de 1,20 m (circulação de uma pessoa em pé e outra com cadeira de rodas)?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
<b>2.</b> Revestimento do piso é antiderrapante?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
<b>3.</b> Revestimento do piso tem superfície regular, contínuo, sem provocar trepidações?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
<b>4.</b> A inclinação transversal da calçada apresenta oscilações?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
<b>5.</b> Se existem obstáculos como caixas de coletas, lixeiras, telefones públicos e outros, estes obstáculos estão fora do espaço de passagem de pedestres?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
<b>6.</b> Obstáculos aéreos, como marquises, placas, toldos e vegetação, estão localizados a uma altura superior a 2,10 m?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

Calçadas			
7. A acomodação de acesso de veículos é feita exclusivamente dentro do imóvel, de forma a não criar degraus ou desníveis abruptos na calçada?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
8. Na calçada em frente a edificação, se houver, a faixa destinada à travessia de via pública por pedestre, há rebaixamento de meio-fio e rampa sobre a calçada?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
9. Há faixa de circulação plana, livre e contínua na calçada em frente à rampa, com no mínimo 120 cm? (vide figuras 29 e 30 da Cartilha)	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
10. Há faixa de sinalização tátil de alerta com textura e cor diferenciada no piso da rampa com largura entre 40 a 60 cm, conforme item 6.6 da NBR 16537/16?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
11. Os acessos de estacionamento: estão localizados dentro da faixa de serviço ou dentro da faixa de acesso junto aos imóveis, não obstruindo a faixa de livre circulação e não interferindo na sua inclinação transversal?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
Anotações e Observações			
I. Largura da faixa pavimentada da calçada (se houver pontos com largura menor que 120 cm):			
II. No caso de obstáculos, identifique-os:			
III. Outras observações:			

Estacionamento para uso público			
1. Há estacionamento na via pública?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. Há vaga reservada acessível na via pública?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. Há sinalização nestas vagas, por meio de faixa de 1,20 m de largura pintada no piso, em amarelo, lateral à vaga e demarcação da vaga com linha contínua na cor branca sobre o pavimento?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. Há rebaixamento de meio-fio e rampa na calçada para ligar a vaga à calçada ou passeio?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Nas áreas externas ou internas da edificação, distintas a garagem/estacionamento, as vagas reservadas acessíveis são devidamente sinalizadas?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. As vagas reservadas são identificadas com placa vertical, com o símbolo internacional de Acesso e com identificação escrita relativa à condição de reserva da vaga e do público-alvo?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
7. As vagas preferenciais estão dispostas próximas às rotas acessíveis?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
Edificação - Informações gerais			
1. O percurso que une a edificação à via pública, às edificações e aos serviços anexos de uso comum e aos edifícios vizinhos é acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. Há pelo menos uma rota acessível ao interior da edificação que está livre de barreiras arquitetônicas e de obstáculos que impeçam ou dificultem a acessibilidade?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. Se não há elevador ou outro equipamento eletromecânico acessível, há rampas ligando os pavimentos?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. Há rampa em qualquer caso onde ocorra um desnível maior que 2,0 cm e menor que 48 cm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

### Calçadas

5. Existe pelo menos uma rota acessível que se comunique horizontalmente e verticalmente com todas as dependências e serviços do edifício, entre si e a área externa?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. Há pelo menos um banheiro acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

### Anotações e Observações

Área reservada para anotações e observações.

### Circulação externa - acesso da via pública até a edificação

1. Revestimento do piso tem superfície plana, regular, contínuo, sem provocar trepidações se é antiderrapante?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. Os espaços de circulação externa têm uma faixa livre com largura mínima de 120 cm (para circulação de uma pessoa em pé e outra em uma cadeira de rodas)?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. As juntas de dilatação ou grelhas tem no máximo 15 mm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. Onde há desníveis entre 0,5 cm e 2,0 cm, há rampa com inclinação máxima de 50%?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Onde há degraus, maiores que 2,0 cm, e escadas, há rampa ou equipamento eletromecânico vencendo o mesmo desnível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. Os capachos são embutidos?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

### Circulação externa - acesso da via pública até a edificação

7. As zonas de circulação estão livres de obstáculos como caixas de coletores, lixeira, floreiras, telefones públicos, extintores de incêndio e outros?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
8. Placas de sinalização e outros elementos suspensos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação estão a uma altura mínima de 210 cm em relação ao piso?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

### Circulação interna (edificação)

1. Se a extensão do corredor é de até 4,00 m, a sua largura mínima é de 0,90 m?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. Se a extensão do corredor é de 4,00 m até 10,00 m, a sua largura mínima é de 1,20 m?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. Caso seja superior a 10,00 m de comprimento, sua largura mínima é de 1,50 m?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. O piso dos corredores e passagens é revestido com material não escorregadio, regular e contínuo?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Onde há desnível entre 0,5 cm e 2,0 cm, há rampa com inclinação máxima de 50%?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. Onde há degraus, maiores que 2,0 cm, e escadas, há rampa ou equipamento eletrônico vencendo o mesmo desníveis?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
7. Há guarda-corpos nos desníveis/terraços em materiais rígidos, firmes, fixos às paredes/barras de suporte? Oferecem segurança?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
8. Obstáculos como caixas de coleta, lixeira, floreiras, telefones públicos, extintores e outros estão fora da zona de circulação?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
9. Há sinalização tátil de alerta no entorno da projeção de elementos com altura livre entre 60 cm e 210 cm, distando 60 cm do limite da projeção?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

### Circulação interna (edificação)

10. Placas de sinalização e outros elementos suspensos que tenham sua projeção sobre a faixa de circulação estão a uma altura mínima de 210 cm em relação ao piso?  Sim  Não  Não se aplica
11. Vãos sob escada com altura inferior a 2,10m estão sinalizados com piso de alerta?  Sim  Não  Não se aplica

### Portas

1. As portas têm vão livre mínimo de 80 cm?  Sim  Não  Não se aplica
2. As maçanetas são do tipo alavanca?  Sim  Não  Não se aplica
3. Há uma largura mínima de 150 cm em frente à porta (lado da abertura)?  Sim  Não  Não se aplica
4. Há uma largura mínima de 120 cm em frente à porta (lado contrário a abertura)?  Sim  Não  Não se aplica
5. Há espaço lateral à porta (lado da abertura) de no mínimo 60 cm que possibilite a aproximação à maçaneta (conforme item 6.11.2.2 da NBR 9050/15)?  Sim  Não  Não se aplica

### Circulação vertical - Elevadores / Plataformas

1. O elevador permite o acesso a todos os níveis da edificação?  Sim  Não  Não se aplica
2. A porta de elevador tem vão mínimo de 80 cm?  Sim  Não  Não se aplica
3. Há corrimão fixado nos painéis laterais e de fundos da cabine?  Sim  Não  Não se aplica
4. Há área mínima de 1,50 m de largura livre em frente a porta do elevador?  Sim  Não  Não se aplica
5. Existe plataforma elevatória acessível?  Sim  Não  Não se aplica
6. Existe piso tátil em frente ao elevador?  Sim  Não  Não se aplica
7. Existe sinalização tátil e visual em altura adequada indicando o pavimento?  Sim  Não  Não se aplica

### Circulação vertical - Elevadores / Plataformas

8. Existe botoeiras em relevo e braille?  Sim  Não  Não se aplica
9. Existe avisador sonoro?  Sim  Não  Não se aplica
10. Existe espelho instalado em altura adequada com barras?  Sim  Não  Não se aplica

### Rampas

1. A largura mínima da rampa é de 120cm?  Sim  Não  Não se aplica
2. O piso da rampa e dos patamares é revestido com material antiderrapante?  Sim  Não  Não se aplica
3. A inclinação máxima da rampa é de 8,33%? Está adequado em relação ao desnível?  Sim  Não  Não se aplica
4. As laterais de rampa são protegidas por paredes, guarda-corpo ou ressaltos no piso de no mínimo 5 cm (Guia de balizamento) em ambos os lados?  Sim  Não  Não se aplica
5. Há corrimão em duas alturas em ambos os lados da rampa?  Sim  Não  Não se aplica
6. Há guarda-corpo ou paredes em ambos os lados?  Sim  Não  Não se aplica

### Escadas

1. Há rampa ou elevador vencendo o mesmo desnível da escada?  Sim  Não  Não se aplica
2. A escada tem largura mínima de 120 cm?  Sim  Não  Não se aplica
3. O piso dos degraus da escada é revestido com material antiderrapante e estável?  Sim  Não  Não se aplica
4. Há corrimão em ambos os lados da escada?  Sim  Não  Não se aplica
5. Há guarda-corpo ou paredes em ambos os lados?  Sim  Não  Não se aplica
6. Há caracteres de relevo em braille nos corrimões das escadas fixas e rampas?  Sim  Não  Não se aplica
7. Há indicação de pavimento visual e em braille?  Sim  Não  Não se aplica
8. Existe piso tátil de alerta no início e no final da escada?  Sim  Não  Não se aplica

Sanitário acessível			
1. Existe sanitário acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
2. O Box possui circulação com giro de 360° com diâmetro mínimo de 150 cm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
3. A porta do sanitário possui vão livre de no mínimo 80 cm, disposta de maneira a permitir sua abertura completa para fora?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
4. A porta do sanitário possui barra horizontal fixada à 90 cm de altura afastada a 10 cm da borda (lado da dobradiça) do lado oposto da abertura e possui maçaneta tipo alavanca?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
5. Há barra de apoio acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
6. O lavatório é sem coluna?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
7. Existe sinalização de banheiro acessível?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
8. Os banheiros são equipados com alarmes visual e sonoro para situação de emergência?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
9. Nos boxes comuns as portas tem vão livre mínimo de 80 cm e contém área livre com no mínimo 60 cm de diâmetro interno?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica
10. Os equipamentos auxiliares (papeleira, saboneteira) estão instalados de 80 cm a 120 cm?	<input type="radio"/> Sim	<input type="radio"/> Não	<input type="radio"/> Não se aplica

**Relatório fotográfico**

Deverá ser apresentado relatório fotográfico para ilustrar a situação atual das edificações em relação aos itens mencionados. O relatório fotográfico poderá ser apresentado anexo.

# 7 Glossário

**Acessibilidade:** Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privado de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida.

**Acessível:** Espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias ou elemento que possa ser alcançado, acionado, utilizado e vivenciado por qualquer pessoa.

**Adaptável:** Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características possam ser alteradas para que se torne acessível.

**Adequado:** Espaço, edificação, mobiliário, equipamento urbano ou elemento cujas características foram originalmente planejadas para serem acessíveis.

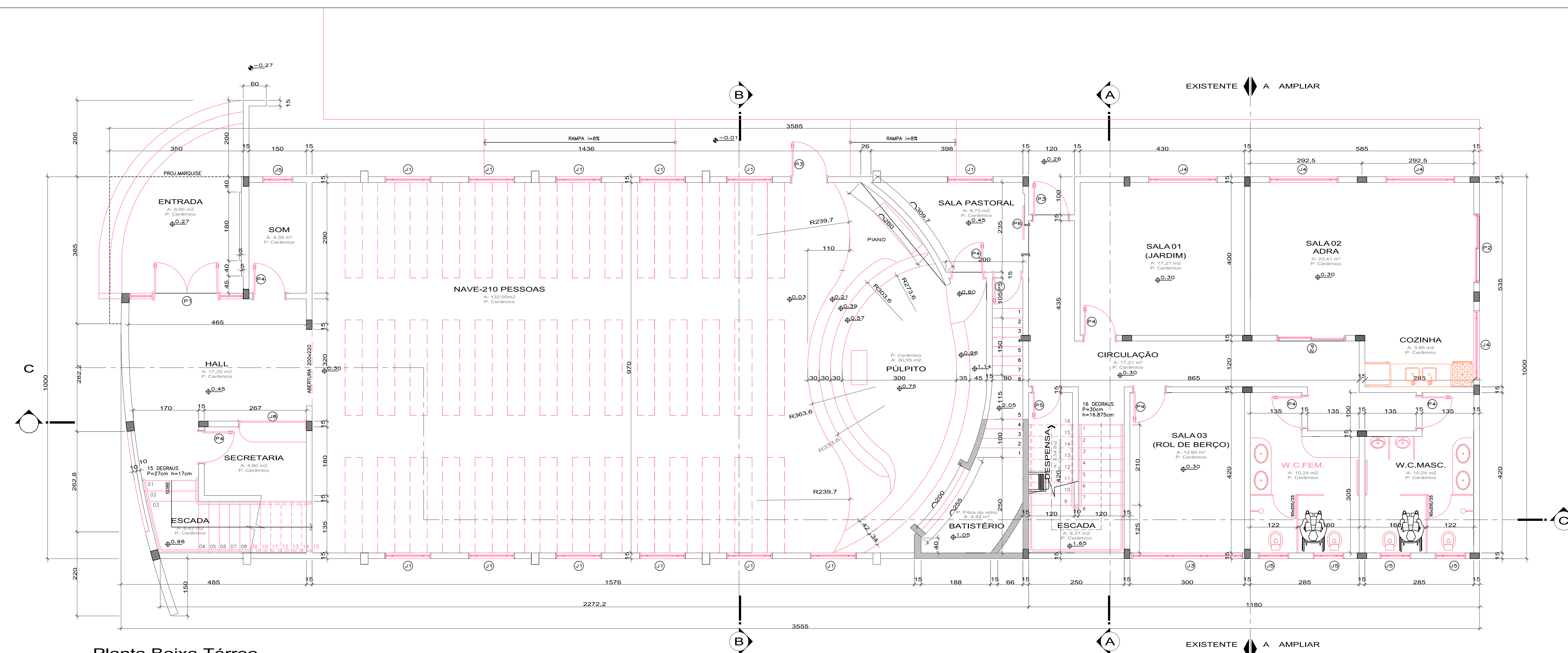
**Ajuda técnica:** produtos, equipamentos, dispositivos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetivem promover a funcionalidade, relacionada à atividade e à participação da pessoa com deficiência ou mobilidade reduzida, visando a sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. Nota: Esse termo também pode ser denominado “tecnologia assistida”.

**Área de aproximação:** espaço sem obstáculos, destinado a garantir manobra, deslocamento e aproximação de todas as pessoas, para utilização de mobiliário ou elemento com autonomia e segurança.

**Área de circulação:** espaço livre de obstáculos, destinado ao uso de todas as pessoas.

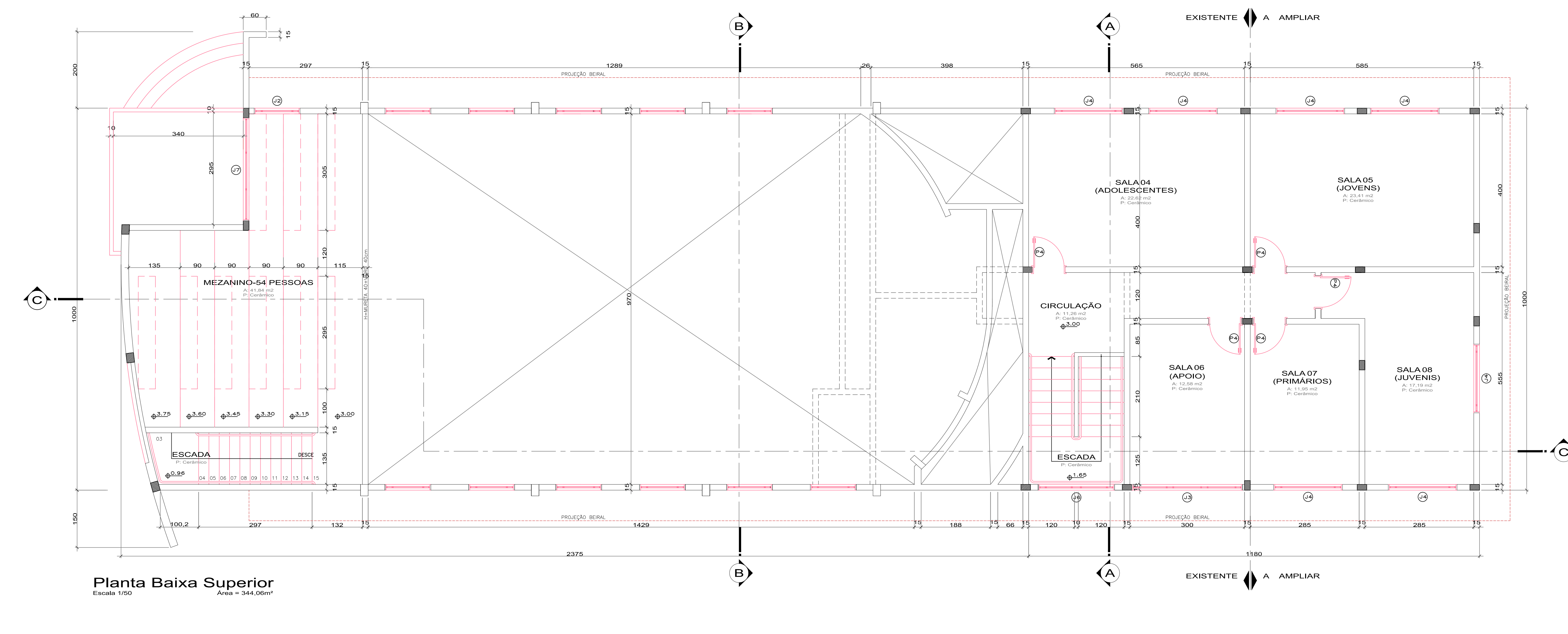
**Área de descanso:** área adjacente e interligada às áreas de circulação interna ou externa às edificações, destinada a usuários que necessitem de paradas temporárias para posterior continuação do trajeto.

**Área de resgate:** área com acesso direto para uma saída, destinada a manter em segurança pessoas com deficiência ou com mobilidade reduzida, enquanto aguardam socorro em situação de sinistro.

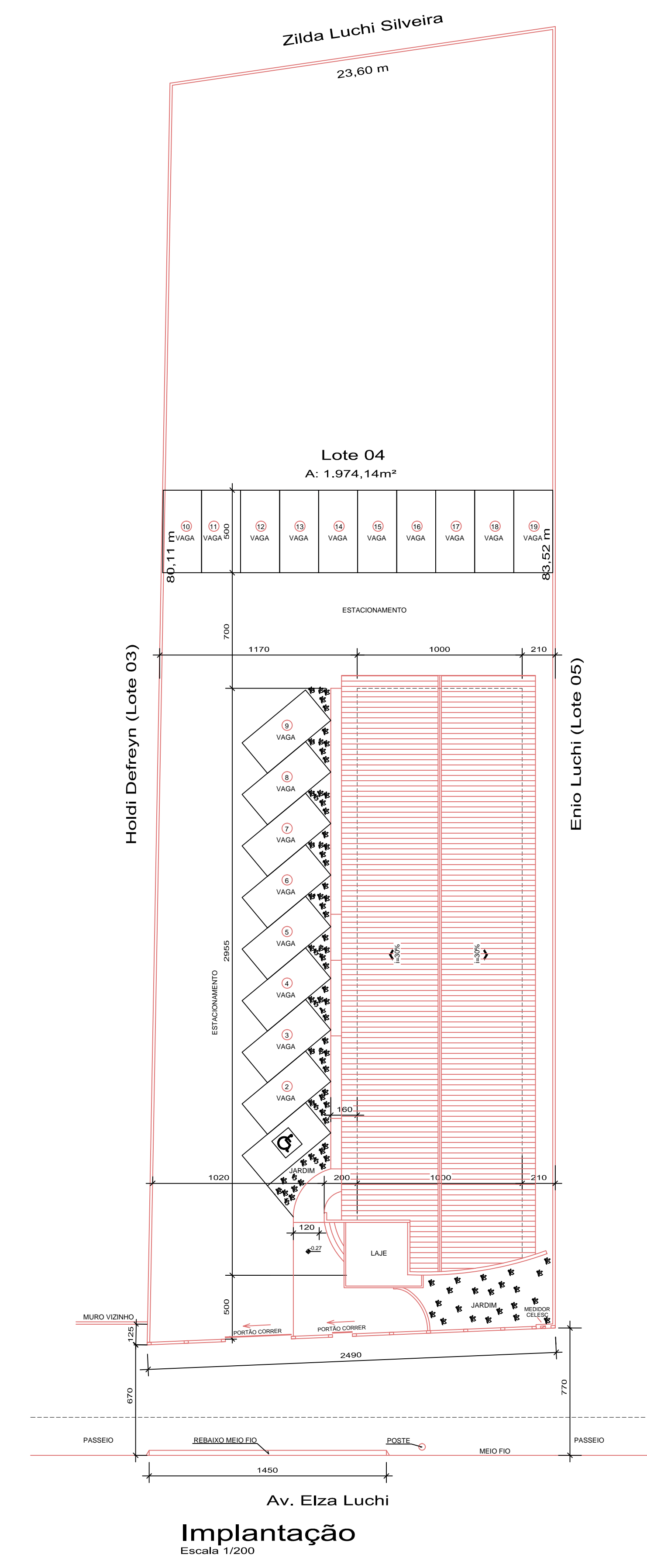


Planta Baixa Térreo  
Escala 1/50  
Área = 364,29m<sup>2</sup>

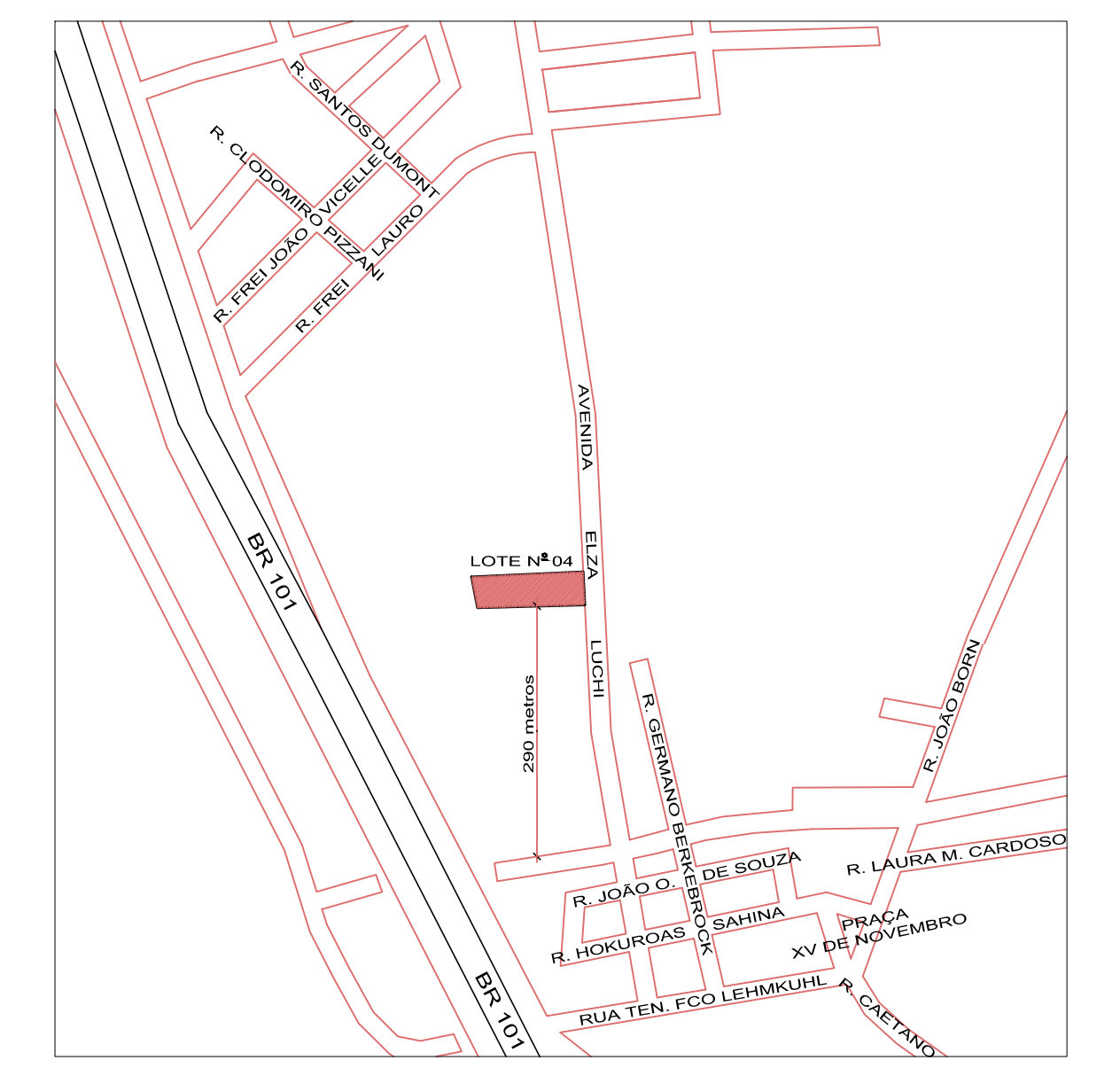
--- PAREDES A DEMOLIR  
— PAREDES EXISTENTES E A CONSTRUIR



Planta Baixa Superior  
Escala 1/50  
Área = 344,08m<sup>2</sup>



Implantação  
Escala 1/200



Localização  
Escala 1/5000

**QUADRO DE ESQUADRIAS E ACABAMENTOS**

JANELAS			
CODIGO	LARGURA	ALTURA	ESPECIFICAÇÕES
J1	120	300	100 - fixado 12 FERRO - BASCULANTE
J2	150	120	VARIAVEL 01 FERRO - BASCULANTE
J3	290	120	02 FERRO - BASCULANTE
J4	180	120	01 FERRO - BASCULANTE
J5	80	60	150 09 FERRO - BASCULANTE
J6	300	60	229 01 FERRO - BASCULANTE
J7	270	210	01 FERRO - BASCULANTE
J8	170	120	00 01

PORTAS			
CODIGO	LARGURA	ALTURA	ESPECIFICAÇÕES
P1	150	210	01 MADEIRA - 2 FLS. ABRIR
P2	180	210	02 PORTA-JANELA DE MADEIRA - 1 FL. FIXA + 1 FL. CORRER
P3	30	210	02 MADEIRA - 1 FL. ABRIR
P4	80	210	02 MADEIRA - 1 FL. ABRIR
P5	70	210	02 MADEIRA - 1 FL. ABRIR C/VENEZIANA
P6	80	210	01 MADEIRA - 1 FL. CORRER

**PISOS**  
— CERÂMICA ANTE-DERRAPANTE

**PISOS**  
— PAREDES INTERNA E EXTERNA, TINTA ACRILICA  
— PAREDE SANITARIOS, AZULADOS ATE O TETO

**FORRO**  
— FORRO DE PVC OU MADEIRA

**OBSERVAÇÃO:**  
OBSERVAR ESPECIFICAÇÕES E MEMÓRIAS DE TODOS OS PROJETOS, SENDO:  
— ARQUITETÔNICO  
— HIDROSSANITÁRIO  
— PREVENTIVO DE INCÊNDIO  
— ELÉTRICO  
— ESTRUTURAL

**QUADRO DE ÁREAS**

INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	
01 - 01 - 380 - 08 - 42 - 00	1.974,14m <sup>2</sup>
ÁREA DO LOTE	354,29m <sup>2</sup>
ÁREA PAVTO.INFERIOR (APROVADO PROT. 19766/2009)	344,06m <sup>2</sup>
ÁREA PAVTO.SUPERIOR (APROVADO PROT. 19766/2009)	344,06m <sup>2</sup>
ÁREA TOTAL CONSTRUIDA (APROVADO)	688,35m <sup>2</sup>

IND. APROVEITAMENTO 0,35  
TAXA DE OCUPAÇÃO 17,9%

APROVAÇÃO/PREFEITURA

OBRA  
**IGREJA ADVENTISTA - PALHOÇA**  
AV. ELZA LUCHI - PALHOÇA - SC

AGÊNCIA ADVENTISTA 1<sup>o</sup> SETÍMO DIA

RESP. PROJ. E EXEC. ENG. CIVIL EBESER RAMOS  
CREA 099.342-0/SC

UNIAO SUL BRASILEIRA DA I.A.S.D.  
CNPJ 7908062/0004-07

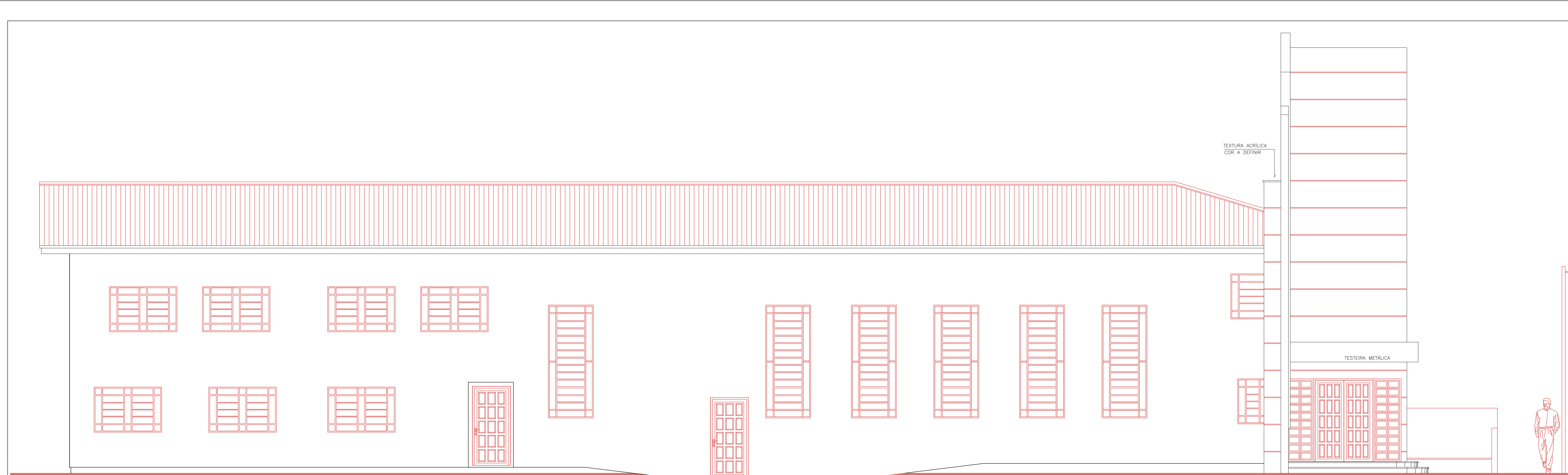
ESCALA INDICADA

DATA 09/10/09

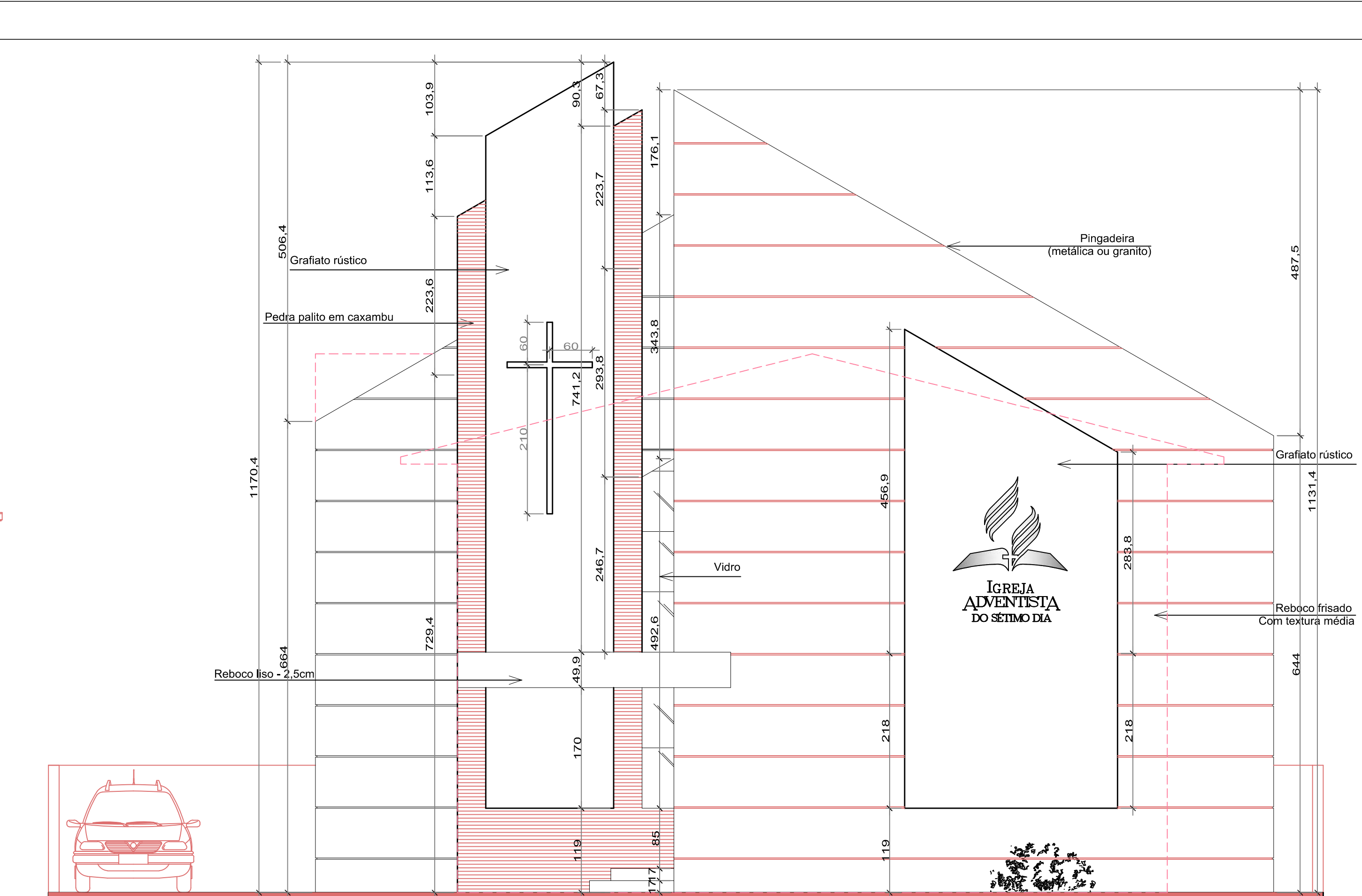
FRANCHA

CONTÉUDO  
**PLANTAS BAIXAS, IMPLANTAÇÃO E LOCALIZAÇÃO**

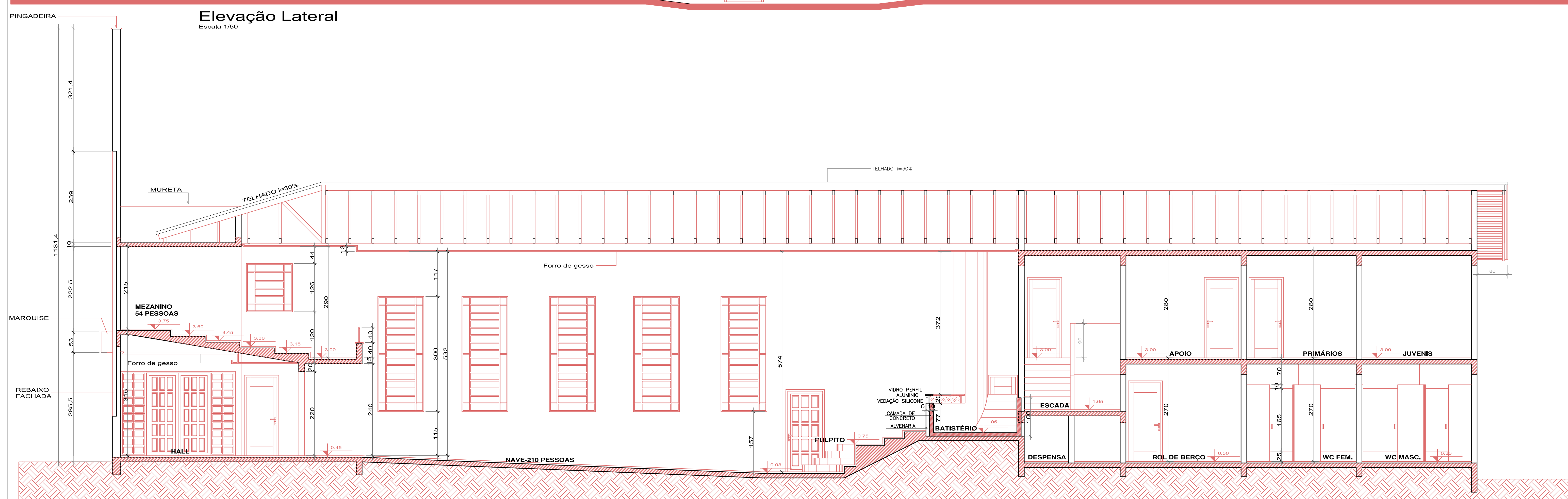
01/02



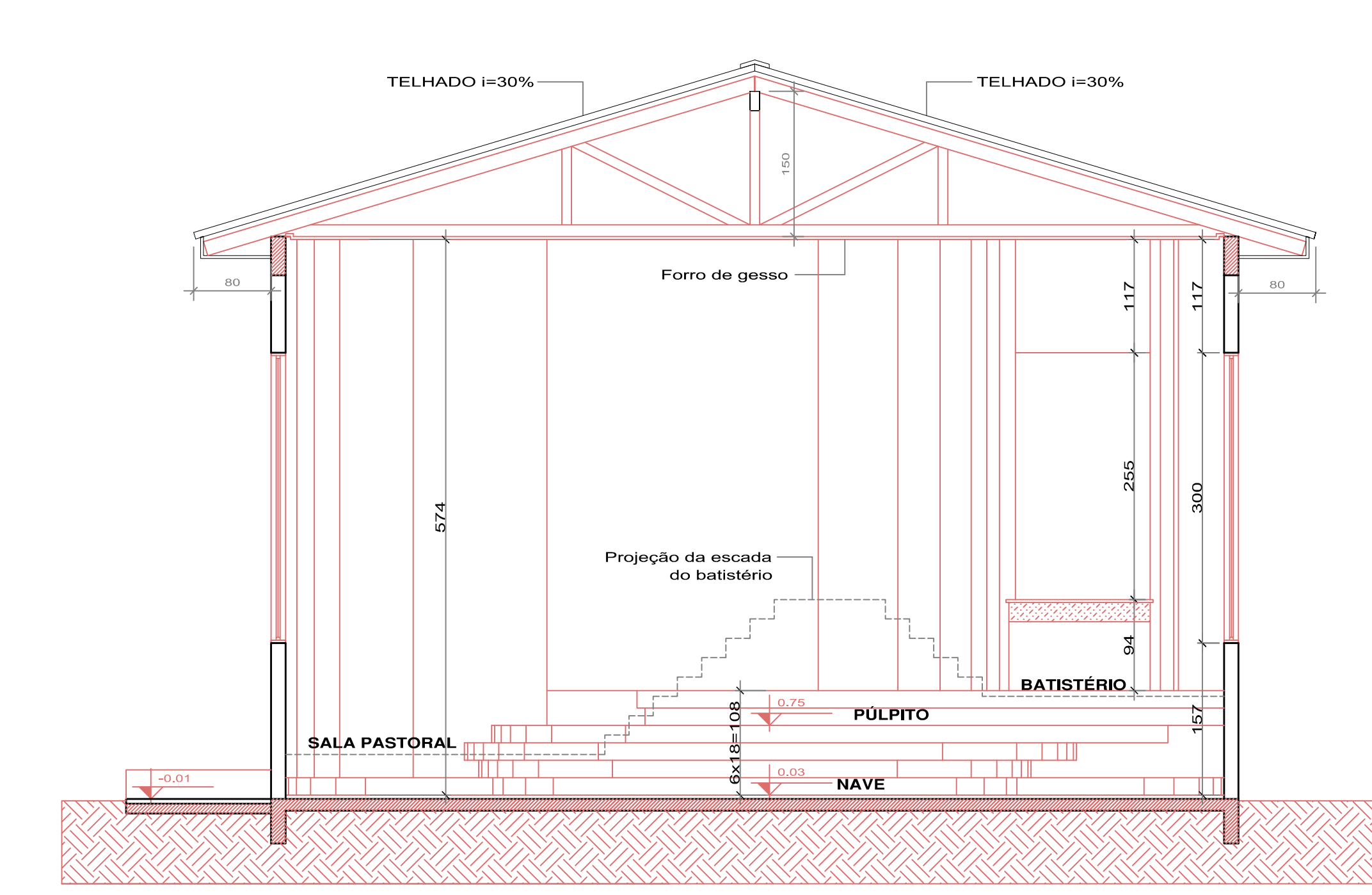
**Elevação Lateral**  
Escala 1/50



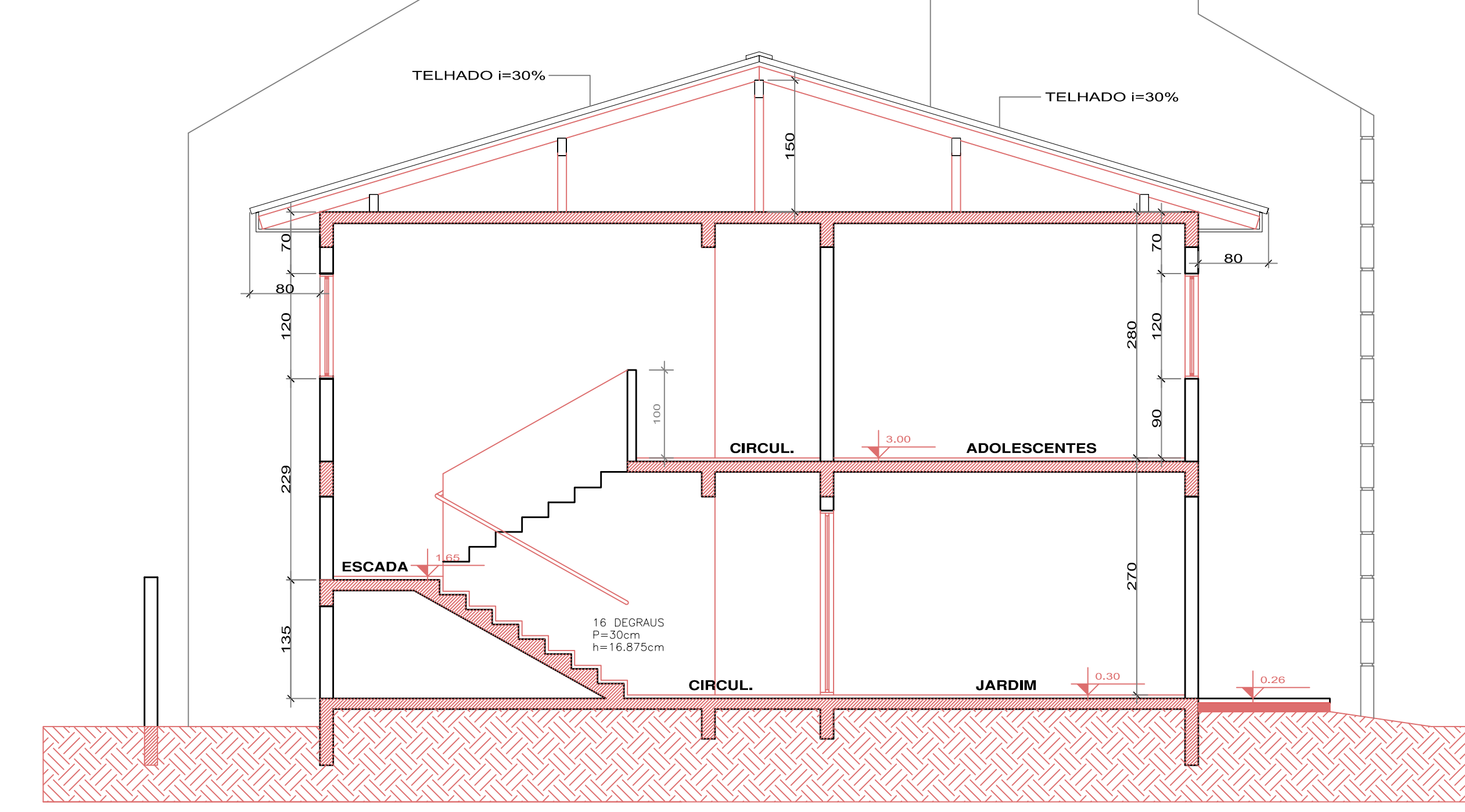
**Elevação Frontal**  
Escala 1/50



**Corte CC**  
Escala 1/50



**Corte BB**  
Escala 1/50



**Corte AA**  
Escala 1/50

**QUADRO DE ESQUADRIAS E ACABAMENTOS**

JANELAS					
CODIGO	LARGURA	ALTURA	PERFIL	QUANTO	ESPECIFICAÇÕES
J1	120	200	160-117x10	12	FERRO - BASCULANTE
J2	100	120	VARIÁVEL	01	FERRO - BASCULANTE
J3	230	120	00	03	FERRO - BASCULANTE
J4	180	120	00	11	FERRO - BASCULANTE
J5	80	60	130	05	FERRO - BASCULANTE
J6	200	60	230	03	FERRO - BASCULANTE
J7	270	210	0	01	FERRO - BASCULANTE
J8	170	120	00	01	FERRO - BASCULANTE

PORTAS					
CODIGO	LARGURA	ALTURA	PERFIL	QUANTO	ESPECIFICAÇÕES
P1	180	210	---	01	MADERA - 2 FL. ABRIR
P2	180	210	---	02	PORTA-JANELA DE MADEIRA - 1 FL. FIXA + 1 FL. CORRER
P3	80	210	---	02	MADERA - 1 FL. ABRIR
P4	80	210	---	12	MADERA - 1 FL. ABRIR
P5	70	210	---	02	MADERA - 1 FL. ABRIR - C/ VENEZIANA
P6	80	210	---	01	MADERA - 1 FL. CORRER

**PISOS**  
- CERÂMICA ANTE-DEBORDANTE

**PISOS**  
- PAREDES INTERNA E EXTERNA, TINTA ACRÍLICA  
- PAREDE SANITÁRIOS, AZULEJOS ATÉ O TETO

**FORRO**  
- FORRO DE PVC OU MADEIRA

**OBSERVAÇÃO:**  
OBSERVAR ESPECIFICAÇÕES E MEMÓRIAS DE TODOS OS PROJETOS, SENDO:  
- ARQUITETÔNICO  
- HIDROSANITÁRIO  
- PREVENTIVO DE INCÊNDIO  
- ELÉTRICO  
- ESTRUTURAL

**QUADRO DE ÁREAS**

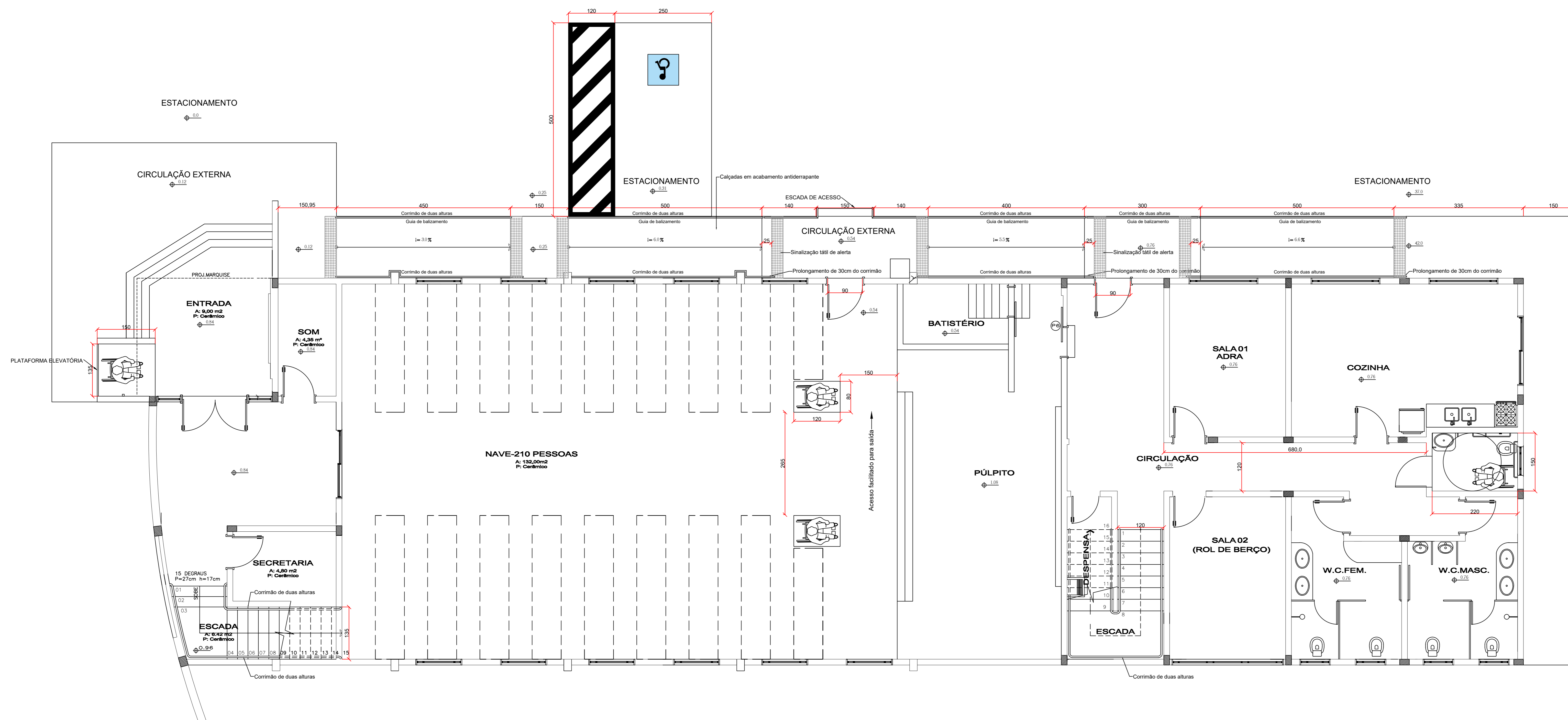
INSCRIÇÃO IMOBILIÁRIA	
01 - 01 - 380 - 08 - 42 - 00	1.974,14m <sup>2</sup>
ÁREA DO LOTE	354,29m <sup>2</sup>
ÁREA PAVTO.SUPERIOR (APROVADO PROT. 19766/2009)	344,06m <sup>2</sup>
ÁREA TOTAL CONSTRUÍDA (APROVADO)	698,35m <sup>2</sup>

IND. APROVEITAMENTO 0,38  
TAXA DE OCUPAÇÃO 17,8%

**APROVAÇÃO-PREFEITURA**

OBRAS	
IGREJA ADVENTISTA - PALHOÇA	DATA
AV. ELIELSON - PALHOÇA - SC	VALOR
RES.P. PROJ. E EXEC. ENG. CIVIL EBESER RAMOS	ESCALA
CREA 055.342-0 SC	INDICAD.
PROJETO	DATA
URBANO DE BRASILEIRA DA L.A.S.D	OUTRO
CPF: 7988602/0004-07	FRANQUIA


**IGREJA ADVENTISTA DO SÉTIMO DIA**  
 AV. ELIELSON - PALHOÇA - SC  
 PROJETO: URBANO DE BRASILEIRA DA L.A.S.D  
 CPF: 7988602/0004-07  
 CONTEÚDO: CORTES/FACHADAS  
**02/02**



PLANTA BAIXA TÉRREO  
Esc.: 1/50

REVISÃO	DATA	DESCRIÇÃO
<b>PROJETO ARQUITETÔNICO</b>		<b>1/1</b>
ASSUNTO: Igreja Planta Baixa - Térreo		
LOCAL: Av. Elza Lucchi, 301 - Pte. do Imarum, Palhoça - SC, 88130-300		
PROPRIETÁRIO(A): Igreja Adventista do Sétimo dia Central de Palhoça		
ESCALA: Indicada Agosto/2025		
PROPRIETÁRIO(A): Igreja Adventista do Sétimo dia Central de Palhoça CPF:		
RESPONSÁVEL TÉCNICO PELO PROJETO: Arthur Duarte Junckes Pontiano CPF:		
CONTATO		

## REFERÊNCIAS

A., Montenegro, G. Desenho atualizado . 5. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2017. E-book. pág.93. ISBN 9788521212072. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521212072/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

ANDRADE, Ana Paula Guedes de. A CASA DE VIVENDA DO SÍTIO SÃO BENTO DE JAGUARIBE: UMA RECONSTITUIÇÃO ARQUEOLÓGICA. 2006. Disponível em: <https://1library.org/document/qvvee51q-casa-vivenda-sitio-sao-bento-jaguaribe-reconstituicao-arqueologica.html>. Acesso em: 15 jul. 2025.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR 9050**: Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 25 jan. 2020. Disponível em: [https://www.gedweb.com.br/aplicacao/usuario/asp/resultado\\_avancado.asp](https://www.gedweb.com.br/aplicacao/usuario/asp/resultado_avancado.asp). Acesso em: 03 fev. 2025.

Associação Brasileira de Normas Técnicas. **ABNT NBR ISO 9386-1:2013**: Plataformas de elevação motorizadas para pessoas com mobilidade reduzida — Requisitos para segurança, dimensões e operação funcional Parte 1: Plataformas de elevação vertical. Rio de Janeiro, 11 nov. 2013. Disponível em: [https://www.gedweb.com.br/aplicacao/usuario/asp/resultado\\_avancado.asp](https://www.gedweb.com.br/aplicacao/usuario/asp/resultado_avancado.asp). Acesso em: 16 jul. 2025.

BRASIL. **Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000**. Lei Nº 10.098/2000. Brasília, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/leis/L10098.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L10098.htm). Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 13.146, de 06 de julho de 2015**. Lei Nº 13.146/2015. Brasília, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm). Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. **Lei nº 5.296, de 02 de dezembro de 2004**. Lei Nº 5.296/2004. Brasília, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm#:~:text=o%20desenho%20universal.-,Art.,defici%C3%Aancia%20ou%20com%20mobilidade%20reduzida](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/decreto/d5296.htm#:~:text=o%20desenho%20universal.-,Art.,defici%C3%Aancia%20ou%20com%20mobilidade%20reduzida). Acesso em: 03 fev. 2025.

BRASIL. **DECRETO Nº 6.949, DE 25 DE AGOSTO DE 2009**. DECRETO Nº 6.949/2009. Brasília, Disponível em: [https://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm](https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm). Acesso em: 15 jul. 2025.

CARRANZA, Edite G.; CARRANZA. **Escalas de representação em arquitetura** . 5. ed. São Paulo: Editora Blucher, 2018. E-book. pág.28. ISBN 9788521212737. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788521212737/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

DIAS, Juliana Michaello Macêdo; OLIVEIRA, Roseline Vanessa Santos. O lugar da arquitetura no inventário alagoano de referências culturais. 2019. Disponível em: <https://journals.openedition.org/confins/21257?utm>. Acesso em: 15 jul. 2025.

DISCHINGER, Marta et al. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**. 2014. Disponível em: [https://documentos.mpsc.mp.br/portal/conteudo/cao/ccf/Manual/Manual%20Acessibilidade\\_2014\\_web.pdf](https://documentos.mpsc.mp.br/portal/conteudo/cao/ccf/Manual/Manual%20Acessibilidade_2014_web.pdf). Acesso em: 03 fev. 2025.

GIL, Antonio C. **Como Fazer Pesquisa Qualitativa** . Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. pág.1. ISBN 9786559770496. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786559770496/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

GONÇALVES, Daniel. **Primeiro templo adventista do Brasil completa 125 anos. 2020**. Disponível em: <https://noticias.adventistas.org/pt/primeiro-templo-adventista-do-brasil-completa-125-anos/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

IBGE. **Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência**. 2010. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/populacao/9662-censo-demografico-2010.html?edicao=9749&t=destaques>. Acesso em: 03 fev. 2025.

LAKATOS, Eva M. **Técnicas de Pesquisa** . 9. ed. Rio de Janeiro: Atlas, 2021. E-book. pág.1. ISBN 9788597026610. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9788597026610/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

MACE, Ronald L.; HARDIE, Graeme J.; PLACE, Jaine P. **Accessible Environments: Toward Universal Design**. Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/511639369/Ronald-Mace-Book-Universal-Design>. Acesso em: 15 jul. 2025.

MDHC, Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania. **Brasil tem 18,6 milhões de pessoas com deficiência, indica pesquisa divulgada pelo IBGE e MDHC, 2023**. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/assuntos/noticias/2023/julho/brasil-tem-18-6-milhoes-de-pessoas-com-deficiencia-indica-pesquisa-divulgada-pelo-ibge-e-mdhc>. Acesso em: 03 fev. 2025.

MENEZES, Joyceane Bezerra de; PIMENTEL, Ana Beatriz Lima; LINS, Ana Paola de Castro e. **A capacidade jurídica da pessoa com deficiência após a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência: análise das soluções propostas no Brasil, em Portugal e no Peru**. 2021. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rdp/a/MJHvZCdT3MwpkkggHJgnj8YC/?lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2025.

MORI, Letícia. **Por que Brasil está no topo de ranking de países onde mais se acredita em Deus. 2023.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/articles/c29r21r69j8o>. Acesso em: 03 fev. 2025.

MS, Ministério da Saúde. **Saúde da Pessoa com Deficiência**, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/assuntos/saude-de-a-a-z/s/saude-da-pessoa-com-deficiencia>. Acesso em: 03 fev. 2025.

SANTA CATARINA. CREA-SC. . Cartilha de Acessibilidade: 8ª edição revisada e atualizada 2025. 8ª EDIÇÃO REVISADA E ATUALIZADA 2025. 2025. Disponível em: <https://portal.crea-sc.org.br/crea-sc-lanca-nova-edicao-da-cartilha-de-acessibilidade/>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SANTA CATARINA. CREA-SC. **Promovendo acessibilidade espacial nos edifícios públicos**: programa de acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida nas edificações de uso público. Programa de Acessibilidade às Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida nas Edificações de Uso Público. 2014. Disponível em: [https://documentos.mpsc.mp.br/portal/conteudo/cao/ccf/Manual/Manual%20Acessibilidade\\_2014\\_web.pdf](https://documentos.mpsc.mp.br/portal/conteudo/cao/ccf/Manual/Manual%20Acessibilidade_2014_web.pdf). Acesso em: 15 jul. 2025.

SANTANA, Heron; LEMOS, Felipe. **Censo aponta crescimento da diversidade religiosa no Brasil.** 2012. Disponível em: <https://noticias.adventistas.org/pt/censo-demografico-aponta-crescimento-da-diversidade-religiosa-no-brasil/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

SANTOS, Milton. A URBANIZAÇÃO BRASILEIRA. 1993. Disponível em: [https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos\\_milton\\_a\\_urbanizacao\\_brasileira\\_1993.pdf](https://professor.ufrgs.br/dagnino/files/santos_milton_a_urbanizacao_brasileira_1993.pdf). Acesso em: 15 jul. 2025.

SANTOS, Neyde Cintra dos; ABDALA, Gina Andrade. **Religiosidade e qualidade de vida relacionada à saúde dos idosos em um município na Bahia, Brasil.** 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbpg/a/BZhzkZwbxZdKwq4Mddccstp/?lang=pt>. Acesso em: 03 fev. 2025.

SANTOS, Wederson Rufino dos. **Pessoas com Deficiência: nossa maior minoria.** 2008. Disponível em: <https://www.scielosp.org/pdf/physis/2008.v18n3/501-519/pt>. Acesso em: 03 fev. 2025.

SARAPKA, Elaine M.; SANTANA, Marco A.; MONFRÉ, Maria Alzira M.; e outros. **Desenho específico básico: da prática manual à digital**. São Paulo: Editora Blucher, 2022. E-book. pág.5. ISBN 9786555065251. Disponível em: <https://app.minhabiblioteca.com.br/reader/books/9786555065251/>. Acesso em: 06 fev. 2025.

SASSAKI, Romeu Kazumi. **Inclusão Construindo Uma Sociedade para Todos.** Disponível em: <https://pt.scribd.com/document/65995220/Inclusao-Construindo-Uma-Sociedade-Para-Todos>. Acesso em: 15 jul. 2025.

SILVA, . Jackeline Soares da; BARROS, Bruno Xavier da Silva. **Acessibilidade em espaços religiosos: um estudo de caso em uma igreja católica.** 2023. Disponível em: <https://www.proceedings.blucher.com.br/article-details/acesibilidade-em-espacos-religiosos-um-estudo-de-caso-em-uma-igreja-catolica-38632>. Acesso em: 03 fev. 2025.

SILVA, Amanda dos Santos. **ACESSIBILIDADE: E SUA IMPORTÂNCIA NO ATUAL CONTEXTO SOCIAL.** 2021. Disponível em: [https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/43564/1/AMANDA\\_DOS\\_SANTOS\\_SILVA.pdf](https://repositorio.pgsscogna.com.br/bitstream/123456789/43564/1/AMANDA_DOS_SANTOS_SILVA.pdf). Acesso em: 03 fev. 2025.

SILVA, Graciele da et al. **ACESSIBILIDADE DAS PESSOAS COM DEFICIÊNCIA MOTORA: REVISÃO DELITERATURA.** 2022. Disponível em: <https://lexcultccjf.trf2.jus.br/index.php/LexCult/article/view/646/422>. Acesso em: 03 fev. 2025.

STEHLING, Paulo. **Arquitetura divina.** 2024. Disponível em: <https://www.revistaadventista.com.br/da-redacao/destaques/arquitetura-divina/>. Acesso em: 03 fev. 2025.

STROPPIA, André; MOREIRA-ALMEIDA, Alexander. **Saúde e Espiritualidade: uma nova visão da medicina: religiosidade e saúde.** RELIGIOSIDADE E SAÚDE. 2008. Disponível em: [https://www.espiritualidades.com.br/Artigos/M\\_autores/MOREIRA-ALMEIDA\\_Alexander\\_et\\_STROPPIA\\_Andre\\_tit\\_Religiosidade\\_e\\_Saude.pdf](https://www.espiritualidades.com.br/Artigos/M_autores/MOREIRA-ALMEIDA_Alexander_et_STROPPIA_Andre_tit_Religiosidade_e_Saude.pdf). Acesso em: 03 fev. 2025.

THEIJE, Marjo de. **RELIGIÃO E TRANSFORMAÇÕES URBANAS EM RECIFE, BRASIL.** 2006. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/7179/717976834005.pdf>. Acesso em: 03 fev. 2025.

TONETTI, Márcio. **A arquitetura também prega.** 2019. Disponível em: <https://www.revistaadventista.com.br/marcio-tonetti/destaques/a-arquitetura-tambem-prega/>. Acesso em: 03 fev. 2025.